



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

SULIVAN BARBOSA DE PAULO

**CAMINHOS PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: AGRICULTURA
CAMPONESA E SEGURANÇA ALIMENTAR NO
SERTÃO DE QUITERIANÓPOLIS - CEARÁ**

FORTALEZA
2015

SULIVAN BARBOSA DE PAULO

**CAMINHOS PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: AGRICULTURA
CAMPONESA E SEGURANÇA ALIMENTAR NO
SERTÃO DE QUITERIANÓPOLIS - CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido.

Orientadora: Profa. Dra. Alexandra Maria de Oliveira.

FORTALEZA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências e Tecnologia

- P356c Paulo, Sullivan Barbosa de
Caminhos para a convivência com o semiárido: agricultura camponesa e segurança alimentar no sertão de Quiterianópolis - Ceará / Sullivan Barbosa de Paulo. – 2015.
111 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação de Geografia, Fortaleza, 2015.
Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.
Orientação: Profa. Dra. Alexandra Maria de Oliveira.
1. Camponeses - Aspectos sociais. 2. Agricultura - Região semiárida. 3. Segurança Alimentar.
I. Título.

CDD 910

SULIVAN BARBOSA DE PAULO

**CAMINHOS PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: AGRICULTURA
CAMPONESA E SEGURANÇA ALIMENTAR NO
SERTÃO DE QUITERIANÓPOLIS - CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido.

Orientadora: Profa. Dra. Alexandra Maria de Oliveira.

Aprovada em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Alexandra Maria de Oliveira (Presidente)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco Amaro, Gomes de Alencar (Interno)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Cícero Nilton Moreira da Silva (Externo)
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)

Aos meus pais, Francisco e Rosita,
e a minha família, esposa e filhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela graça da vida, pois, sem ela, nada se faz, nada se realiza.

Agradeço aos meus pais, Francisco Marques de Paulo (*In memoriam*) e Rosita Barbosa de Paulo, por me permitirem vir a este mundo e por serem exemplos de que, nas dificuldades, é possível viver com dignidade.

Agradeço a minha orientadora, a professora Dra. Alexandra Maria de Oliveira, por sua capacidade de intervir sem interferir, por sua franqueza no uso das palavras certas nas horas certas, acreditando sempre no meu potencial, como tantas vezes frisou, e pelos materiais compartilhados, que foram de grande ajuda.

Agradeço a todos os professores do Departamento de Geografia, pois, se hoje vivo desta ciência, sou grato a todos eles.

Agradeço, em especial, aos professores Francisco Amaro Gomes de Alencar e José Levi Furtado Sampaio, pela convivência, leituras e colaborações na produção do meu projeto, desde a primeira versão, na esperança de um dia eu também viver de Geografia.

Agradeço à Comissão Pastoral da Terra – CPT, na pessoa de Maria Alves Lima (Lia), que, talvez sem querer, mostrou-me os caminhos da convivência com o semiárido, apontando as possibilidades de se trabalhar o campesinato nessa perspectiva. Também à Irmã Ilza Franca, secretária executiva da CPT Ceará, por estar sempre de portas abertas, com seu acervo sempre à disposição.

Agradeço aos amigos de longas datas: João Emiliano, Ilana Amaral, Tyrone Cândido, Iury Holanda, Robson Catunda e Daniel Araújo, pois há 15 anos partilhamos boas experiências de mobilização e organização popular no Genibaú e Conjunto Ceará, experiência que muito contribuiu na minha opção pela Geografia e por ver nesta ciência a oportunidade da militância constante.

Agradeço a minha família, a minha esposa, Rejane Braga, e a meus três filhos, Maxwell, Maira e Mateus, por compreenderem as minhas ausências, mesmo estando perto, porém “enclausurado” trabalhando na minha dissertação, e pela compreensão durante os trabalhos de campo.

Agradeço aos colegas de turma, Carlos Roberto, Lúcia de Sousa, Albenize Malcher, Sandra Magalhães, Kennedy Leite, Raquel Araújo e Vlândia da Silva, por

partilharmos tantas angústias e alegrias: a convivência é(foi) importante e fundamental.

Agradeço aos assessores e colaboradores que fazem a Cáritas no Ceará pela acessibilidade e disponibilidades em contribuir, pois, sem essa ajuda, o campo teria ficado mais difícil.

Agradeço aos camponeses, moradores das comunidades do espaço rural de Quiterianópolis, por me receberem tão bem, abrindo suas portas, mostrando seus quintais produtivos e partilhando as experiências de convivência com o semiárido.

Agradeço, por fim, e não menos importante, ao prof. Carlos Gonçalves por me acolher em sua residência, junto à sua família, fornecendo-me as informações necessárias, e por ser um guia impecável, que me conduziu pelas trilhas das sinuosas estradas de Quity, nome carinhoso dado a cidade Quiterianópolis por seus moradores.

*Eu sou de uma terra que o povo padece
Mas não esmorece e procura vencer.
Da terra querida, que a linda cabocla
De riso na boca zomba no sofrer
Não nego meu sangue, não nego meu nome
Olho para a fome, pergunto o que há?
Eu sou brasileiro, filho do Nordeste,
Sou cabra da Peste, sou do Ceará.*

Patativa do Assaré

RESUMO

A agricultura camponesa nos sertões cearenses tem, nos últimos anos, dado saltos de qualidade impulsionados por meio da difusão das tecnologias sociais de convivência com o semiárido aplicadas a este território. Nesse contexto, o campesinato que conhecemos no Brasil se caracteriza por sua multiplicidade de sujeitos envolvidos, bem como pelas distintas relações sociais e de produção que aí se reproduzem. Fadado, por muitos, ao desaparecimento, este se reinventa nesse início do século XXI diante das adversidades políticas, econômicas e sociais. Com o objetivo de destacar as estratégias de sobrevivência dos camponeses do semiárido cearense, essa pesquisa investiga, no âmbito da pesquisa participante qualitativa, as experiências desenvolvidas por agricultores do espaço rural de Quiterianópolis, Ceará. Revendo os teóricos que discutem o campesinato no mundo e no Brasil, buscamos, por meio de um olhar particular, entender suas nuances. O trabalho de campo foi significativo por apresentar as tecnologias sociais de convivência com o semiárido e quais seus resultados para as populações envolvidas, proporcionando qualidade de vida, sobressaindo-se daí a segurança alimentar e nutricional como ponto fundamental desse processo. Finalmente, verificamos que o campesinato, ao longo dos últimos anos, vem se diversificando, o que nos permite afirmar que este se mantém na atualidade ao mesmo tempo em que resgata os antigos saberes, aliando-os às tecnologias sociais, dando um aspecto de inovação, unindo o tradicional ao moderno como mecanismo de perpetuação.

Palavras-chave: Campesinato. Convivência. Semiárido.

ABSTRACT

Peasant agriculture, in the backwoods of Ceará, in recent years, has improved its quality by means of distributing social technologies of living with semi-arid applied to its territory. In this context the peasantry we know in Brazil is characterized by the different social and production relations developed in there. Fated to disappear by many, despite political, economic and social adversities, the peasantry develops ways to overcome them in the beginning of the XXI century. In order to point out the survival strategies of the peasants of the semi-arid of Ceará, this research investigates, in the scope of the qualitative research of participants, the experiences developed by rural farmers of the Quiterianópolis, in Ceará. Examining the theorists who discuss about the peasantry in Brazil and abroad, we search, by means of particular look, the understanding of its nuances. The fieldwork was significant because it presents the social technologies of living with the semi-arid and their results for the people involved, providing life quality such as food and nutritional security, both considered fundamental aspect of this process. Finally, we verify that the peasantry not only keeps alive in present time but brings back ancient knowledge, allying then to the social technologies, adding an aspect of innovation, connecting tradition to modern times as a mechanism of perpetuating peasants' live.

Keywords: Peasantry. Coexistence. Semi-arid.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA	Articulação do Semiárido
ASAFAQ	Associação de Agricultores e Agricultoras Familiar em Quintais Produtivos de Quiterianópolis
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EFA	Escola Família Agrícola
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Rural do Ceará
FA	Feiras Agroecológicas
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Rurais do Ceará
FPA	Frente Polar Antártica
FTA	Frente Tropical Atlântica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
mEc	Massa Equatorial Continental
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
P1+2	Programa uma Terra e Duas Águas
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas de Placas

PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCT	Povos e Comunidades Tradicionais
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDRSS	Programa Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
SAB	Semiárido Brasileiro
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
USAID	United States Agency for International Development
ZCIT	Zona de Convergência Intertropical

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 –	Mapa do Semiárido Brasileiro.....	27
FIGURA 02 –	Quadro com o número de municípios do Semiárido Brasileiro de acordo com a portaria de nº 89 de 16 de março de 2005 (MIN) ..	29
FIGURA 03 –	Mapa da região semiárida cearense.....	30
FIGURA 04 –	Comunidade de Baixio (Quiterianópolis) - Cisterna de placas....	58
FIGURA 05 –	Comunidade Riacho da Onça (Quiterianópolis) - Cisterna de enxurrada.....	61
FIGURA 06 –	Cisterna calçadão.	61
FIGURA 07 –	Materiais informativo produzido pela CPT.	63
FIGURA 08 –	Comunidade Atalho (Quiterianópolis) – Mandala	64
FIGURA 09 –	Quintal produtivo na Comunidade Riacho da Onça (Quiterianópolis).	66
FIGURA 10 –	Esquema de atividade produtivas/sistemas relacionados ao Quintal Produtivo.....	66
FIGURA 11–	Casa de sementes na Comunidade Ipueiras (Quiterianópolis)....	69
FIGURA 12 –	Gráfico de percentual de crianças abaixo de 5 anos raquíticas ou desnutridas no Brasil.	74
FIGURA 13 –	Mapa de localização de Quiterianópolis.	78
FIGURA 14 –	Imagem de satélite com a localização das comunidades visitadas	83
FIGURA 15 –	Comunidade Ipueiras (Quiterianópolis) - Quintal produtivo de A. A. S. (mandala e seu sistema de irrigação).....	85
FIGURA 16 –	Comunidade Ipueiras (Quiterianópolis) - Quintal produtivo de A. A. S. (Mandala).	85
FIGURA 17 –	Comunidade Ipueiras - Sede da Associação, Casa de Beneficiamento e de Sementes Crioulas.	88
FIGURA 18 –	Comunidade Atalho - Mandala trabalhada por duas famílias	89
FIGURA 19 –	Comunidade Atalho - Parte da produção diária que segue para feiras.	90
FIGURA 20 –	Comunidade Riacho da Onça - Placa de identificação da cisterna de enxurrada presente no quintal de senhor J.W.	91
FIGURA 21 –	Assentamento São Pedro - Momento da irrigação da mandala – Quiterianópolis.....	92

FIGURA 22 –	Assentamento São Pedro - Mandala – Quiterianópolis.	92
FIGURA 23 –	Venda do assentamento São Pedro na feira de Quiterianópolis.	93
FIGURA 24 –	Produtos do assentamento S. Pedro (feira de Quiterianópolis). ...	93
FIGURA 25 –	Sede Quiterianópolis - Banca com produtos da ASAFAQ.	97
FIGURA 26 –	Banca com produtos ASAFAQ em dia de feira - Quiterianópolis.	98
FIGURA 27 –	Sede Quiterianópolis - Noite de Feira da Agricultura Familiar	99
FIGURA 28 –	Quadro como o resumo do “passo-a-passo” para compra de produtos da AF.	101

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	O SEMIÁRIDO CEARENSE: NATUREZA, TERRITÓRIO E CULTURA	
2.1	O Nordeste e a delimitação do semiárido cearense	25
2.2	O sertão e seus aspectos físicos e humanos	33
3	CAMPESINATO E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO	
3.1	Camponês e campesinato: a construção de um conceito	40
3.2	A convivência com o semiárido	50
3.3	As tecnologias sociais: construindo alternativas	56
4	AGRICULTURA CAMPONESA E A BUSCA DA SEGURANÇA ALIMENTAR: A EXPERIÊNCIA DO SERTÃO DE QUITERIANÓPOLIS	
4.1	Fome <i>versus</i> Segurança alimentar: a construção de um projeto	70
4.2	Quiterianópolis no contexto do semiárido	75
4.3	O campesinato e a inserção no mercado	77
4.4	Quintais produtivos: alimentos para a família e a comunidade	82
4.5	Mercado e Mercado e as feiras agroecológicas.....	94
4.6	O PAA e o PNAE em Quiterianópolis.....	100
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
	REFERÊNCIAS	106

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem por objetivo analisar as experiências de quintais produtivos com o uso de técnicas de produção adaptadas ao Semiárido Brasileiro (SAB), no espaço rural do município de Quiterianópolis, no estado do Ceará. Estas técnicas são, na atualidade, conhecidas como tecnologias sociais, que foram ao longo dos últimos anos sendo desenvolvidas, adaptadas e implantadas em diversas comunidades dos municípios integrantes da região semiárida. E, neste sentido, o quintal produtivo se insere como uma unidade produtiva dotada de vários subsistemas que se integram formando um agroecossistema.

Para Abrantes (2015, p. 36), o

“quintal é compreendido como um agroecossistema complexo de interações de seus componentes, visto como um espaço no entorno da casa de produção diversificada com pomares, hortas, plantas medicinais, água, pequenos animais(...)”.

Como um ponto importante desta pesquisa, a prática de desenvolvimento de um quintal produtivo revela como as famílias do semiárido estão reaprendendo a conviver com esse território e redescobrimo que é possível extrair alimentos e, às vezes renda, de onde antes se via um cenário de escassez.

Para isso, as tecnologias sociais, como as mandalas, cisternas de placas, sistemas agroflorestais, hortas, etc., têm sido o caminho pelo qual as famílias camponesas têm redescoberto o sertão, na perspectiva da boa convivência com o semiárido e no resgate de práticas tradicionais.

A importância da discussão em torno dessa temática justifica-se pela necessidade de compreensão das diversas ações desenvolvidas no semiárido, em especial o cearense, onde se busca construir um modelo de convivência no qual as diferentes práticas desenvolvidas – dentre as tecnologias sociais – respeitem os princípios da agroecologia, como o uso racional dos recursos naturais, bem como a preocupação com a relação sociedade natureza nos sistemas produtivos agrícolas. Além disso, essa pesquisa revela a necessidade de se compreender essas tecnologias, bem como perceber como têm contribuído para a superação da fome e da pobreza.

A área da pesquisa está situada numa das regiões cearenses com maior vulnerabilidade do ponto de vista agrícola e climático do estado, de acordo com o

IPECE (2012, p. 10). Por essa razão, entendemos que este estudo é importante pelo fato de colaborar para a compreensão do dinamismo que a produção da agricultura camponesa vem dando ao município.

É oportuno salientar que esse conjunto de tecnologias, de forma articulada, tem feito a diferença para muitas famílias que se capacitaram – através de projetos desenvolvidos pela Cáritas Diocesana de Crateús e Comissão Pastoral da Terra (CPT), dentre outros – e que hoje conseguem extrair renda; além de manter a autonomia do grupo familiar, mesmo em períodos longos de estiagem.

Com essa investigação, em que apresentamos os resultados da pesquisa e sua discussão, esperamos oportunizar uma melhor compreensão dos impactos econômicos e sociais que essa forma de produzir alimentos vem trazendo às famílias envolvidas. Nesse sentido, convém frisar que, há algum tempo, as estratégias de convivência com o semiárido estão presentes nas agendas de diferentes ministérios do Governo Federal e que estes atuam articulados entre si, repercutindo, algumas vezes, nas esferas estadual e municipal. Além disso, essa pesquisa procura desvendar como o campesinato se reinventa na atualidade, e como este se manifesta para garantir a sobrevivência, ao mesmo tempo em que resiste ao modelo agroexportador que, paulatinamente, vem sendo implantado nos sertões cearenses, sobretudo nos últimos 30 anos (SAMPAIO, 2002).

Desde os anos 1990, as experiências de convivência com o semiárido vêm se diversificando, contribuindo assim, para a redução dos efeitos das estiagens prolongadas para muitas famílias que vivem nessa região, na tentativa de minimizar a miséria e a pobreza, ao mesmo tempo em que busca a inclusão no mercado, conforme apontam dados dos relatórios do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS (2013), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2012) e Banco Mundial (2013). Diante disso, é possível afirmar a importância desse estudo como forma de colaborar para a compreensão da agricultura familiar e da viabilidade dessa convivência por meio da produção de alimentos em padrões agroecológicos pelos agricultores familiares no sertão de Quiterianópolis.

A agroecologia aparece como princípio norteador porque as famílias envolvidas na pesquisa a consideram importante pelo fato de que a produção desenvolvida procura alinhar os saberes tradicionais do campo à sistematização de técnicas de convivência desenvolvidas com o SAB. A ideia por trás desse conceito é aproveitar, ou resgatar, costumes antigos que, segundo Leff (2002, p. 42 *apud* TONÁ

e GUBUR 2012, p. 57) “incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas ecológicas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura”.

A produção de hortaliças, leguminosas e fruteiras está pautada na agricultura orgânica, que é um sistema de manejo sustentável da unidade de produção com enfoque sistêmico, que privilegia a preservação ambiental, a agrobiodiversidade, os ciclos biogeoquímicos e a qualidade de vida humana (BRASIL, 2015). Assim, esse sistema recusa todo e qualquer tipo de produto químico e/ou geneticamente modificado que possa colocar em risco a vida de seus consumidores e/ou provocar alterações no meio ambiente. Portanto, um dos principais focos é o solo, que recebe um cuidado especial, pois é nele onde se encontram os nutrientes necessários para uma produção de boa qualidade. Práticas como a compostagem são comuns, tendo em vista que se trata de uma forma de se obter aumento da fertilidade natural.

No caminho da pesquisa, deparamo-nos com a Associação de Agricultores e Agricultoras Familiares em Quintais Produtivos de Quiterianópolis (ASAFAQ): uma entidade que reúne produtores do espaço rural do referido município e que tem como meta organizá-los para que consigam produzir alimentos livres de agrotóxicos, que ajudem na alimentação do grupo familiar, mas que também encontrem espaços para a comercialização em feiras livres da cidade e em outros espaços mais formais, como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ambos capitaneados pelo Governo Federal. O grupo, que conta com mais de sessenta agricultores, já está formalizado há mais de sete anos e, atualmente, é referência no Território da Cidadania Inhamuns/Crateús quando o assunto é agricultura familiar orgânica.

Assim, demarcamos aqui o nosso objeto de estudo no que concerne às dimensões espaço/tempo que embasam essa pesquisa, ou seja: a atuação nos últimos cinco anos dos agricultores familiares das comunidades Atalho, Ipueiras, Baixio, Candeias e Riacho da Onça, em Quiterianópolis, que são associados à ASAFAQ. A referida delimitação justifica-se pelo fato de que esse grupo de produtores passou por uma capacitação que foi promovida pela Cáritas Diocesana de Crateús, em parceria com a Cáritas Brasileira em 2007. Após esse processo formativo, os agricultores decidiram pela formalização da entidade, que viria a facilitar a comercialização da produção de forma coletiva, atendendo, assim, parte das imposições exigidas pelas agências de fomento e dos programas governamentais.

O caminho metodológico do objeto dessa pesquisa, começa pelos trabalhos de campo concomitantes às leituras realizadas, bem como pela participação em atividades coordenadas pela Comissão Pastoral da Terra/Ceará (CPT-CE), entidade que congrega o grupo de Pastorais Sociais do estado e que tem sua linha de atuação junto a camponeses e camponesas.

No caso do semiárido cearense, a CPT tem desenvolvido uma linha de ação voltada para a convivência com os efeitos das estiagens prolongadas. Com o apoio de entidades estrangeiras desde o final da década de 1990, algumas ações vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de amenizar os efeitos da seca e consolidar a permanência do camponês em suas comunidades, buscando, assim, contribuir para a redução do êxodo rural. Em todo esse período de atuação cartilhas, *folders* e cartazes foram produzidos para levar informação e também para capacitar os camponeses das áreas e comunidades assistidas sobre técnicas de convivência adaptadas àquele território.

A partir da tomada de conhecimento dessas ações, descobrimos que há muitas entidades engajadas cujas atividades buscam promover tanto o desenvolvimento dessas áreas como das pessoas que, geralmente, ficavam de fora dos grandes projetos empreendidos pelo Estado. Assim, chegamos à Cáritas Diocesana de Crateús e à Cáritas Brasileira que, juntas com a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA Brasil), congregam, ora de forma articulada, ora de forma independente, programas que buscam disseminar as tecnologias sociais.

Dessa forma, o objeto de pesquisa foi se construindo na medida em que a curiosidade aumentava para entender como e de que forma a ação dessas entidades se concretizavam e quais eram seus resultados. Leituras, visitas, conversas, encontros e reuniões fizeram parte destes momentos, em que o objeto passa a ser delimitado no sentido de se obter uma melhor apreensão. Dito de outra forma, foi com a busca de materiais documentados, em fontes secundárias (folder, encartes, folhetos, vídeos e etc.) concomitante ao trabalho de campo junto às entidades citadas, que foi possível espacializar e temporalizar nosso objeto. Esse momento, em que foi possível experimentar o encontro entre teoria e prática, do empírico com o científico apresentou-se como revelador, pois quanto mais o objeto se construía mais possibilidades e caminhos foram apresentando-se.

Optamos aqui pela pesquisa participante porque o pesquisador coloca-se junto ao objeto, numa relação de observação da realidade pautada pela convivência. Neste tipo de pesquisa, segundo Severino (2007, p. 120), “o pesquisador coloca-se numa postura de identificação com os pesquisados”. Nesse momento, a vivência dos sujeitos pesquisados é compartilhada com aquele que a observa.

Observando as manifestações dos sujeitos e as situações vividas, vai registrando descritivamente todos os elementos observados bem como as análises e considerações que fizer ao longo dessa participação (SEVERINO, 2007, p. 120).

Nesse sentido, a pesquisa participante se confunde com a pesquisa de campo, que é uma etapa importante desse processo, haja vista que a melhor apreensão de nosso objeto só é possível mediante a convivência com ele, ou seja, com os sujeitos observados em seu território. E, assim, o trabalho de campo, entendido como etapa imprescindível ao conjunto da pesquisa – no caso específico, do estudo da Geografia – procura atender às necessidades de coleta de dados, bem como apoderar-se das informações por fontes verbais que, nesse caso, ocorrem *in loco*.

Durante os trabalhos de campo realizados no espaço rural de Quiterianópolis, percorreu-se as comunidades Atalho, Ipueiras, Candeias, Baixio e Riacho da Onça, onde se buscou, principalmente, apreender o cotidiano dessas famílias, sobretudo no que se refere à questão produtiva de cada casa. Uma visita aos quintais, uma conversa informal, às vezes uma entrevista mais elaborada, e, em todos os momentos, os registros fotográficos. O intuito era de perceber como cada família delibera e realiza o trabalho junto a sua mandala, sua horta, sua agrofloresta, assim como na sua produção de doces, bolos, artesanato, etc; e, posteriormente, observar como esses produtos deveriam ser comercializados. Também foi possível visitar a feira livre que ocorre semanalmente na rua principal da sede do município e que conta com a participação dos produtores pesquisados bem como de produtores não orgânicos e, inclusive, de municípios circunvizinhos. Ainda no período referente ao desenvolvimento do trabalho de campo foi possível registrar a organização e realização da Feira Agroecológica (FA) que é realizada uma vez por ano, sempre no mês de junho, momento esse em que conta com a participação de agricultores dos distritos de Quiterianópolis.

Severino (2007, p. 124) afirma ainda que as técnicas de pesquisas são “os procedimentos operacionais que servem de mediação prática para a (sua) realização”. O autor faz uma lista destas técnicas em que algumas serão descritas no decorrer deste trabalho e/ou pelo menos em momentos específicos. Dentre elas, estão: entrevistas não diretivas, entrevistas estruturadas, observação e questionário.

No trabalho de campo, essas técnicas foram constantemente utilizadas. Assim, as entrevistas, estruturadas ou não, eram aplicadas de forma alternada entre uma observação e outra. Em muitos casos, uma conversa informal com algumas lideranças apontava para novos rumos em que o trabalho poderia se desenvolver. Esses momentos foram interessantes, pois ajudaram a direcionar o campo e a pesquisa em si.

Diante desse conjunto de técnicas e metodologias de pesquisa que foram até aqui apresentadas, chegamos, portanto, à questão da metodologia de interpretação, ou método de exposição, conforme apresenta Karl Marx em *O Capital*. No posfácio à segunda edição de sua obra, Marx (1985, p. 20) esclarece que

“Só depois de concluído esse trabalho (a pesquisa) é que se pode expor adequadamente o movimento real. (...) Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem.

Desse modo, a forma de se compreender o método de exposição do objeto se dá de maneira distinta na visão marxista, em oposição à hegeliana. Por isso que, levando-se em consideração que o presente trabalho se propõe a investigar a atuação dos camponeses e camponesas residentes no semiárido cearense, em especial aqueles que vivem no espaço rural do município de Quiterianópolis. Levando-se em conta ainda que a base teórica sob a qual está assentado este trabalho funda-se numa leitura e interpretação crítica da realidade vivida pelos observados, apoiamo-nos numa abordagem dialética, cujo fundamento está baseado na visão Histórico-Materialista de Marx e Engels. Contudo, é sabido que que o método aplicado em muitas ciências, assim como na Geografia, provoca, muitas vezes, divergências. Essas divergências podem ser questionadas para se verificar se há verdadeiramente um método para a Geografia. Esse “problema aparente” perpassa por várias gerações de geógrafos até os dias atuais, conforme se verifica em artigo publicado por Camargo e Elesbão

(2004), em que são apresentadas as principais evoluções desde K. Ritter até a atualidade.

Como elemento importante do trabalho científico, o método materialista dialético, como forma de interpretação, justifica-se pela necessidade de apreensão da realidade (concreta) observada e vivenciada pelo pesquisador, sendo esta tomada como base para se chegar à verdade, que está representada pelo conjunto de ideias e forças contraditórias que, dialeticamente, movem as relações entre homens e modificam o espaço. Assim, o método é explicado por Marx (2007) esclarece que:

São os homens os produtores de suas representações, de suas ideias, etc. mas os homens reais e atuantes tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações a eles correspondentes, até chegar às suas mais amplas formações. A consciência nunca pode ser outra coisa que ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real (MARX, 2007, p. 51).

Marx procura mostrar que o processo de vida real, ou seja, do concreto, pautado nas relações entre sociedades e entre sociedades e natureza – criando as condições indispensáveis à sua reprodução – estabelece os pressupostos necessários à compreensão do pensamento, imaginação e processos históricos para, a partir daí, entender as relações em suas formas políticas, jurídicas, econômicas e sociais. Dito de outra forma, “não é a consciência dos homens que determina o seu ser social; ao contrário, é o seu ser social que determina a consciência dos homens” (MARX, 2007, p. 45). É desejável que se compreenda essa opção, bem como os argumentos que a justificam.

Assim, vamos enfatizar alguns trabalhos que contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação, cujas abordagens dos autores foram fundamentais para embasar o ponto de vista aqui defendido, bem como reforçar os argumentos, além de asseverar a interconexão destes com o campo da ciência geográfica numa perspectiva mais ampla.

O conceito de camponês é uma das questões centrais que serão tratadas nesse trabalho. Para tal, as obras de Carvalho (2005) e Martins (1983; 1994; 2003 e 2011) são referências importantes que auxiliaram na tessitura dessa dissertação. Há também os trabalhos de Sampaio (2002, 2014), Oliveira (2005) e Lima (2008; 2009), que fazem uma discussão sobre o campesinato dentro da realidade do sertão cearense. Esse conjunto de obras serviu como uma rica base teórica para o desenvolvimento dessa parte do trabalho.

A convivência com o semiárido cearense é também um ponto importante dessa pesquisa, muito embora as discussões sobre o que é e qual a sua delimitação não sejam novas. Esse tema ainda provoca discussões e, eventualmente, levanta questionamentos. Neste ponto, destacaremos os trabalhos de Carvalho (2012) e Silva (2014), que ajudam a entender a evolução desse novo paradigma, tanto no aspecto teórico quanto prático.

Há, ainda, a necessidade de compreensão do Nordeste enquanto região de planejamento bem como sua (re)construção histórica. Nesse sentido, buscamos em Castro (1992) e Andrade (2004) o arcabouço teórico que trata desta questão de forma ímpar a partir de pesquisas desenvolvidas que foram imprescindíveis a esta dissertação.

No centro desse trabalho há ainda os clássicos da *questão agrária*. Dentre estes, podemos citar os russos Chayanov (1974; 2014) e Shanin (1983), o alemão Kautsk (1980) e tantos outros que, contribuem e rediscutem a temática Geografia Agrária. Contudo, essa breve exposição de autores não esgota os trabalhos e pesquisas em que nos apoiamos e tampouco restringe a temática abordada no decorrer desta pesquisa. Ao contrário, à medida que aprofundamos as leituras, descobrimos que há infinitas possibilidades de abordagens para esse assunto, cujo viés vai depender da metodologia adotada.

Espera-se que esse trabalho atinja seus objetivos na perspectiva de que essa pesquisa possa contribuir, senão de forma concreta, porém, por meio do debate proposto sobre o campesinato no Ceará e a convivência com o semiárido. E que os camponeses e camponesas aqui retratados possam, a partir do seu trabalho cotidiano, dar sentido e valorizar a terra em que habitam, pois, é esta perspectiva que queremos dar e mostra: um semiárido produzindo alimentos ao mesmo tempo em dá sentido ao conceito de cidadania.

Continuando as demandas que satisfazem essa parte do trabalho, explicitaremos à seguir os capítulos que compõem esta dissertação. O primeiro capítulo é este, em forma de introdução, em que abordamos os aspectos triviais da pesquisa, como: objetivos e justificativa. Contudo, foi incluída também a discussão em torno da metodologia adotada, com ênfase para o referencial teórico. No capítulo dois, apresenta-se o Semiárido Brasileiro (SAB) em seus aspectos físicos e humanos, com ênfase no sertão cearense, de modo a rever os processos históricos, políticos e sociais que o justificam no contexto do Nordeste.

No terceiro capítulo, discute-se o conceito de campesinato, resgatando o modelo russo e a sua reinterpretação no Brasil. Também foi necessário recorrer-se aos trabalhos de pesquisadores brasileiros no que diz respeito à especificidade do sertão nordestino, em particular, o cearense. Neste tópico, será contextualizado o paradigma da convivência com o semiárido e as tecnologias sociais advindas desde o final do século XX.

No quarto capítulo, demonstra-se a parte prática da pesquisa, o objeto de estudo e os sujeitos envolvidos. Traz-se, nas falas dos camponeses, as práticas tradicionais, suas histórias e envolvimento na construção da agricultura orgânica, que rompe paradigmas e busca sua inserção no mercado para produzir alimentos saudáveis na região e promover renda e o bem viver com o semiárido. A relação com programas intergovernamentais e a superação das dificuldades nos períodos de estiagens são discutidas na perspectiva de se buscar soluções para o homem do campo.

No quinto capítulo, apresenta-se as considerações finais, bem como os argumentos, a partir dos resultados apresentados e estudados, para assegurar, em primeiro lugar, que a pesquisa atinge os objetivos propostos e, em segundo lugar, para que as experiências apreendidas em Quiterianópolis somem-se a tantas outras para se pensar na possibilidade de desenvolvimento não somente a nível de município, mas, quem sabe, de todo o semiárido. Enfoca-se aqui também o conceito e a convivência com o SAB, defendido pela sociedade civil por meio da *Declaração do Semiárido*, para demonstrar aquilo que já se acreditava: a viabilidade desse território.

2 O SEMIÁRIDO CEARENSE: NATUREZA, TERRITÓRIO E CULTURA

2.1 O Nordeste e a delimitação do semiárido cearense

A porção cearense do Semiárido Brasileiro (SAB) corresponde a uma área que equivale a, aproximadamente, 85,1% de seu território. Com isso, o Ceará integra a lista de estados sob a atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cuja missão é promover o desenvolvimento regional do Nordeste, além no norte de Minas Gerais. Souza (2006, p. 15) destaca que “no contexto Nordestino o Ceará abriga certa diversidade de domínios naturais e paisagísticos”, o que contribui para reforçar a ideia de uma região rica em biodiversidade.

Para a Articulação do Semiárido (ASA Brasil):

(...)a maior parte do seu território é coberto pela Caatinga -, único bioma exclusivamente brasileiro -, rico em espécies endêmicas, ou seja, que não existem em nenhum outro lugar do mundo. A composição florística da Caatinga não é uniforme em toda a sua extensão. Apresenta grande variedade de paisagens, de espécies animal e vegetal, nativas e adaptadas, com alto potencial e que garantem a sobrevivência das famílias agricultoras da região (ASA, 2015).

O semiárido é um território cujo espaço já foi cartografado por governos, Organizações Não Governamentais (ONG's) e instituições afins. Contudo, conforme Carvalho (2012), desde os anos de 1940 até os dias atuais, sua delimitação é passível de alteração. A natureza, ou os aspectos naturais que o demarcam foram, ao longo desse período, ressignificados numa tentativa de contemplar, por meio de projetos de desenvolvimento ou ações emergenciais por parte do Estado, as áreas e municípios que são prejudicados pelos longos períodos de estiagem que, periodicamente, ocorrem.

O semiárido é uma porção do território nacional encravado, quase que em sua totalidade, na região Nordeste. Essa região é uma das cinco oficiais do Brasil, apresentando uma superfície de 1.554.257 km² e, por conseguinte, é a terceira em extensão, ficando atrás somente das regiões Norte e Centro-Oeste.

De acordo com Andrade (2006), temos, no Brasil, dois nordestes: aquele demarcado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que foi proposto por Fábio de Macedo Soares Guimarães em 1941; e o outro, demarcado para fins de

planejamento, delimitado pela SUDENE, em 1958, mesmo período em que se demarcou o Polígono das Secas, que abrangeu oito dos nove estados nordestinos (exceto o Maranhão) e incluía também o Norte de Minas Gerais.

O Nordeste, enquanto região de planejamento estratégico, constitui-se, ao longo da história, como um espaço marcado por interesses classistas e disputas pelo poder. A imagem que se projetou – a partir dos anos de 1940 – dessa região carregou consigo a marca da miséria e da pobreza. Para Castro (1992, p. 59), “do ponto de vista da abordagem política, o Nordeste era também o espaço dos ‘coronéis’ e das ‘oligarquias’ latifundiárias, das eleições fraudulentas e das violentas disputas pelo poder político”.

Para a autora, o processo de definição e delimitação da região visava atender às demandas das elites locais, que estavam entre as principais partes interessadas, além de estarem engajadas na manutenção de um modelo de poder vigente, cujo desejo de desenvolvimento seria apropriado por essa mesma classe dominante, sendo também por ela reelaborado “a partir de um conjunto de ideias e conceitos que são reassimilados coletivamente como ideologia” (CASTRO, 1992. p. 36).

Essa crítica se justifica pela forma de acepção do conceito de região, entendido, neste contexto, como território de ação política cuja apropriação se dava pelas elites no Brasil. Assim, de acordo com a autora, o Nordeste da SUDENE,

(...) embora considerado por muitos uma impostura, não é uma ficção, mas, pelo contrário, é uma institucionalização dos interesses comuns das lideranças desses espaços, já historicamente projetados através das imagens de Nordeste (mesmo quando se tratava das ‘Províncias do Norte’) (CASTRO, 1992. p. 36).

Dessa forma, com o avanço das definições políticas de região para fins de planejamento, há um aprofundamento das relações e articulações das elites locais a fim de manter as desigualdades sociais ao mesmo tempo em que esta elite aumenta seu prestígio frente às lideranças nacionais.

As disparidades tornaram-se mais latentes na medida em que o capitalismo avançou sobre o território brasileiro, enraizando as diferenças regionais, criando, assim, “um fato político novo, diretamente vinculado à questão da distribuição territorial das benesses do desenvolvimento econômico, que exige respostas específicas” (CASTRO, 1992, p. 38). No centro dessas relações, marcadas pelo jogo de interesse da elite, está o cerne das desigualdades sociais que assinalaram

profundamente o imaginário local e nacional sobre o que é o Nordeste. A distribuição desigual dos recursos criou um estigma, na perspectiva de Goffman (*Estigma - Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, 1986), sobre os sujeitos (nesse caso, o nordestino) em relação a como este vê a si mesmo e ao outro. Na referida obra Erving Goffman, propõe que se perceba a estigmatização, a partir de uma perspectiva interacionista, como uma forma de classificação social pela qual uma pessoa identifica a outra segundo certos atributos, seletivamente reconhecidos pelo sujeito classificante como positivos ou negativos e desabonadores.

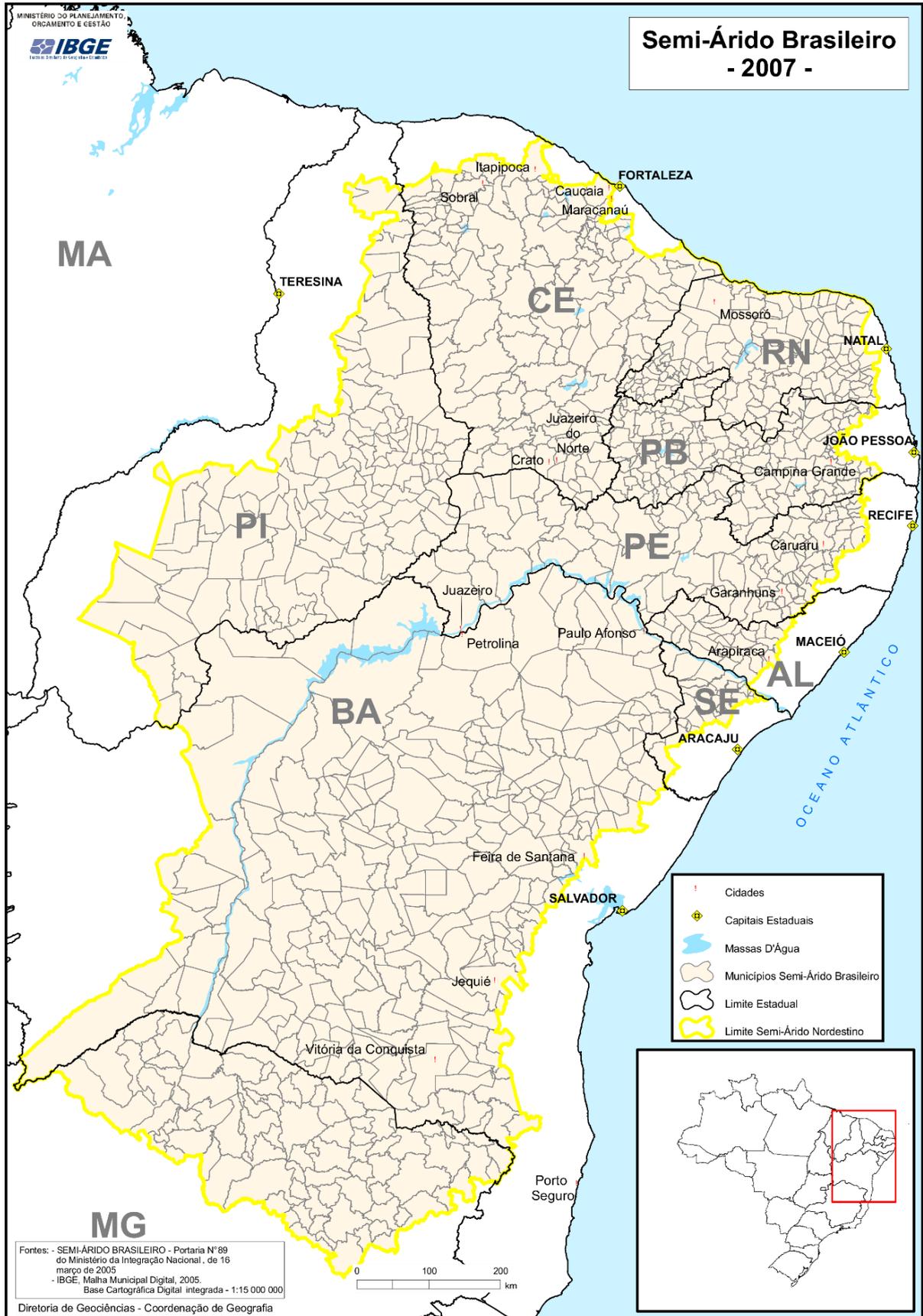
Partindo para uma análise do território apresentamos a seguir, na figura 1, um mapa com a distribuição espacial do semiárido pelos estados nordestinos, além do norte de Minas Gerais. A análise permite verificar que, proporcionalmente, os estados do Rio Grande do Norte e do Ceará apresentam as maiores taxas de municípios incluídos dentro da área de demarcação do SAB. Quanto à área de abrangência, o Ceará está na quarta posição, dessa vez sendo superado pelos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba, respectivamente.

Uma análise sem muitos pormenores do mapa nos permite adiantar, dada à área de abrangência da região, que existe heterogeneidade de paisagens nesta porção do Brasil, sobretudo se levarmos em consideração a influência do clima na formação das paisagens. Quanto a este aspecto, Andrade (2004) destaca que:

dessa diversidade climática surgiria a dualidade consagrada pelos nordestinos e expressa no período colonial em dois sistemas de exploração agrária diversos, que se complementam economicamente, mais que política e socialmente se contrapõem: O Nordeste da cana-de-açúcar e o Nordeste do gado, observando-se entre um e outro, hoje, o Nordeste da pequena propriedade e da policultura e, ao Oeste, o Meio-Norte, ainda extrativista e pecuarista (ANDRADE, 2004, p. 37).

Desse conjunto, sobressaem-se os “quatro nordestes” na perspectiva de Andrade (2004) o que, por conseguinte, do ponto de vista da distribuição no espaço, levou a região a uma subdivisão em quatro sub-regiões: zona da mata, agreste, sertão e meio norte. Com variadas taxas de precipitação anual temos, assim, duas estações do ano notadamente bem definidas, uma seca e outra chuvosa que apresentam variadas amplitudes térmicas em distintas porções territoriais. Como exemplo, podemos citar o maciço de Baturité que apresenta medias térmicas distintas em relação ao sertão central cearense.

Figura 1 – Mapa do Semiárido Brasileiro



Fonte: www.ibge.gov.br, 2007.

Do conjunto das paisagens, destaca-se os sertões, que corresponde a maior extensão, algo em torno de 55% do Nordeste. Também cabe lembrar que o chamado Polígono das Secas abrange uma área maior que a do sertão. Essa delimitação levava em consideração os seguintes critérios técnicos: precipitação pluviométrica média anual inferior a 800mm; índice de aridez de Thornthwite (1941) até 0,5 calculado pelo balanço hídrico, que relaciona as precipitações, a evapotranspiração potencial no período entre 1961 e 1990; e risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990 (CARVALHO, 2012; BRASIL, 2008).

Ao lançarmos mão dos estudos econômicos realizados sobre o Nordeste percebemos que a dinâmica de determinados setores tem apresentado resultados positivos como, por exemplo, taxas de crescimento de Produto Interno Bruto (PIB) regional acima do nacional, o que pode levar a perceber “os nordestes”. De acordo com estudos realizados e discutidos por Araújo (2002) descobrimos que na região há um dinamismo econômico crescente, desde a década de 1970, impulsionado principalmente pela indústria. A autora constata que as desigualdades sociais ainda são um desafio, contudo, comparando “o desempenho das atividades econômicas do Nordeste com a média nacional, verifica-se que a dinâmica regional tendeu a acompanhar as oscilações cíclicas da produção total do País”. (ARAÚJO, 2002, p. 5)

A delimitação do Polígono das Secas, como base para o planejamento estatal regional, deu lugar à área de abrangência da região semiárida (re)delimitada pelo Ministério da Integração Nacional (MIN) através da portaria nº 89 de março de 2005. Desde então, ampliou-se o campo de atuação da SUDENE, que passou a contar com 1.133 municípios, em nove estados do Brasil. Nesse caso, com oito do Nordeste (exceção para o Maranhão) mais o estado de Minas Gerais, da região Sudeste, ocupando uma área total de 981.821,9km². O referido ministério assinou, na cidade de Almenara, no Nordeste de Minas Gerais, portaria que instituiu a nova delimitação do semiárido brasileiro, resultante do trabalho do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que atualizou os critérios de seleção e os municípios que passariam a fazer parte dessa região (CARVALHO, 2012)

Conforme a figura 2 na página seguinte, somente no estado do Ceará essa área inclui cerca de 150 dos 184 municípios atendidos por este órgão (SUDENE), o que corresponde a algo em torno de 85,01% do número de seus municípios. Já no

Rio Grande do Norte, este índice é de 88,02%, confirmando a forte presença do semiárido nesses estados.

A área do semiárido é bastante expressiva nos estados da Paraíba e Pernambuco, além dos citados anteriormente. Com isso, verificamos que os dados sugerem áreas que são suscetíveis aos processos de desertificação, o que pode contribuir para que o Estado, com suas políticas públicas, possa intervir, de forma preventiva, quanto a esse tipo de degradação do solo.

Figura 2 – Quadro com o número de municípios do Semiárido Brasileiro de acordo com a portaria de nº 89 de 16 de março de 2005 (MIN)

Estado	Total de Municípios	Nº municípios no semiárido				Área Total (km ²)	Área no semiárido	
		Anterior a 2005	Incluídos em 2005	Atual	%		(km ²)	%
Alagoas	102	35	3	38	37,25	27.819	12.687	45,61
Bahia	417	257	8	265	63,55	564.693	393.056	69,61
Ceará	184	134	16	150	81,52	148.825	126.515	85,01
MinasGerais	853	40	45	85	9,96	586.528	103.590	17,66
Paraíba	223	170	0	170	76,23	56.440	48.785	86,44
Pernambuco	185	118	4	122	65,95	98.312	86.710	88,20
Piauí	223	109	18	127	56,95	251.530	150.454	59,82
R.G. do Norte	167	140	7	147	88,02	52.797	49.590	93,93
Sergipe	75	28	1	29	38,67	21.910	11.176	51,01
Total	2.429	1.031	102	1.133	46,64	1.808.854	982.563	54,32

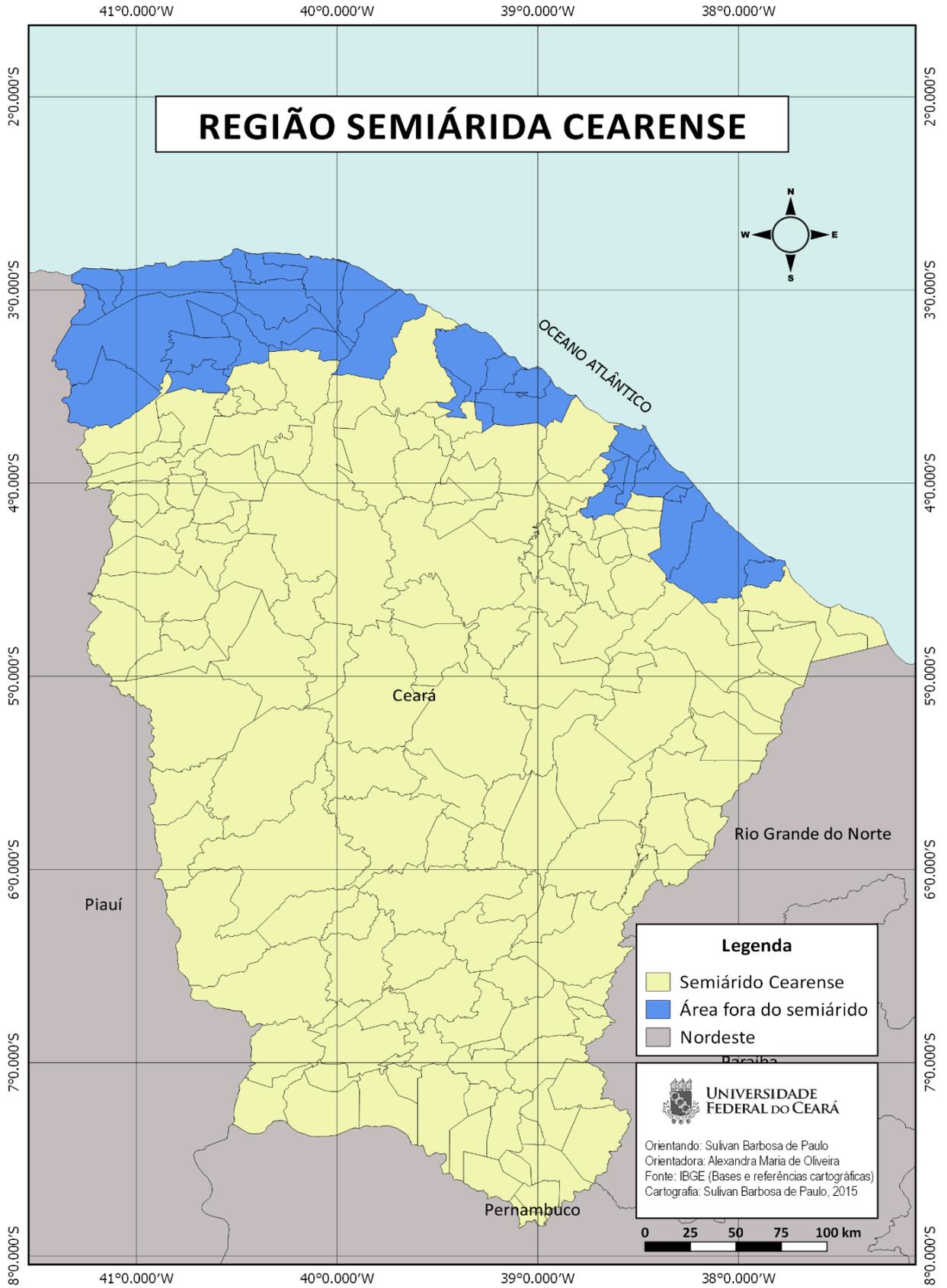
Fontes: 1) Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial para delimitação do semiárido nordestino e do Polígono das Secas – Ministério da Integração Nacional – 2005;

2) www.ibge.gov.br/estadosat - Acesso em 22/12/2014;

3) Portaria nº 89 de 16 de março de 2005 do Ministério da Integração Nacional.

Na figura 3, a seguir, apresentamos um mapa onde visualizamos os 150 municípios cearenses que integram a região semiárida. De acordo com a imagem, verificamos que, dos 184 municípios do estado, apenas alguns do litoral Leste e do litoral Norte ficaram fora da demarcação, totalizando 34 municípios. A análise permite destacar, ainda, que estes se encontram numa área onde há maior índice pluviométrico, cuja influência se deve aos ventos úmidos que têm origem no oceano e migram para o continente. Um detalhe importante é que a área de atuação da SUDENE não se restringe ao semiárido. Embora este se encontre totalmente contemplado, o órgão atua em 2.030 municípios, sobre uma área correspondente a 1.797.207,8km², atendendo uma população de aproximadamente 53.612.175 habitantes.

Figura 3 – Mapa da região semiárida cearense



No Nordeste, onde se destaca sua característica paisagística, verificamos as marcas das desigualdades sociais que se materializam em outras porções do território nacional. Cabe salientar que a forma de distribuição/apropriação de terras, que ocorreu em tempos remotos, valeu-se da grande propriedade combinada com a monocultura, na região da mata, e das fazendas de gado, no sertão. Fato esse que inicia o processo de descaracterização do quadro natural da região ainda nos primeiros anos da ocupação portuguesa. No período colonial, atividades como a extração de pau-brasil e o plantio de cana-de-açúcar ditaram os caminhos das relações econômicas firmadas pelo pacto colonial com sua respectiva metrópole.

O processo que levou à ocupação no interior do Nordeste – os sertões – está vinculado a outra atividade econômica que passou a ser desenvolvida também no período colonial: a pecuária. Essa atividade expandiu-se concomitante à produção da cana-de-açúcar, sendo responsável pelo povoamento, criação de estradas e interiorização do Nordeste açucareiro.

O gado foi sempre um servo da cana; ocupava áreas pioneiras à sua espera e cada vez se distanciava mais do litoral, tendo conseqüentemente que, ir alongando cada vez mais as suas caminhadas para chegar aos centros de consumo. (...) não fosse a pecuária, os tabuleiros ter-se-iam tornado verdadeiros vazios demográficos e econômicos entre as áreas úmidas e férteis das várzeas (ANDRADE, 2004, p. 105).

É possível afirmar que tanto o gado teve importância para o processo de interiorização como a cana-de-açúcar para o povoamento da zona costeira.

O desbravamento no sertão nordestino pelos pecuaristas teria acontecido, conforme o historiador Capistrano de Abreu (2004), a partir de duas rotas: a do Sertão de Fora, denominação dada pelos pernambucanos, teve seu deslocamento pela faixa mais próxima ao litoral, seguindo por Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, em direção ao Maranhão; e a do Sertão de Dentro, controlada por baianos, que vinha pelo interior nordestino, abrangendo a região que vai do médio São Francisco ao rio Parnaíba, no Piauí, ocupando o Sul da capitania cearense. No Ceará, estas duas correntes de interiorização confluem.

A penetração da atividade pastoril contribuiu para entrada dos movimentos nos sertões, o que promoveu o avanço sobre terras até então desconhecidas. Assim, os Sertões de Fora e os Sertões de Dentro obtiveram sucesso no processo de povoamento do semiárido.

Nos caminhos do gado, porém, havia os indígenas, que, em vários momentos, travaram duros combates com os colonizadores. A presença deles adiou por décadas o avanço para o Norte e para o Oeste, vindo a se consolidar somente no início do século XVII.

Abreu (2004) afirma que:

No avanço para o sertão defrontaram os índios, em que sobressaíram os Cariris, antigos dominadores do litoral, então acuados entre o São Francisco e a Ibiapaba. A sua resistência foi terrível, talvez a mais presente que os povoadores encontraram em todo o país; mas atacados no rio São Francisco, no Piranhas, no Jaguaribe, no Parnaíba, por gente de São Paulo, da Bahia, de Pernambuco, da Paraíba, do Ceará, foram uns mortos, outros reduzidos a aldeamentos, outros agregados a fazendas, fundindo-se e confundindo-se com os colonizadores alienígenas (ABREU, 2004, p. 45).

É importante frisar que a bravura dos índios desse território, destacada na historiografia do Nordeste brasileiro, não foi suficiente para impedir o massacre e o genocídio que ocorreu na conquista do litoral, e que se expandiu para o sertão, reduzindo, gradativamente, a população indígena à medida em que os colonizadores avançavam no domínio deste espaço.

2.2 Os sertões e seus aspectos físicos e humanos

Os sertões podem se confundir como sinônimo de interior, porém, no Ceará, essa expressão vai além. Nesse caso, o sertão “esbarra” com o litoral, visto que sua extensão chega até às bordas terrestres do continente, ou seja, às praias, onde é possível encontrar espécies de plantas típicas da caatinga nos campos de dunas, como o *cacto facheiro*.

Desse modo, mais que uma subdivisão, é também território, porção do espaço apropriado à vida e a sua reprodução. Lugar também da luta cotidiana pela sobrevivência, materializada no ir e vir, no fazer e refazer e no plantar e colher dos homens e mulheres que lá habitam. Os sertanejos, pessoas que desde cedo aprenderam a lidar com a terra, extraindo dela o que necessitavam nos momentos de fartura e, às vezes, abandonando-a quando era necessário, já não migram “aos montes” como se fazia tempos atrás. E, se hoje o fazem, é como última alternativa, pois muitos preferem insistir e “teimar” a ter que deixar para trás seu pedaço de chão.

Sobre o sertão cearense, Silva (2006, p. 47) afirma que “Fortaleza é a metrópole do semiárido que no Ceará despeja o sertão no mar”. Essa afirmação reforça a relação que há entre a cidade e o sertão, sendo a cidade considerada como a metrópole sertaneja do litoral. Aqui se revela a influência e a relação que o sertão tem com a cidade. Isso porque tanto os aspectos físicos quanto os sociais que o caracterizam se fazem chegar a Fortaleza, ou melhor, ao litoral. Há, nesse jogo de relações, uma dicotomia marcada pela interdependência de um em relação ao outro, onde o litoral é condição de existência do sertão e vice-versa.

Quanto aos seus aspectos físicos, Andrade (2004) aborda sertão e litoral setentrional juntos por entender que, para cearenses e rio-grandenses, essa expressão já está arraigada na sua cultura como algo que os identifica com a terra. No entanto, se extraímos essa expressão de uma subdivisão, certamente estaremos longe de exprimir uma singularidade da região, no sentido de se construir no imaginário popular uma imagem homogeneizada desta superfície, pois, dentro do sertão, existem os sertões e os litorais. Assim, na porção cearense do Nordeste setentrional, a “faixa litorânea arenosa é coberta por uma vegetação típica, destacando-se como espécie economicamente mais importante o cajueiro” (ANDRADE, 2004, p. 50).

A Caatinga, enquanto domínio da natureza do Nordeste, é um bioma importante por ser único totalmente brasileiro, cujas características paisagísticas são fortemente influenciadas pelo clima da região e, principalmente, pelo seu regime de chuvas. Este bioma apresenta uma vegetação peculiar numa área de 826.411Km², correspondendo, em boa parte, a mesma área do semiárido em aproximadamente 11% do território nacional.

Carvalho (2012) destaca que:

As macropaisagens da Caatinga são definidas pelas condições variadas de semiaridez e denotam uma diversidade agroecológica e agroecossistêmica, que contrapõe a ideia equivocada de que seja uma vegetação monótona (CARVALHO, 2012, p. 80).

A ideia de uma vegetação pobre e de baixa biodiversidade é um mito que ainda existe em relação à Caatinga. Porém, quando verificamos os dados apresentados pela Associação Caatinga, uma entidade não-governamental, sem fins lucrativos e reconhecida desde 1998 como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), estes provam o contrário. De acordo com dados

divulgados pela entidade existem no bioma 932 espécies de animais, sendo: 340 endêmicas; 143 mamíferos e 10 endêmicos; 510 espécies de aves, com 15 endêmicas; dentre outras tantas espécies de peixes, répteis e anfíbios (ACAATINGA, 2014).

Ab'Sáber (2011), ao tratar das Caatingas sob o domínio dos Sertões Secos, destaca que:

A originalidade dos sertões no Nordeste brasileiro reside num compacto feixe de atributos: climático, hidrológico e ecológico. Fatos que se estendem por um espaço geográfico de 720 mil quilômetros quadrados, onde vivem 23 milhões de brasileiros (AB'SÁBER, 2011, p. 84).

Diante disso, percebemos a importância de se pensar, estrategicamente, ações dentro dos sertões nordestino, tendo em vista a sua área de abrangência, bem como o contingente populacional que aí reside.

Também se faz necessário desconstruir a ideia apresentada em relação ao semiárido como uma uniformidade climática. É preciso considerar que há variação de chuvas no que se refere à distribuição no tempo, espaço e volume; levando-se em consideração que também existem diferentes sistemas atmosféricos que implicam no regime da região, a citar, por exemplo, a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) e o sistema frontal que atua na parte sul do Nordeste, que contribuem para que haja regiões com índice pluviométrico abaixo de 500mm e outras regiões que podem apresentar índices superiores a 1500mm próximas da zona costeira oriental.

O domínio das chuvas de verão é provocado pela movimentação das massas de ar; assim, no verão no hemisfério meridional, em que o Nordeste se situa, domina, na faixa equatorial, uma massa de ar úmida que fica durante o inverno cerca de 10° acima do Equador e no verão se dirige para o Sul, atingindo a porção setentrional da região, provocando chuvas de verão (ANDRADE, 2004, p. 17).

Além desse sistema, existe ainda a ação da Frente Tropical Atlântica (FTA), que conta com a atuação dos ventos alísios de Nordeste/Sudeste, e também a influência da Frente Polar Antártica (FPA) que, nesse caso, leva chuvas para a porção oriental do semiárido, agreste e zona da mata. Já o lado ocidental do Nordeste recebe chuvas oriundas da ação da Massa Equatorial Continental (mEc) e tem origem sob a área da Floresta Amazônica que, durante o verão, se expande para o Leste, atingindo boa parte do semiárido, inclusive no Ceará. Esta chega sem muita força, mas provoca precipitações na região do Cariri, no Sul do estado.

Essa diversidade de eventos pluviométricos colabora para a existência de considerável heterogeneidade de paisagens, bem como formas de uso e apropriação da natureza, que fazem desse território importante campo de interesses econômicos que, desde o período colonial do país, no início do século XVI, vêm se desenvolvendo.

Nesse contexto, uma questão essencial e ao mesmo tempo emblemática para o semiárido brasileiro, refere-se ao acesso à água pelas famílias de agricultores dos sertões. Esse importante recurso natural torna-se algo de valor inestimável. Isso porque temos aí uma irregularidade hídrica acentuada, que faz da região um cenário de disputas, às vezes violentas, onde se busca ter a garantia a seu acesso.

A hidrologia regional do Nordeste seco é íntima e totalmente dependente do ritmo climático sazonal, dominante no espaço fisiográfico dos sertões. Ao contrário do que acontece em todas as áreas úmidas do Brasil – os rios sobrevivem aos períodos de estiagem, devido à grande carga de água economizada nos lençóis subsuperficiais – no Nordeste seco o lençol se afunda e se resseca e os rios passam a alimentar o lençol. Todos eles secam desde suas cabeceiras até perto da costa (AB'SÁBER, 2011, p. 86).

Esta situação faz com que os sertões secos do semiárido, na perspectiva de Ab'saber, enfrentem períodos de estiagem em que o déficit hídrico é o maior de todo o Nordeste. Nesses espaços, o sertanejo do campo e da cidade, aprendeu, desde cedo, a criar mecanismos de sobrevivência por meio de formas próprias e alternativas de convivência com o meio natural e mediante inúmeras possibilidades de utilização dos recursos hídricos disponíveis.

Levando em conta a área do semiárido, chama-nos a atenção uma paisagem bem característica e que reforça a ideia de um semiárido com aspecto de deserto, estando relacionada com a estrutura geológica marcada pela presença de *inselbergs*. Na expressão popular sertaneja, “altos pelados” referem-se aos relevos residuais presentes no município de Quixadá (CE), que resistiram aos processos desnudacionais responsáveis pelas superfícies aplainadas do sertão, e que datam do final do Terciário e início do Quaternário (Ab'Sáber, 2011).

Um aspecto de relevância para a permanência de grupos humanos em distintos lugares do planeta diz respeito à disponibilidade de recursos hídricos. No semiárido, a água constitui-se em fonte da vida para os sertanejos e o seu armazenamento é extremamente importante. Contudo, conforme apresenta Silva (2014), em virtude da irregularidade pluvial no tempo e no espaço, muitas

comunidades são obrigadas a percorrer longas distâncias em busca de água. Afirma a autora que “elas (as comunidades) não contam com serviço de água canalizada e, portanto, necessitam buscá-la *in situ*” (SILVA, 2014, p. 326).

Essa situação é recorrente em muitas comunidades rurais do sertão e anualmente se repete no período de estiagem, principalmente quando esta é prolongada. Diante da realidade e das possibilidades e, ao mesmo tempo, das limitações em relação a essa variabilidade climática, pensar estratégias adequadas ao armazenamento de água é realmente um desafio ainda a ser superado em toda a região semiárida. Silva (2014), parafraseando Nascimento (2006), lembra que faz mais de um século que se discute e se propõe soluções para o armazenamento de água via açudagem que, em parte, resolve o problema, mas não todo. Assim, a autora destaca que

o açude Cedro, em Quixadá, foi um dos três primeiros construídos. Iniciado em 1884 e concluído 22 anos depois, em 1906, o mesmo é concebido como um ícone da inoperância e do desperdício no combate à seca (NASCIMENTO, 2006, p. 136 *apud* SILVA, 2014, p. 322).

Pensar e discutir soluções para a convivência com o semiárido não é tarefa das mais fáceis, porém, faz-se necessário que Estado, população e instituições estejam engajadas nesse compromisso com um foco em comum. Do contrário, avançar nessas questões será utópico, pois sem o devido alinhamento de interesses que convirjam para esse fim nada mudará. Desse modo, o que se percebe é que ao longo de décadas esses segmentos da sociedade traçaram projetos distintos ou pontuais no tempo e no espaço no cenário nordestino.

Para avançarmos nesse debate é preciso ter uma visão sistematizada, trazendo como recorte o quadro natural do semiárido cearense apresentado acima, pois existem outras inúmeras possibilidades de retratarmos essa porção do espaço, como por exemplo, do ponto de vista da análise baseada nos aspectos culturais, sociais e religiosos daqueles que habitam essa região.

Questões como: Quem é o sertanejo? Quais são as atividades produtivas desenvolvidas? Quais relações de produção se estabelecem no semiárido? Quais suas manifestações folclóricas, culturais e religiosas? Qual o sentido do semiárido para o sertanejo? vão nos permitir traçar caminhos para outra investigação em que se busque trabalhar os sujeitos envolvidos na relação sociedade e natureza, que define

o território onde se estabelece a construção do espaço enquanto dimensão da análise geográfica.

A constituição desse território perpassa pela apropriação do meio natural, ao longo dos séculos, por distintos povos (ameríndios, europeus e africanos) e culturas que se fundiram na construção da nação brasileira materializada no povo. Atualmente, ainda são visíveis os resquícios de um processo colonizador em que é clara a tentativa de edificação de uma sociedade cujas marcas das desigualdades, do passado ainda são presentes no modelo de desenvolvimento que se pretende implantar neste país. Num movimento dialético, as ações empreendidas pelo Estado ainda esbarram e limitam muitas vezes o pleno crescimento econômico / social das áreas e comunidades mais vulneráveis do país.

A luta pela convivência estabelece-se diante das inúmeras possibilidades e dos inúmeros desafios que se lançam na atualidade, a construção de uma sociedade baseada na justiça e equidade esbarram nos interesses das classes dominantes. No entanto, verificamos que, ao longo dos anos, essas mesmas classes atuaram como principal agente das mudanças sociais, quase sempre favorecendo a si mesmas, ao mesmo tempo em que ampliaram a distância entre burguesia e proletariado, no melhor sentido marxista dessas expressões. O seja, a luta de classes no Brasil desde o processo de industrialização até os dias atuais tornou mais aguda as disparidades entres pobres e ricos. Mesmo com os avanços, nos últimos anos, das classes menos favorecidas as disparidades se mantém, sobretudo no que se refere as questões de renda.

Contudo, existem sujeitos e agentes envolvidos num imbricado jogo de relações, saberes e processos culturais que dominam a nação. Para além disso, há, ainda, o jogo de interesse político, que faz da região Nordeste – o que também não difere no restante do país – importante reduto de reprodução das velhas práticas políticas baseadas em alianças em que a grande massa de trabalhadores, sejam camponeses ou operários, fiquem às margens das mesas de negociação e, assim, fora dos interesses dos setores e classes dominantes.

Como nos lembra Martins (2011, p. 8):

Somos estruturalmente uma sociedade de história lenta, um conjunto de relações socialmente arcaicas mediatizando, viabilizando e, ao mesmo tempo, tolhendo e limitando o desenvolvimento econômico, social e político, relatando-lhe o ritmo e cobrando-lhe tributos, às vezes definidos como corrupção.

Compreender o semiárido brasileiro requer, compreender o Nordeste em seu contexto cultural, social e, principalmente, político. O que o autor deseja é nos lembrar que as relações políticas no Brasil carregam as marcas do atraso amarradas à lentidão e que todos os ditos “avanços” ou revoluções ficaram pela metade, sempre inconclusos.

Em um contexto que ainda é marcado pelos traços do coronelismo, tão presente na primeira república, o semiárido convive com os traços do moderno desenvolvimento, promovido pelo avanço do capital financeiro/especulativo sobre porções selecionadas do território, ao mesmo tempo em que expulsa, segrega e tenta dizimar relações e práticas camponesas ou mesmo de Comunidades Tradicionais (CT) que, muitas vezes, resistem na tentativa de manter suas tradições, mesmo que, para isso, paguem com suas próprias vidas, como o fatídico caso de Zé Maria do Tomé em 2010, agricultor e ambientalista que denunciava a poluição dos recursos hídricos por uso de agrotóxicos nos perímetros irrigados da região da Chapada do Apodi, Ceará.

As contradições impostas pelo capitalismo em áreas de expansão das novas fronteiras agrícolas se reproduzem também no semiárido, pois elas dão o tom de uma das principais tensões que coexistem junto a tantas outras e que anualmente são denunciadas por organizações com a CPT através da publicação *Conflitos no campo*. Contradição essa que está materializada pelo antagonismo existente, por exemplo, entre a grande empresa rural e a pequena e média propriedade – em geral de mão-de-obra familiar –, que concorrem de forma desigual com os grandes empreendimentos, sendo que estes últimos sob os auspícios do Estado.

Carvalho (2012) destaca que, ao longo do século XXI, a sociedade civil tem sido importante agente de mobilização e articulação, não só por apresentar propostas, mas por procurar discutir criticamente sua luta e participar dos mecanismos democráticos para o desenvolvimento.

A mesma autora afirma que:

As lutas contra a pobreza, as injustiças sociais e as formas de ação e intervenção descontextualizadas por parte do Estado moldaram um papel proativo desse seguimento social, que, além de pressionar a democratização dos programas de desenvolvimento, passa a agir pela abertura de sua participação e gestão nos processos de elaboração e implementação de programas para o território (CARVALHO, 2012, p. 117).

Assim, a luta do povo do Nordeste, do sertanejo e das comunidades tradicionais, passa pela discussão da realidade vivida por cada um desses segmentos sociais, mostrando que, somente se apropriando do conhecimento e tendo uma postura crítica, é possível resistir aos grandes projetos estruturantes (produção, energia, indústria etc.) que chegam à região, de forma rápida, instaurando a contradição. Este último aspecto que é inerente ao próprio desenvolvimento do capitalismo é enfrentado pelos segmentos sociais organizados, tendo em vista que só resistindo não sucumbem frente ao sistema.

O sertão semiárido cearense, que se constitui nesse trabalho como o espaço/território da pesquisa, nos apresenta como personagem principal o agricultor familiar sertanejo. Contudo, este será tratado, aqui, como camponês, pois entendemos que esta denominação é a que melhor se adequa aos objetivos da pesquisa. Também optamos por essa designação com o propósito de diferenciá-lo do agricultor familiar (designação dos sujeitos-alvos dos programas estatais), pois entendemos que essa nomenclatura é uma maneira de desvincular a luta dos camponeses brasileiros e sua relação indenitária com este termo (camponês). Assim, não se trata de afirmar que os camponeses aqui pesquisados rejeitem os projetos do Estado, pelo contrário, eles defendem e querem maior participação. Contudo, o termo camponês, longe da clássica visão romântica que se tem, é um sujeito de múltiplas feições, que, resguarda os saberes tradicionais da vida no campo. É aquele que, mesmo incluso nos programas sociais do governo (federal/estadual), mantém uma preocupação agroecológica com o manejo da terra. Ele une tecnologia e tradição ao mesmo tempo em que refuta a lógica produtiva do agronegócio.

3 CAMPESINATO E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

3.1 Camponês e campesinato: a construção de um conceito

O campesinato caracteriza-se como um modo de vida, identificado no tempo e no espaço e na forma como o trabalho no campo é realizado pelas famílias. Mais que isso, é também marcado a partir da maneira como seus membros se relacionam entre si, independente do grau de parentesco. De acordo com Shanin (1983), a família, tomando por base o caso russo, nem sempre é por consanguinidade, pois há situações em que esses laços se firmam entre aqueles que dividem a labuta cotidiana, participando integralmente da vida camponesa.

Contudo, a história do campesinato é quase tão antiga quanto a existência do homem na Terra. A descoberta da capacidade de cultivar os próprios alimentos tornou o homem apto a provocar mudanças na forma como este passaria a se relacionar com o espaço natural, transformando-o conforme seu interesse, necessidade ou capacidade. Assim, a passagem do nomadismo ao sedentarismo é vista como um divisor de águas nessa epopeia humana, pois, desde a descoberta da agricultura, a primeira natureza vai dando lugar à segunda natureza, marcando, desde então, sua presença no planeta (SANTOS, 1999). É certo que o camponês que trataremos aqui é constituído de conceitos e significados.

Nesse trilhar, deparamo-nos com trabalhos que datam do início do século XX, na Rússia. Por exemplo, até os autores mais contemporâneos buscam, à guisa de contribuir para o debate, tratar o campesinato sob a ótica da experiência vivida em cada local pesquisado por cada um(a). Nesse sentido, a discussão sobre o campesinato toma corpo à medida que sua presença é identificada em várias partes do mundo. Nas abordagens, vamos descobrindo que alguns traços são comuns, porém, em cada caso, é possível evidenciar elementos de especificidades.

As particularidades a que nos referimos dizem respeito ao tipo de propriedade, às culturas lavradas, às decisões tomadas, às lideranças, ao emprego ou não de trabalho assalariado, ao destino da produção, à posse da terra, etc. Esses elementos são importantes na definição e delimitação de cada caso que se queira abordar, porém, um aspecto é único: a presença da mão de obra familiar. Este último

fato, para SHANIN (1983), aliado à produção, prioritariamente para o próprio consumo, são elementos genéricos para o campesinato em distintas partes do globo.

Há uma questão central, que gira em torno das perspectivas do -- campesinato diante do avanço do capitalismo agrário nos países industrializados e, sobretudo, naqueles em desenvolvimento, em relação à sua permanência e ressignificação ocorrida ao longo das últimas décadas, como é o caso do Brasil. Para melhor compreensão no que se refere a essa mudança de perspectiva quanto ao campesinato, é necessário que verifiquemos os paradigmas existentes desde o fim do século XIX, que nortearam frutíferos debates no decorrer do século XX.

Havia, segundo Carvalho (2005), três paradigmas que se lançaram para traçar, em linhas gerais, quais as perspectivas para o campesinato frente ao desenvolvimento do capitalismo, bem como em relação ao avanço das atividades agrícolas em todas as escalas.

(...) O paradigma do *fim do campesinato*, compreende que este está em vias de extinção. O paradigma do *fim do fim do campesinato* entende a sua existência a partir de sua resistência. E o paradigma da *metamorfose do campesinato* acredita na sua mudança em agricultor familiar (CARVALHO, 2005, p. 24).

A primeira leitura, do fim do campesinato, acredita que a diferenciação baseada na renda capitalizada da terra como resultado da evolução das forças produtivas e, conseqüentemente, das relações sociais, transformaria uma pequena parte dos camponeses em capitalistas e a maior parte em assalariados. Uma segunda interpretação, desse mesmo paradigma, afirma que a evolução do capitalismo no campo inviabilizaria a agricultura camponesa em função do alto grau de desenvolvimento da agricultura capitalista.

O segundo paradigma, do fim do fim do campesinato, não nega a primeira, mas acrescenta que é “fato que o capital se apropria da riqueza produzida pelo trabalhador familiar camponês por meio da renda capitalizada da terra” (CARVALHO, 2005, p. 24). Acontece que, para o capitalismo, interessa a circulação dessa produção para o seu próprio desenvolvimento. Dessa forma, o grande capitalista ou proprietário de terras busca lucros no arrendamento ou na possibilidade de produção em comunidades camponesas. Com isso, o arrendamento, a compra ou a ocupação de terras se tornam formas de recriação do campesinato ao mesmo tempo em que é visto, pelos próprios camponeses, como importante forma de organização social para

o desenvolvimento humano. Essa vertente atua em duas frentes: uma por meio da política de reforma agrária e outra pela territorialização da luta pela terra.

O terceiro paradigma, da metamorfose do campesinato, é recente – data da última década do século XX – e acredita no fim deste, mas não no fim do trabalho familiar. Para esta corrente de pensamento, o agricultor familiar seria uma espécie de “camponês moderno”, um eufemismo na verdade. Acredita-se que o termo camponês remete à ideia de atraso. Daí seria necessária a metamorfose do camponês para agricultor familiar. Porém, em contrapartida, essa mudança não seria meramente de termos, mas também de identidade, pois este, ao se assumir, estaria perdendo sua história de resistência e desvinculando-se totalmente do longo processo histórico de constituição da classe camponesa, ficando a sua existência condicionada aos parâmetros da lógica da grande empresa capitalista e, portanto, do mercado.

Os estudiosos do campesinato brasileiro buscam, em fontes estrangeiras, a base conceitual necessária para auxiliá-los, em termos de referencial teórico, na crítica e interpretação dos processos históricos de sua gênese. As obras de Kautsky (1980), Lênin (1984), Chayanov (1979) e Shanin (1983) são leituras imprescindíveis, que permeiam o pensamento e a produção dos primeiros escritos até as interpretações mais atuais. Ao longo de décadas, esses trabalhos foram sendo atualizados a partir do momento em que as interpretações se tornavam mais complexas. Nesse mesmo período, ocorria o avanço do capital sobre o campo no Brasil.

As primeiras abordagens, dada por alguns autores brasileiros, quanto as origens do campesinato no Brasil, gerou certo desacordo entre os intelectuais da primeira metade do século XX. Havia notadamente um certo desconforto quanto a certos pareceres que foram expostos por Caio Prado Junior, conforme afirmou Martins (1983):

No seu entender, não tivemos nem temos no Brasil nada que se pareça ao camponês dessas concepções políticas. Tal camponês seria personagem de uma estrutura feudal ou dos restos do feudalismo, o que, no entender daquele autor não teria cabimento. De um lado, porque o fazendeiro era um homem de negócios. De outro lado porque as relações feudais ou semifeudais – como as várias formas de parceria – assimilam-se antes ao assalariado (MARTINS, 1983, p. 23).

Essa proposição (sobre o feudalismo no caso brasileiro) foi discutida entre vários autores nacionais como por exemplo Alberto Passos Guimarães, Caio Prado

Junior, Jacob Gorender, Octavio Iannin. Contudo, já foi superada, conforme aponta Wanderley (2011) ao afirmar que vivemos num outro paradigma pelo fato

(...) da resolução do longo debate acadêmico em torno do dilema feudalismo-capitalismo, pela afirmação da natureza capitalista da agricultura brasileira e da superação da visão dualista, que defendia a existência paralela de dois “Brasis” pelo reconhecimento da centralidade do processo de acumulação capitalista em nosso país (WANDERLEY, 2011, p. 23).

Superada essa questão, é preciso deixar claro que a natureza do campesinato brasileiro tem raízes distintas daqueles encontrados na Europa Oriental ou na Rússia. Embora ainda se verifique traços que os unem, principalmente em relação ao aspecto familiar da mão de obra empregada na produção.

Sobre esse aspecto Shanin (1983) afirma que:

A sociedade e a cultura camponesas possuem algo em comum. É uma espécie de arranjo na humanidade com certas semelhanças por todo o mundo. (...) O campesinato está formado por pequenos produtores rurais que, com ajuda de equipamentos simples e o trabalho de suas famílias, produzem principalmente para seu próprio consumo. (tradução nossa) (SHANIN, 1983, p. 276).

Martins (1983) procura apresentar as origens ao mesmo tempo em que recria os processos históricos nos quais se insere o camponês brasileiro. O autor destaca que, no Brasil, esse sujeito possui muitos nomes, diferentemente do que acontece na Europa ou em boa parte da América Latina. Aqui, dependendo da região, o camponês pode ser chamado de caipira, caiçara, tabaréu e caboclo. Este último apresenta um aspecto depreciativo em sua designação. Isso porque está relacionado àquele que é de fora, longe, rústico, atrasado e, até mesmo, ingênuo. Também está relacionado àquele que é “preguiçoso”, que não gosta de trabalho (MARTINS, 1983).

Esse sujeito, no entanto, demarca seu lugar no espaço, mas principalmente a sua condição social, pois, no contexto histórico nacional, ele se encaixa às margens da sociedade, ou seja, fora dos planos e dos projetos de governo, aparecendo, assim, como não pertencente a um setor que requer atenção do Estado.

A exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento da sua ação política. Mas essa exclusão não é, como as vezes tem sido entendida, mera exclusão política. Por isso, é necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos. Essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico (MARTINS, 1983, p. 25).

O autor apresenta que a exclusão é, de certa forma, proposital, pois a ausência de um conceito ou categoria revela alguém “que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando (...)” (MARTINS, 1983, p. 25). Assim, o processo de privação, que é ideológico e profundo, escamoteia a importância que a classe camponesa tem dentro da história republicana de nosso país. Contestado, Canudos, Trombas, Formoso e Caldeirão são exemplos de revoltas em que os camponeses tiveram confrontos diretos com o exército brasileiro, o que demonstra que as reivindicações dessa parcela da sociedade já vêm, há muito tempo, sendo negadas.

A exclusão que marca a vida do camponês começou ainda no período colonial, pois aquele que não tinha “sangue limpo”, não teria direito à herança. O bastardo, o mestiço de branco e índio ficavam de fora. Os índios, cujas terras foram incluídas em sesmarias, eram explorados pelos colonos e utilizados como soldados em disputas por terras entre famílias. Martins (1983) também inclui na lista de excluídos aqueles que foram empobrecidos pelo morgadio.

Dessa forma, aqueles que estavam de fora do círculo dos que detinham *status* e, portanto, bens, formavam uma imensa massa de excluídos da sociedade brasileira. Moradores de favor, posseiros, sitiantes, agregados, arrendatários e lavradores livres são termos que expressam as distintas formas ou relações que se estabelecem entre os proprietários de terras e os desterrados.

Na evolução histórica brasileira, encontramos diversos momentos em que o acesso à terra tem sido dificultado pela classe dominante. Ianni (2004), por exemplo, destaca a Lei de Terras de 1850 como um marco nesse processo, pois ela “extingue o princípio da doação e inaugura o da compra, para a aquisição de terras devolutas. Tratava-se de dificultar o acesso, por parte de ex-escravos, camaradas, imigrantes, colonos, moradores e outros” (IANNI, 2004, p. 174).

A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, resultou em duas implicações. A primeira delas favoreceu a monopolização da propriedade da terra por fazendeiros e latifundiários e, ao mesmo tempo forçou os trabalhadores a venderem sua força de trabalho nas lavouras de café, criação de gado ou outras atividades. Essa lei foi vista, por muitos, como consequência da proibição do tráfico negreiro no Brasil, isso porque a Lei Eusébio de Queiroz foi aprovada no mesmo mês e anterior à Lei de Terras. Muitos também acreditam que havia a tentativa de impedir as possíveis

consequências da abolição da escravatura que viria a acontecer anos mais tarde, em 1888.

Com as mudanças na política brasileira na década de 1930, após a crise de 1929 e seus efeitos na economia, o estímulo à industrialização, a abertura do país ao capital estrangeiro provocou grande impacto sobre a população e acabou gerando uma situação de profunda insatisfação entre os trabalhadores do campo, que passaram a pressionar o Estado por melhorias. A situação de instabilidade política, no entanto, na década de 1960, de certa forma pressionou o governo federal a adotar medidas que procurassem amenizar tal situação. Como resposta, criou-se alguns mecanismos jurídicos que visavam responder a parcela da população brasileira, sobretudo aquela de áreas rurais.

Em 1963, foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214 - de 2 de março de 1963), que instituiu a carteira profissional, o contrato de trabalho, os direitos e os deveres das partes contratantes quanto a: salários, descanso remunerado, férias, trabalho de menor de idade, da mulher e outros aspectos das relações de produção. E, em 1964, foi aprovado o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), um rigoroso instrumento que definiu os mecanismos pelos quais, a partir de então, se daria a reforma agrária no país. Visto pela classe dominante agrária como uma ameaça aos seus interesses, o documento criou o conceito de “empresa agrícola” que, em detrimento da reforma agrária, instituiu a “política agrícola” que ditaria os novos rumos para o campo brasileiro, na perspectiva da modernização agricultura. Martins (1986) assim se refere ao período do governo militar e à reforma agrária:

É bem verdade que o governo militar não faria a reforma agrária: em duas décadas foram feitas apenas cento e setenta desapropriações de terra, cresceu enormemente a concentração da propriedade fundiária e a proletarianização dos camponeses. (MARTINS, 1986, p. 25)

Nesse sentido, o Estado, que através desses estatutos mascara a intenção de promover uma reforma mais democrática, estabelece as políticas de financiamento – com abertura para o capital especulativo –, acentuando, ainda mais, as disparidades entre agricultores sem-terra e empresários agrícolas.

O campesinato brasileiro se insere nesse processo contraditório – que é posto pelo grande capital – como um caso particular em virtude das suas nuances, como, por exemplo, a multiplicidade de sujeitos (posseiros, rendeiros, meeiros,

vaqueiros, etc.) representados numa mesma categoria; ou a concentração de terras que expulsa/exclui muitos trabalhadores rurais. Contudo, para compreendê-lo, em sua essência e permanência nos dias atuais, é necessário retornar aos vários pensadores que se dispuseram a analisar e compreender muitos dos problemas sociais que se desenvolviam no seio da sociedade capitalista. Dentre os clássicos marxistas podemos destacar os trabalhos de Lênin (1982) e Kautsky (1980).

Estes são, portanto, trabalhos distintos, mas que apresentam uma base teórica comum. Para Kautsky (1980), no que diz respeito ao pequeno produtor camponês, acreditava que a industrialização da agricultura incorporada pela grande empresa rural levaria a uma gradativa redução das pequenas propriedades, contudo, estas ainda coexistiriam até a total implantação de um Estado Socialista. Nessa perspectiva, Kautsky afirma que:

Expropriando os camponeses, a grande empresa amplia o seu domínio, mas reduz o número de homens que o cultivam. Disso já resulta que, apesar da sua superioridade técnica, ela jamais consegue reinar com exclusividade numa determinada região. A grande propriedade, por mais que repila todos os camponeses livres, sempre terá uma parte deles à sua ilharga, uma parte que ressuscita como pequenos arrendatários. Assim, mesmo onde prepondera, a grande exploração não consegue um império incontestável. (KAUSTSKY, 1980, p. 182-183).

Dessa forma, a grande e a pequena propriedade rural estão fadadas a coexistência, dada a necessidade de uma sobre a outra. O recuo da grande em função da pequena, ou vice e versa, se dá, em benefício de uma pela outra num jogo involuntário, regido pelas leis do capitalismo.

Lênin (1982), numa interpretação do trabalho de Marx em *O Capital*, acreditava na desintegração do camponês que, inevitavelmente, se converteria em capitalista agrário ou se converteria em proletário rural. Para o autor:

A agricultura assume progressivamente um caráter comercial, um caráter de empresa – este é o traço principal da sua evolução no período posterior à reforma. Nas propriedades privadas o fenômeno é tão evidente que dispensa esclarecimentos especiais. Nos estabelecimentos camponeses, ele é mais difícil de constatar (...). (LENIN, 1982, p. 202)

Assim, Lenin evidencia a superioridade consequente da grande agricultura comercial ao afirmar que o seu crescimento “se pode explicar o fato de a época posterior à reforma caracterizar-se pela ampliação do mercado interno para o

capitalismo (desenvolvimento da agricultura capitalista, desenvolvimento da indústria fabril em geral [...])” (LÊNIN 1982, p. 203).

Uma terceira perspectiva marxista de análise do campesinato é apresentada por Alexander Chayanov, agrônomo e economista russo, cuja obra está baseada nos resultados dos trabalhos que desenvolveu para o Estado, momento em que aproveitou sua condição de técnico para

“investigar como era a racionalidade do comportamento da unidade econômica do camponês, com seu trabalho familiar, dentro do modo de produção capitalista e mesmo na transição ao socialismo” (CARVALHO, 2014).

Ao longo de sua obra, Chayanov conseguiu estabelecer os princípios gerais que regem o campesinato, num movimento econômico interno à unidade de produção (família). Consciente da influência do capital no ritmo da produção camponesa, entendia que cada unidade possuía certa autonomia e via nesse sistema uma estrutura não capitalista.

Numa exploração com base no trabalho familiar, a família equipada com meios de produção, utiliza a sua força de trabalho para cultivar o solo e obtém, como resultado do trabalho de um ano, uma certa quantia de bens. Uma olhadela apenas para a estrutura interna desta exploração bastaria para nos fazer perceber que, na ausência da categoria salário, é impossível situar nessa estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, considerados como verdadeiras categorias econômicas no sentido capitalista do termo. (CHAYANOV, 2014, p. 105).

Com esta exposição, o autor explica que, não existindo as categorias citadas (salário e lucro líquido) que tipificam o capitalismo, não se poderia imputar ao campesinato russo a lógica do capital, sendo, portanto, este um sistema de produção não capitalista.

No trabalho de Chayanov, há, ainda, certa preocupação com a retomada do conceito de família camponesa, definida como sendo um grupo composto por aqueles que comem sempre na mesma mesa e no mesmo prato (CHAYANOV, 1984, p. 48). Logo, aqueles que sentam à mesa não apresentam, necessariamente, laços biológicos, mas, sim, laços sociais marcados pelo trabalho.

Voltando ao caso brasileiro, podemos compreender que o campesinato contém muitas dessas características apresentadas pelos autores estrangeiros. Contudo, é preciso considerar que há certa especificidade nesse caso. O camponês

do Brasil procura sua afirmação e inserção dentro de um processo contraditório e dialético que, antes de tudo, o exclui ou, no mínimo, dificulta muito o seu acesso a terra. E, conforme Martins (1983; 1994), a classe dominante do campo esteve sempre muito bem organizada e um passo à frente dos camponeses, conseguindo, junto à classe política brasileira, assegurar os seus interesses.

No que se refere ao campesinato presente no Brasil, podemos afirmar que há um rol de especificidades que o tornam único e, ao mesmo tempo, diversificado, dada à realidade da formação socioespacial do território nacional. Assim, um conjunto heterogêneo de situações possibilitaram ao campesinato certas adaptações na medida em que este se internaliza e também se perpetua. Nesse sentido Carvalho (2005) lembra:

(...) o modo de produção camponês, tal como nós o compreendemos aqui, não é gerador de uma formação particular, ele se incrusta numa série de formações, ele se adapta, interioriza a seu modo as leis econômicas de cada uma delas e deixa, ao mesmo tempo, como maior ou menor intensidade, em cada uma delas a sua marca (CARVALHO, 2005, p. 15).

Concordando com o autor, entendemos que reside nessa diversidade de situações para o campesinato brasileiro a explicação para sua permanência nos dias atuais. Dito de outra forma, o campesinato brasileiro tem conseguido sobreviver – mesmo diante do antagonismo imposto no campo – até os dias atuais graças à heterogeneidade de formatos em que ele se manifesta diante da diversidade de paisagens e sistemas políticos e econômicos. Assim como das distintas formas de uso e ocupação que se sucederam no Brasil.

Isso é tão verdade, pois, no que se refere ao semiárido nordestino, o campesinato também se apresenta conforme as relações de produção que se estabelecem entre os proprietários de terras e os camponeses, podendo este último figurar como dono de pequenas posses ou como assentado pela Reforma Agrária.

Oliveira (2005) nos faz lembrar que a formação da elite agrária nordestina está ligada à forma de como ocorreu a distribuição de terras nesse território. O regime de sesmarias inaugura os primeiros latifúndios, em que se evidencia a perspectiva concentradora desse processo. A autora lembra que

“A doação de grandes extensões de terras voltadas, para a pecuária no sertão semiárido favoreceu a constituição de uma elite agrária sertaneja. As fazendas de gado se multiplicavam rapidamente não ocupando na mesma

proporção a mão-de-obra que estava se formando na área (OLIVEIRA, 2005, p. 133).

Partindo dessa constatação, podemos afirmar que as relações sociais que se estabelecem entre proprietários e camponeses (despossuídos de terra), estão baseadas, via de regra, em formas pré-capitalistas, pois, para ter o acesso à terra e produzir, estas duas classes sociais definiram formas não capitalistas de produção. Essas formas estão fundamentadas no acesso à terra em troca de renda por produtos (parceria) ou em troca de renda por trabalho (arrendamento). Além disso, essa relação está pautada na lógica da “troca de favores” entre classes, o que reforça “a dependência e subordinação (...) pela gratidão e favor, em um quadro de miséria e pobreza absolutas” (OLIVEIRA, 2005, p. 133).

Nesse universo marcado pela desigualdade, o camponês se destaca pela maneira ímpar em que cria as condições necessárias à sua existência e reprodução, enquanto sujeito e enquanto classe. As diferentes relações, por ele desenvolvidas, revelam, antes de tudo, uma estratégia de sobrevivência e, ao mesmo tempo, de perpetuação.

A análise mais apurada dessa classe nos leva a um universo único e particular, em que as distintas concepções do que é “ser camponês” tornam-se possíveis, tendo como viés os aspectos subjetivos que também lhes são inerentes. Com isto, queremos dizer, concordando com Lima (2009), que, para além das relações de produção e forma de organização social, o campesinato pode ser percebido a partir de seus aspectos relacionais e culturais. Isso significa que a sua permanência não se dá apenas no plano físico, mas, sobretudo, no que se refere ao aspecto imaterial, marcado pela tradição e pelos costumes que são repassados de geração a geração.

A autora mostra que o *ethos* camponês, ou seja, o seu jeito e sentimentos revelam a maneira

(...)como os indivíduos lidam coletiva e individualmente com os elementos que o cercam, vinculando-se diretamente à racionalidade com que os sujeitos se comportam. É expresso pelos costumes, ou seja, o que se costumava realizar em períodos passados. (LIMA, 2009, p. 116).

Assim, a tradição e os costumes de um povo, marcados pelas diferentes formas de uso da terra, comportamentos e produções, são elementos que transitam

de uma época a outra por meio da repetição desempenhada por seus membros, desde o passado mais remoto, e que se perpetua no presente. Estes mesmos elementos também se manifestam em diferentes lugares, com formas e nomes distintos. Porém, sua origem emana de um ancestral comum, com raízes no passado, que, certamente, deve resultar do processo de miscigenação no Brasil.

Assim, camponeses com traços característicos comuns, seja na tradição ou no comportamento, são identificados na população abordada neste trabalho. Camponeses, cuja história de vida está entrelaçada entre o passado e o presente, no modo de vida próprio desse lugar, resguardando os traços culturais daqueles que chegaram antes. Estando, dessa forma, com a atenção voltada para o futuro, o novo (o campesinato na atualidade) se refaz do passado para garantir a sua permanência na atualidade.

3.2 A convivência com o semiárido

As delimitações física e política do semiárido brasileiro, que foram tratadas no capítulo 2, não conseguem dar conta da diversidade e da dimensão que este território adquiriu nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 1990. Isso porque, do ponto de vista físico, a demarcação de área tão extensa requer uma combinação de precisão e incorreção cartográficas (deformações) que o conceba em suas fronteiras prontas e acabadas, como se não houvesse uma faixa de transição que, em geral, apresenta características inerentes às porções opostas, sendo, portanto, passível de dupla interpretação.

Segundo porque, do ponto de vista político, seu contorno nem sempre reflete a totalidade da realidade. Porém, é possível afirmar, previamente, que houve uma coalizão de forças e lideranças que trabalharam juntas no sentido de dar um novo rumo às ações políticas – em todas as esferas do poder – daquilo que, por anos, se convencionou chamá-las de “combate à seca”.

Vimos que, ao logo de décadas, essa porção do território nacional já foi cartografada diversas vezes no sentido de incluir, dentro de um determinado perímetro e com determinados critérios, as áreas que mais sofrem nos períodos de estiagem em programas assistencialistas que eram desenvolvidos no intuito de mitigar os efeitos das secas mais prolongadas.

No imaginário nacional, o Nordeste foi visto por décadas como uma região marcada pelas calamidades advindas dos períodos de seca que, periodicamente, ocorrem na região. Nesse tempo, a classe política dominante – ou seja, a oligarquia latifundiária – fez uso desse artifício para assegurar, junto ao Estado, generosos repasses com o fim de amenizar essa situação. Para Castro (1992, p. 59-60), “a manipulação interesseira dos recursos destinados às obras contra a seca e a obtenção de favores políticos, via clientelismo, eram fatos conhecidos”.

Longe de provocar uma mudança significativa, essa situação colaborava para a manutenção do *status quo* nordestino, não promovia as alterações necessárias para a superação dessas adversidades e garantia a permanência das mesmas elites no poder.

Essa situação começa a ganhar novas perspectivas na década de 1980. Nesse período, o país foi palco de intensos debates que envolviam os movimentos sociais, igreja católica, sindicatos rurais, ONG's, agências de cooperação internacional, associações e cooperativas, movimentos de mulheres, universidades, etc. E foi também um momento de ações políticas que reivindicavam por mudanças urgentes diante do quadro nacional. Com o fim do regime militar e o retorno à democracia, a sociedade volta a se mobilizar, cobrando do Estado ações mais eficazes, especialmente em relação ao combate à fome e à miséria que assolavam o país.

Mais que ações pontuais, os movimentos sindicais e sociais passam a exigir uma mudança de paradigma, pois viam que, sob a perspectiva do “combate à seca”, o país não conseguiria melhorias substanciais para a população nordestina. Conforme aponta Carvalho (2012):

Os movimentos de resistência à política de ‘combate à seca’ passam a se fortalecer, permitindo gerar uma maior articulação política na sociedade civil, tendo à frente as ONG's, a Igreja Católica e os Sindicatos Rurais promovendo a ideia de que o Nordeste é viável” (CARVALHO, 2012, p. 119).

Essa coalizão de entidades foi quem assumiu a vanguarda desse movimento, cuja perspectiva de mudança paradigmática começava a tomar corpo elaborando propostas para convivência com o semiárido, assumindo, assim, um novo modelo a ser buscado em relação esta região.

De acordo com o dicionário Houaiss (2009), em sua versão eletrônica, o termo convivência significa “vida em comum; contato diário ou frequente, existência

próxima e simultânea”. Nesse sentido, aqueles grupos/movimentos que lançaram suas propostas – como veremos a seguir – buscavam realizar ações para resgatar algumas experiências implementadas junto às comunidades inseridas no semiárido, como, por exemplo, as desenvolvidas nos sertões de Alagoas, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará. A ideia por trás dessas atividades vinha de encontro com a acepção advinda do termo convivência, que se encaixava bem aos anseios das entidades envolvidas.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990 ocorrem vários eventos, cujas temáticas giravam em torno dessa nova perspectiva em que se ansiava por um “Nordeste Semiárido” pautado em propostas de convivência e sobretudo na viabilidade destas. Carvalho (2012) relembra que, no final do século XX, existia muito interesse envolvido nessa mudança e, em 1999, “já havia um significativo número de organizações da sociedade civil, um coletivo que comungava e se articulava permanentemente” (CARVALHO, 2012, p. 120).

Neste mesmo ano, ocorre, em Recife (PE), a 3ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e, concomitante a esta, realizou-se o Fórum Paralelo que congregava diversas organizações civis do Nordeste. Como resultado deste último, há o lançamento da “Declaração do Semiárido”, um documento norteador que funda as bases políticas para a convivência com este território. No referido documento, as intenções são claras em prol da convivência e contrárias à ideia de combate à seca no Nordeste.

Além disso, o documento estava baseado em duas premissas. Sendo estas voltadas para “a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do Semiárido e a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção” (DECLARAÇÃO..., 1999). Desse modo, a carta adquire a dimensão de denúncia, diante das degradações sofridas, e também de luta contra o latifúndio concentrador, herança de nosso passado colonial.

Ainda na mesma carta são apontados os caminhos para essa mudança de paradigma, em que se destacam seis pontos principais, sendo eles: “conviver com as secas, orientar os investimentos, fortalecer a sociedade, incluir mulheres e jovens, cuidar dos recursos naturais e buscar meios de financiamentos adequados” (DECLARAÇÃO..., 1999).

Diante dessa realidade e das inúmeras articulações interinstitucionais já desenvolvidas, surge em 1999, com término da conferência citada, a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), que se trata de

Uma rede formada por mil organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida. Sua missão é fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido referenciados em valores culturais e de justiça social (ASA BRASIL, 2015).

Essa articulação congrega entidades dos oito estados nordestinos, incluindo Minas Gerais, por onde se estende o semiárido. Tem como objetivos fortalecer e divulgar as tecnologias sociais populares de captação e armazenamento de água para consumo humano e para a produção de alimentos. Além disso, visa também o fortalecimento de

Outras iniciativas de convivência com o Semiárido, como a construção do conhecimento agroecológico; as cooperativas de crédito voltadas para a agricultura familiar e camponesa; os bancos ou casas de sementes nativas, ou crioulas; os fundos rotativos solidários; a criação animal; a educação contextualizada; o combate à desertificação (ASA BRASIL, 2015).

Com este marco inaugural, diversas ações começam a ganhar força pelas entidades que compõem a rede de articulação pela convivência com o semiárido. Algumas de forma mais independentes, e outras, mais articuladas.

No contexto cearense, as ações partem de entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT-Ceará) e a Cáritas, que se organizam a partir da divisão por dioceses no estado. Muitas dessas ações tiveram início ainda no final dos anos 1990 com a divulgação dos projetos das cisternas de placas. No entanto, se tomarmos o caso da CPT, esta começa a se articular com o intuito de promover o desenvolvimento dos camponeses e trabalhadores sem-terra desde o seu surgimento na década de 1970. Nesse momento, ela assume a missão pastoral, porém, com os “pés no chão”, pois

Defende a necessidade de organização da produção numa perspectiva sustentável (resgate das sementes crioulas, luta contra os transgênicos), propondo um novo modelo agrícola e agrário(...) LIMA (2014, p. 177).

A Igreja teve papel fundamental nesse período, pois, foi com o apoio e motivação de religiosos como o ex-Bispo de Crateús, Dom Frágoso e Dom Aloísio

Lorscheider da Arquidiocese de Fortaleza, que, em 1976, acontece a fundação da CPT no Ceará. Com isso, nasce o desejo de se pensar num modelo de educação inspirado no método do mestre Paulo Freire e pautado numa perspectiva que atenda aos anseios do povo do campo, ao mesmo tempo em que esteja de acordo com a realidade sertaneja.

A educação, nesse caso, é vista como agente de transformação da realidade e principal canal de difusão e troca de experiências para a convivência como o semiárido. Os camponeses entendem que a conquista da terra, muitas vezes, não é garantia de permanência nela, pois, caso não haja a devida capacitação e acompanhamento técnico, a migração é quase certa. Tentando contornar essa situação, agentes da CPT começaram a dialogar com camponeses do território Inhamuns/Crateús sobre a possibilidade da construção de uma escola pautada no modelo da alternância.

Dialogando com a perspectiva da convivência com o semiárido, foi criada em 2002, a partir da articulação entre camponeses e entidades parceiras da CPT, a Escola Família Agrícola (EFA) Dom Frágoso, que se instalou na zona rural do município de Independência, Ceará.

Mattos (2011) afirma que a opção pedagógica pela convivência com o semiárido justifica-se pelo fato de que o espaço em questão (da EFA Dom Frágoso) está inserido nesse contexto. Porém, por ser um modelo baseado na alternância, havia também a preocupação dos agentes envolvidos e dos monitores para que o ambiente escolar não se distanciasse da realidade vivida por seus alunos em suas comunidades. Sendo assim, a escola seria encarada como uma extensão das suas casas e comunidades.

Além disso, a instituição tinha o objetivo de

Promover uma formação contextualizada e integral de jovens agricultores/as camponeses/as, buscando desenvolver o protagonismo juvenil e tecnologias apropriadas para a convivência como o semiárido do Território Inhamuns/Crateús". (MATTOS, 2011, p. 210).

Nesse sentido, a EFA, além de ser um ambiente de formação, funciona como um laboratório de experiências pautadas na convivência. A escola, inserida no semiárido cearense, implementa e divulga técnicas que passam a ser reproduzidas por seus educandos nas comunidades onde residem. A escola, age dessa forma, disseminando conhecimentos que "se espalham" pelos sertões. Além da sua função

formativa, a escola é também um modelo de referência no estado, sendo, inclusive, objeto de pesquisa de estudiosos de diferentes áreas do conhecimento. Periodicamente recebe a visita desses especialistas, bem como de grupos de estudante do ensino médio ou do ensino superior.

A rotina da escola está pautada na colaboração ativa dos educandos e educandas, que dividem as tarefas de manutenção, estudo e prática, buscando sempre estimular a participação crítica de todos. Sobre esse aspecto Oliveira (2013) considera que:

A Pedagogia da Alternância na EFA Dom Fragoso permite que o estudante construa uma análise da sua realidade através das atividades trabalhadas dentro e fora da sala de aula, por meio de rodas de conversas, de grupos de estudos, nas salas de aula, onde são socializadas as atividades desenvolvidas nas comunidades entre estudantes e monitores. Nesses espaços de diálogo e socialização, conhecimentos científicos e conhecimentos empíricos são vinculados à realidade dos estudantes (OLIVEIRA, 2013, p. 175).

Mensalmente, os educandos/as dividem o tempo em duas semanas na escola, seja estudando, experimentando e vivenciando as teorias abordadas em sala de aula; e, nas duas semanas restantes, eles retornam as suas comunidades com o dever de aplicar, na prática, tudo o que aprenderam em teoria durante os dias em que estiveram na escola. Com essa metodologia, a EFA consegue reproduzir as boas práticas do “bem viver” com o semiárido, numa dinâmica que atende estudantes de diversos municípios cearenses, além de promover a disseminação das tecnologias sociais.

Ainda de acordo com Oliveira (2013),

as escolas em alternância possuem instrumentos metodológicos específicos para executar o seu plano de formação, tais como: plano de estudo, caderno de síntese da realidade do aluno, visitas de estudo, intervenções externas e caderno de acompanhamento da alternância do aluno, para citar alguns (OLIVEIRA, 2013, p. 178).

Percebe-se, assim, que a educação proposta pela EFA preza por uma formação integral mediante acompanhamento dos seus educandos/as dentro e fora dos espaços formais. A família se integra a esse processo formativo sendo também coparticipante, visto que não só observa, mas também compartilha a responsabilidade com a instituição. E o educando apresenta respostas não só para sua família, mas

também para a comunidade onde reside. Quanto a esse aspecto, a EFA atende aos princípios estabelecidos pela Declaração do Semiárido Brasileiro.

3.3 As tecnologias sociais: construindo alternativas

A construção da ideia de convivência com o semiárido converge a partir das propostas das entidades que formam a rede em defesa deste território. Mais que um conjunto de ideias essa proposta assumiu o aspecto de paradigma pois

Na busca de articular os sujeitos individuais e coletivos, as redes de Convivência atuam com as formas de pensar e agir sobre o ambiente no qual estes se inserem, alterando a rede de relações comunitárias, regionais e territoriais nas quais os autores sociais e suas organizações estejam territorializando a ideia-projeto. (CARVALHO, 2012, p. 126)

Dessa forma, a maneira como cada território é pensado revela a relação identitária de cada indivíduo ou coletivo com seu lugar. Nesse sentido, as práticas agroecológicas são pensadas levando-se em consideração os elementos próprios da comunidade, assentamento ou território.

A partir do desenvolvimento das ideias que levaram diversos setores da sociedade civil a se organizarem em prol de uma mudança paradigmática no que se refere ao semiárido na virada do século XX para o século XXI, houve também a necessidade de se propor ações concretas que acompanhassem as perspectivas advindas com o conceito de convivência, que se tornou a palavra de ordem desde então.

Na busca desse caminho, a opção foi criar ou adaptar, soluções de baixo custo que pudessem, em certa medida, colaborar com a melhoria das unidades produtivas que já existiam. Mesmo tendo que enfrentar a resistência, em algumas situações, dos camponeses, o jeito foi inovar e capacitar, para que, a partir da experimentação se percebe a viabilidade das tecnologias desenvolvidas.

Observou-se, entretanto, que certas práticas aplicadas ao campo (no semiárido) mais destruíam que colaboravam para o equilíbrio ecológico do lugar. O modelo de agricultura praticado no Nordeste pelos sertanejos, baseado no cultivo de roças sucessivas, sem o devido repouso do solo, aliado à criação de gado, provocou, em certos pontos da região, uma aceleração do processo de desgaste, o que

acarretou em avanço da desertificação em certas áreas. À medida que as tecnologias de baixo custo e impacto começaram a dar resultados, a sociedade passou a ver uma possibilidade de mudança.

Küster e Martí (2006) destacam que

(...)as tecnologias simples e adaptadas às realidades locais ganham mais espaços nas discussões sobre o desenvolvimento rural sustentável, mostrando formas opcionais de um manejo mais adequado dos recursos escassos, dando prioridade para a água (KÜSTER e MARTÍ, 2006, p. 16).

Os autores mostram que essas tecnologias são importantes, porém, a água deve assumir o caráter de prioridade por se tratar de um recurso que é geográfico e socialmente mal distribuído.

A água, enquanto recurso essencial, passa a ganhar mais destaque dentro das ações desenvolvidas no SAB, a partir do Programa Um Milhão de Cisternas de Placas (P1MC) promovido pela rede ASA, que, desde 1999, vem realizando a instalação desse sistema de captação de água, que é essencial para as famílias de pequenos agricultores (GNADINGLER, 2006).

Nesse contexto, as principais características que tornam viável o programa de implemento de tecnologias sociais são:

sua capacidade de adaptação aos mais variados ambientes, ser facilmente replicáveis, ter baixo custo de implantação e manutenção e ser facilmente apropriáveis pelos agricultores (SAMPAIO, J. L. F.; SILVA, D. R., 2014, p. 321).

Do conjunto das tecnologias desenvolvidas e executadas, destacam-se aquelas que prezam pela captação e estocagem da água para atender às comunidades. Estas, dentro de certos critérios, colocam em primeiro lugar o uso doméstico, ou seja, para beber e cozinhar. Posteriormente, a água destina-se ao asseio e à produção de alimentos; depois, é direcionada para uso geral da comunidade; e, por fim, para as situações de emergência.

Destacaremos aqui aquelas tecnologias que ajudam os camponeses na sua lida diária em suas atividades produtivas. Enfatizaremos, ainda, as técnicas que transformaram as comunidades envolvidas nessa pesquisa, fato este percebido ao longo do desenvolvimento do trabalho de campo com visitas feitas aos quintais produtivos dos camponeses. Listaremos também as tecnologias sociais no intuito de

mostrar quais as mais utilizadas nas propriedades visitadas. Longe de esgotar as possibilidades existentes, salientamos que no contexto de todo o município de Quiterianópolis, especificamente em seu espaço rural, há, certamente, outras experiências que eventualmente não estarão aqui contempladas.

Cisternas de placas

A princípio, a cisterna de placas consiste num sistema de captação e armazenamento de água de chuva. Trata-se de placas de cimento pré-moldadas que, depois de montadas, servem de reservatório para acumular água de chuva e proporcionar o abastecimento no período de seca (LASSANCE JUNIOR e PEREIRA, 2004, p. 67 *apud* SAMPAIO e SILVA, 2014, p. 332).

Nesse sistema, a água é captada das chuvas por meio de calhas instaladas nos telhados das casas. Apresenta um formato cilíndrico, coberto e semienterrado, o reservatório tem capacidade para armazenar até 16 mil litros de água. Quantidade suficiente para uma família de até cinco pessoas beber e cozinhar por um período de seis a oito meses, correspondendo, portanto, à época da estiagem na região. A figura 4 mostra uma cisterna, com as características descritas acima, que foi instalada em 2012 no município de Quiterianópolis a partir de uma parceria entre a Cáritas Diocesana de Crateús, ASA Brasil e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Figura 4 – Comunidade de Baixio (Quiterianópolis) - Cisterna de placas.



Fonte: PAULO, S. B. (2015)

Para a sua construção há o envolvimento da família beneficiada, que se capacita com os assessores da ASA Brasil e emprega mão de obra local através do P1MC. Vejamos como isso ocorre na descrição de Saraiva (2006) sobre uma situação vivenciada em uma família de Canindé:

Depois que D. Maria foi contactada e aceitou fornecer a contrapartida ao P1MC (cavar o buraco, fornecer os ajudantes de pedreiro e a comida para estes durante os três dias e meio que dura construção), ela foi convidada a participar de uma capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos. (...) Lá D Maria discutiu sobre a situação da comunidade, recebeu mais informações sobre o P1MC sobre como tratar a água, que cuidados deveria ter com a cisterna (...) (SARAIVA, 2006, p. 125)

De acordo com a autora, a contribuição das famílias no processo de construção ocorre com o engajamento destas nas discussões sobre os problemas enfrentados o que se caracteriza com a contrapartida. Além de promover a integração das comunidades, há o comprometimento de pessoas nas decisões locais, que se reúnem e discutem sobre a realidade brasileira e a importância de projetos como esse. Isso acontece porque quando a comunidade é contemplada com as cisternas é em assembleia que se decide onde elas serão construídas. Dessa forma, além de discutir a realidade local e nacional os participantes contribuem decidindo que famílias serão beneficiadas com os projetos.

Hoje, de acordo com dados da ASA, já são mais de 520 mil cisternas implantadas em todo o semiárido, atendendo a uma população de aproximadamente 2,3 milhões de pessoas em toda a região. Para conseguir esse avanço, a rede formada pela ASA Brasil conta com a parceria de pessoas físicas, empresas privadas, agências de cooperação e do governo federal.

Após mais de dez anos de implantação das primeiras unidades (desde ao ano 2000), já é possível identificar uma significativa mudança nas paisagens rurais nordestinas. Não é por menos que se pode afirmar que

O branco das cisternas está se tornando cada vez mais presente na paisagem do semiárido brasileiro, e demonstra que está se formando uma rede de abastecimento d'água com base na captação de água da chuva em pequenos reservatórios de custo baixo, se comparado as grandes obras hídricas (SARAIVA, 2006, p. 123).

Com a presença dessa tecnologia social a realidade em muitos sertões hoje é outra. Observamos que o principal impacto é com a mudança de hábitos e uma

melhor compreensão da importância desses projetos que veem assegurando o direito universal de acesso à água potável onde vem sendo implantado.

Cisterna de enxurrada e calçada

A segunda tecnologia é a cisterna de enxurrada e calçada que apresenta um formato semelhante ao descrito anteriormente, porém, a diferença se dá porque este fica totalmente enterrado no solo e, somente a cobertura, de forma cônica, localiza-se acima da superfície. Este sistema integra o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) em funcionamento desde 2007. Trata-se, portanto, de mais uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido da ASA. Nesse caso, o objetivo do programa é

Fomentar a construção de processos participativos de desenvolvimento rural no Semiárido brasileiro e promover a soberania, a segurança alimentar e nutricional e a geração de emprego e renda às famílias agricultoras, através do acesso e manejo sustentáveis da terra e da água para produção de alimentos. (ASA, 2015)

Nesse programa, o número 1 da sigla significa terra para produção, enquanto que o número 2 corresponde aos dois tipos de água: a potável, para consumo humano, e água para produção de alimentos.

Esses dois modelos de cisternas têm capacidade para acumular 52 mil litros cada. No caso da cisterna de enxurrada, o próprio terreno é utilizado como área de captação, pois, quando chove, a água escorre pela terra e, antes de cair para a cisterna, passa por duas ou três pequenas caixas de alvenaria construídas no solo, uma seguida da outra, cuja função é de decantação dos sedimentos presentes na água. Além disso, os canos instalados auxiliam o percurso da água, que escoar para dentro do reservatório, conforme a figura 5. Com a função de filtrar a areia e outros detritos que possam seguir junto com a água os decantadores retêm esses resíduos para impedir o acúmulo no fundo da cisterna.

Figura 5 – Comunidade Riacho da Onça (Quiterianópolis) - Cisterna de enxurrada.



Fonte: PAULO, S. B (2015).

Há, contudo, um segundo modelo desse tipo de cisterna que é identificada como calçadão. Neste caso, esta conta com uma área de captação da água da chuva por meio de um piso de cimento de 200 m² construído sobre o solo. Nesta área, chamada de calçadão, 300 mm de chuva é suficiente para encher a cisterna, que tem a mesma capacidade da anterior, ou seja, 52 mil litros.

Figura 6 – Cisterna calçadão.



Fonte: www.montalvania.mg.gov.br/admin/3rd/kcfinder/upload/images/cal%C3%A7ad%C3%A3o.jpg

O sistema é bem simples, conforme ilustra a figura 6, pois, por meio de canos, a chuva que cai no calçadão escoar para a cisterna, construída na parte mais baixa do terreno e próxima à área de produção. Para o seu funcionamento a ação combinada entre chuva e gravidade garantem o abastecimento e recarga da cisterna.

Mandala

A terceira é a mandala, uma alternativa idealizada por Willy Pessoa, no estado da Paraíba, segundo os ideais de sua agência de Desenvolvimento Holístico e Sistêmico Ambiental (LABAD; RODRIGUES, 2006).

O objetivo do projeto é produzir variados tipos de culturas, de forma simples, com baixo custo operacional e econômico, para prover a família com alimentos nutritivos e essenciais à sua sobrevivência. Além de produzir uma grande quantidade de alimentos que, futuramente, poderão ser comercializados, complementando, assim, a renda familiar.

A mandala assume as experiências tradicionais do povo do sertão e as organiza, aproveitando dos estudos científicos, na linha da Agroecologia e da Permacultura (CPT, 2006, p.3).

No Ceará, essa tecnologia chegou através da Caritas e CPT em 2004. Após conhecerem a experiência desenvolvida na Paraíba, essas entidades começam a realizar capacitações em municípios da diocese de Crateús, dentre eles, Independência, Tauá, Crateús e Tamboril. Nesse momento vários materiais de divulgação e formativo foram produzidos para auxiliar no repasse de informações. Na figura 7, há alguns desses materiais informativo que foram produzidos entre 2004 e 2008 com o intuito de orientar os camponeses dos sertões cearenses.

Em termos práticos, a mandala, que tem inspiração no sistema solar, é formada por nove círculos concêntricos, tendo ao centro um reservatório de água, de onde parte o sistema de irrigação. Os círculos possuem funções produtivas que se auxiliam mutuamente (CPT, 2006).

Figura 7 – Materiais informativo produzido pela CPT.



Fonte: Comissão Pastoral da Terra - Ceará

Nos três círculos internos, denominados Círculos de Melhoria da Qualidade de Vida Ambiental, são cultivadas hortaliças e plantas medicinais em consórcio com bananeiras, batatas, café, mamão, etc. Os próximos cinco círculos, chamados de Círculos da Produtividade Econômica, visam à produção em escala para o sistema associativo de beneficiamento voltado para o mercado. O último círculo, o do Equilíbrio Ambiental, apresenta-se com cercas vivas (ver figura 8) e quebra ventos como forma de melhorar a produtividade.

Segundo Labad e Rodrigues (2006):

Trata-se de um método participativo de planejamento e organização da produção agrícola que evolui de uma forma circular e concêntrica para um sistema associativo de agroindustrialização, fortalecendo as unidades de produção familiar rural e urbana e promovendo a reestruturação econômica, social e ambiental de comunidades em seus municípios” (Labad e Rodrigues, 2006, p. 45).

Figura 8 – Comunidade Atalho (Quiterianópolis) – Mandala.



Fonte: PAULO, S. B (2015).

Por apresentar bons resultados, em função da produção de hortaliças e sua comercialização, a mandala tem sido um recurso valioso para muitas famílias do semiárido. Sua difusão ocorre em áreas mais afetadas pelas longas estiagem, principalmente pelo baixo consumo de água frente a outros sistemas produtivos. Além de incrementar a economia dessas famílias o cultivo orgânico, praticado nas comunidades pesquisadas no decorrer deste trabalho, valoriza a produção o que a destaca diante de outros produtores do sertão.

Quintal produtivo

Quintal produtivo é a quarta tecnologia social advindo com o paradigma da convivência como semiárido, ampliando assim as possibilidades de produção, amparado pela agroecologia, que permite aos pequenos produtores o cultivo para si e para o mercado de alimentos livres de agroquímicos.

Resgatando antigas práticas de manejo que tinham se perdido no tempo e no espaço, os quintais produtivos são hoje uma realidade que volta a garantir a produção de alimentos saudáveis, criando um ambiente onde a família camponesa consegue produzir boa parte dos alimentos por ela consumidos.

Para Camurça (2013):

É um sistema que consiste, de forma geral, em uma combinação de árvores, arbustos, trepadeiras, herbáceas, algumas vezes em associação com animais domésticos, crescendo adjacentes à residência (CARMURÇA *et al* 2013, p. 137).

A ideia principal, nesse caso, é prover a família com os mais variados tipos de alimentos. O cultivo pode variar desde hortaliças até fruteiras de médio e grande porte. Um dos objetivos é garantir alimentação às populações, principalmente do semiárido, que enfrentam grandes dificuldades nos períodos de estiagem.

Em geral, a prática dos quintais produtivos vem sendo retomada nos sertões cearenses em comunhão com as demais tecnologias sociais que já expusemos aqui. Para o seu bom funcionamento, há a necessidade de um reservatório de água. Nesse caso, a cisterna de enxurrada ou calçadão, cuja capacidade de armazenamento é suficiente para pequenos quintais produtivos.

Nessa perspectiva, Rocha (2013) considera que:

A propriedade é considerada como um sistema, composto por um conjunto de subsistemas que se inter-relacionam, sejam eles os pequenos animais, o gado, os roçados, as hortas, os quintais, as áreas com capoeira ou áreas nativas (ROCHA, 2013, p. 109).

O que mais importa nesse sistema é a variedade de plantas à disposição do consumo da família. Um fator que é imprescindível é o respeito aos princípios da agroecologia, que busca manter os ciclos biogeoquímicos para garantir o equilíbrio ecológico dentro do quintal, e o máximo aproveitamento das trocas de energias.

Na figura 9, a seguir, observamos um quintal produtivo na comunidade Riacho da Onça. Aqui encontramos de hortaliças a fruteiras. Uma produção totalmente orgânica que tem clientela certa na feira livre que ocorre no final de semana e entre os moradores próximos da área de produção.

Os quintais estão intimamente associados à produção diversificada de frutas e alimentos, que complementam a dieta alimentar das famílias envolvidas levando-se em conta a realidade de cada uma.

Figura 09 – Quintal produtivo na Comunidade Riacho da Onça (Quiterianópolis).



Fonte: PAULO, S. B (2015).

De acordo com Vieira(2009), em alguns casos, os pomares cultivados possibilitam o suprimento das necessidades de subsistência por longos períodos, ainda que sob condições adversas. Para o meio ambiente a autora lembra que as funções são muitas como: “a preservação de espécies nativas; a conservação e disseminação de sementes crioulas e outros materiais genéticos; a regulação e o equilíbrio do clima; a presença de aves (...)”. (VIEIRA, 2009, p. 66)

Pinheiro (2005) *apud* Camurça (2013) complementa que

(...) tão importante quanto às questões econômicas e práticas relacionadas aos quintais, é a sua representação como símbolo de identidade cultural. Esse espaço está engendrado na memória das famílias como local de acolhimento, de alegria, de prosa entre vizinhos, de reunião da família, de contato com a natureza e de descanso. É ali que se sente debaixo de uma sombra e se come uma fruta fresquinha, onde se tira um cochilo depois do almoço escutando os cantos dos passarinhos. Lugar cheio de significado, que registra festejos, brincadeiras e lembranças de uma vida inteira, que, não obstante às dificuldades, se mostra repleta de valores. (CAMURÇA, 2005, p. 139)

Esta passagem exemplifica bem o contexto dos quintais e sua utilização, pois, além de fornecer alimentos, eles dão guarida às pessoas num momento de conversa ou o descanso necessário à sombra de uma árvore sob um sol escaldante. Também verificamos a importância dos quintais para a manutenção das tradições camponesas bem como a preservação dos seus significados enquanto local de

representação dessas práticas. Mais que um espaço de produção de alimentos o quintal reflete o modo de vida e sua reprodução.

Figura 10 – Esquema de atividade produtivas/sistemas relacionados ao Quintal Produtivo.



Fonte: PAULO, S. B (2015).

O esquema na figura 10 demonstra de que modo essas atividades estão relacionadas entre si, tendo, para isso, como foco, a manutenção do quintal e sua produção. Conforme indicamos no início deste tópico, a ideia é garantir o funcionamento de unidades produtivas que consigam prover as famílias envolvidas com alimentos saudáveis e, posteriormente, se for o caso, o mercado. Nesse processo, distintas ações e/ou pequenos sistemas conectam-se para dar vida ao quintal, onde este manifesta-se como a materialização das tecnologias sociais onde os resultados podem ser verificados.

Casa de semente

A quinta, são as casas de sementes nos sertões nordestinos, uma forma de resgatar as antigas práticas de guardar as melhores sementes de uma safra para o próximo período de plantio. Para muitos pesquisadores, a conservação *in situ* é fundamental para o desenvolvimento da agricultura camponesa por vários motivos. Segundo Altieri e Nicholls (2003, p. 168-169), “a preservação de ecossistemas

agrícolas tradicionais é a única estratégia sensata para se preservar localmente os reservatórios do ‘germoplasma’ de cultivos”.

Esses autores defendem a ideia de que é extremamente importante conservá-las nos locais onde elas ocorrem, estando assim, comprometidas com a manutenção do modelo de organização sociocultural presente nas comunidades envolvidas.

Um outro ponto que chama a atenção nesse processo é o fato de essa organização estar em harmonia com uma agenda de desenvolvimento rural pautada, principalmente, nas oportunidades de conservação e não exclusivamente nas possibilidades de elevar a produção (ALTIERI e NICHOLLS, 2003).

Figura 11 – Casa de sementes na Comunidade Ipueiras (Quiterianópolis).



Fonte: PAULO, S. B (2015).

Assim, engajadas com esse compromisso de manutenção e também autossuficiência, as casas de sementes estão sendo implantadas no semiárido com o objetivo de guardá-las e, posteriormente, distribuí-las para os agricultores e as agricultoras que precisam; garantindo, dessa forma, o patrimônio da humanidade, a soberania e a segurança alimentar das famílias. (ver figura 11). Atualmente, a Caritas (principalmente nas dioceses de Crateús e Sobral) vem promovendo a capacitação e formação de famílias que estão engajadas na manutenção desses espaços.

De construção recente, essa casa deverá receber suas primeiras sementes no início do segundo semestre de 2015, quando contou com a colaboração de camponeses de pelos menos 7 comunidades do entorno.

4 AGRICULTURA CAMPONESA E A BUSCA DA SEGURANÇA ALIMENTAR: A EXPERIÊNCIA DO SERTÃO DE QUITERIANÓPOLIS

4.1 Fome *versus* Segurança alimentar: a construção de um projeto

Convém destacar que tratar da questão da segurança alimentar não é caminhar em terreno novo no campo conceitual da Geografia. Contudo, é preciso demarcar no tempo a importante contribuição que Josué de Castro deu ao abordar a questão da fome no Brasil à luz da ciência. Não somente pela temática, mas também pela metodologia utilizada à época, em 1946, em que expõe mapeados os diferentes problemas associados à fome ou à subnutrição no Brasil em *Geografia da fome*, que posteriormente tornou-se referência sobre essa questão. No prefácio a primeira edição de *Geografia da Fome*, o autor afirma que o foco do trabalho seria:

Analisar os hábitos alimentares de diferentes grupos humanos, ligadas a determinadas áreas geográficas, procurando, de um lado, descobrir as causas naturais e as causas sociais que condicionam o seu tipo de alimentação, com suas falhas e defeitos característicos, e, de outro lado, procurando verificar até onde esses defeitos influenciam na estrutura econômico-social dos diferentes grupos estudados (CASTRO, 2006, p. 17).

Esse método de pesquisa levou Castro (2006) a concluir que a fome no Brasil resultava como consequência da estrutura equivocada dos sistemas econômicos e sociais, e não como um determinismo natural que via o clima, no caso do Nordeste, como responsável. Seu legado foi trazer essa discussão para o plano político, colocando em xeque as raízes do *terceiro mundo* em um debate internacional.

A discussão em torno da fome, no Brasil, tornou-se mais aguda a partir de 2003, quando foi lançado pelo Governo Federal o Programa Fome Zero (PFZ), que teve como prioridade o combate à fome e à pobreza a partir da criação de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida das populações mais vulneráveis. O referido programa resultou do trabalho de pesquisa e debate organizado pelo Instituto Cidadania (atual Instituto Lula) ao longo de pouco mais de 1 ano (entre 2000 e 2001) cujo objetivo era de apresentar uma proposta de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. A ideia foi criar mecanismos que atuassem em várias frentes na tentativa de enfrentar esse problema, com a adoção de medidas que resultassem em melhoria de renda, ampliação da oferta de alimentos e que promovessem preços mais justos.

O documento Projeto Fome Zero (2001) aponta que:

As razões que determinam essa insuficiência de demanda – concentração excessiva da renda, baixos salários, elevados níveis de desemprego e baixos índices de crescimento, especialmente daqueles setores que poderiam expandir o emprego – não são conjunturais. Ao contrário, são endógenas ao atual padrão de crescimento e, portanto, inseparáveis do modelo econômico vigente. Forma-se, assim, um verdadeiro círculo vicioso, causador em última instância da fome no país – qual seja desemprego, queda do poder aquisitivo, redução da oferta de alimentos, mais desemprego, maior queda do poder aquisitivo, maior redução na oferta de alimentos. (INSTITUTO, 2001, p. 9-10).

O mesmo analisou dados e percebeu que as raízes desse problema só poderiam ser enfrentadas se houvesse um amplo projeto de governo que atuasse em questões estratégicas, que promovesse o crescimento com distribuição de renda, de modo a ampliar o mercado interno do país com geração de mais empregos, melhoria dos salários pagos e, mais especificamente, recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo.

As políticas públicas necessárias ao combate à fome no país resultaram de um longo processo de discussão junto à sociedade civil, que tem início ainda na década de 1980. Assim, em 1986 ocorreu a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição. Maluf (2007) a destaca como pontapé inicial para o debate contemporâneo acerca das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil. As propostas da Superintendência de Planejamento do Ministério da Agricultura, cujo documento intitulado “*Segurança alimentar – proposta de uma política contra a fome*” teve pouca repercussão no país. No entanto, esse documento, que já propunha a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), só se tornou uma proposta oficial em 1999 – e seu objetivo era:

- a) atender as necessidades alimentares da população;
- b) atingir a autossuficiência produtiva nacional na produção de alimentos.

Outro marco importante na luta pela concretização das políticas públicas para a implantação de um plano de segurança alimentar no país foi uma proposta elaborada em 1991 pelo Governo Paralelo do PT, que colocou em pauta o combate à fome como prioridade. Logo depois, em 1993, originou-se a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que teve Herbert de Sousa (Betinho) como uma das principais lideranças.

Daí por diante, as ações se tornaram mais concretas e, nesse sentido, também em 1993, foi criado o primeiro Consea, que, dentre outras ações “introduziu a segurança alimentar na agenda nacional e deu origem às iniciativas importantes relativas aos programas de alimentação e nutrição no país” (MALUF, 2007, p. 81).

Cabe ressaltar aqui a peculiaridade brasileira na formulação das políticas de segurança alimentar por ter incluído o termo nutricional ao “segurança alimentar”, que objetivava o enfoque socioeconômico e de saúde e nutrição. Porque, como bem nos lembra Castro (2006), há vulnerabilidade pela falta de alimentos e má alimentação com falta de importantes nutrientes na dieta de milhões de brasileiros.

Ainda sobre o Consea, este durou até fins de 1994, pois, no ano seguinte, o governo de Fernando Herinque Cardoso (FHC) lançava o programa Comunidade Solidária, no qual se propunha a

(...) avançar na parceria Estado-Sociedade para enfrentar tais problemas com base em enfoque ampliado para além da questão alimentar, de modo a contemplar os elementos que contribuem para a miséria e a iniquidade no país” (Maluf, 2007 p. 84).

Outro marco importante para a sociedade brasileira foi a criação, em 1998, do Fórum Brasileiro de SAN, juntamente com o desdobramento da mobilização social em face dos eventos internacionais correlatos e também repercutindo iniciativas nas esferas estadual e municipal.

O enfoque atual dado a questão da SAN, no Brasil, está inserido no Programa Fome Zero, criado no Brasil na primeira gestão do Governo Lula (2003-2006), que visava o “combate a fome nos seguimentos da população em condições de pobreza extrema com vistas a lhes assegurar acesso regular à alimentação, sintetizada na meta das ‘três refeições por dia’” (MALUF, 2007 p. 90).

Não muito depois, o PFZ ganhou o status de Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa), criado em 2003 e que, após extinto (2004), teve suas competências associadas ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Um salto importante nessa questão foi a aprovação da Lei 11.346/2006, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e estabeleceu as bases para a construção da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Este processo realiza-se por meio da adoção de mecanismos de participação social, com a retomada do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e a criação dos Conselhos Estaduais e Municipais congêneres, e possui como base e vetor a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que, em 2010, foi literalmente expresso em nossa Constituição Federal. É importante ressaltar que, em 2011, foi lançado o Plano Brasil sem Miséria, que reforça o compromisso de erradicação da fome e da miséria no nosso país e mantém uma estreita ligação com este Plano (BRASIL, 2011, p. 15).

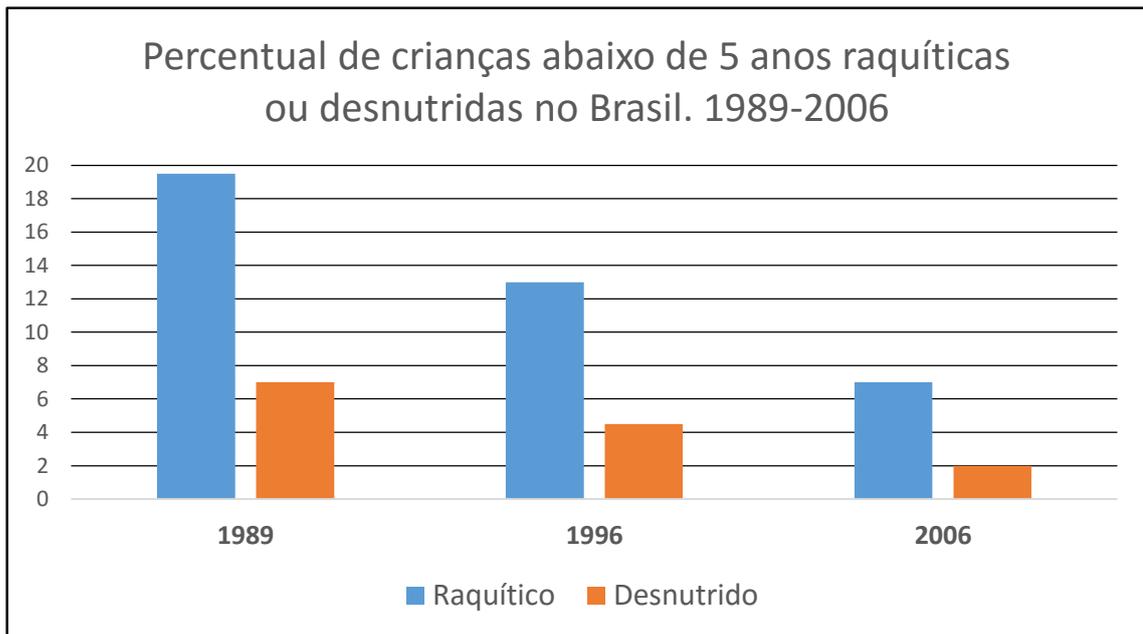
Esse importante passo foi dado para a construção de políticas públicas que garantissem a segurança alimentar e nutricional. A saída do Brasil do mapa da fome da ONU foi considerada, pelo governo, um feito histórico, conforme relatório publicado em setembro de 2014, em que se destacou a participação do Estado nessa conquista.

O Fome Zero foi o primeiro passo em traduzir a decisão de acabar com a fome em ação, e introduziu uma nova abordagem para o país que colocou a segurança alimentar e nutricional e inclusão social no centro da agenda do governo, interligando políticas macroeconômicas, sociais e agrícolas (FAO, 2014, p. 23 - Tradução Nossa).

O relatório demonstra a conexão que há entre várias frentes de ação do governo na conquista desse feito. Ações articuladas entre os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social (MDS), por exemplo, aliados ao trabalho de ONG's que atuam junto à sociedade civil foram decisivas para mudar esse quadro de fome em menos de duas décadas. A ampliação dos investimentos na agricultura familiar também é destaque no relatório, que ainda chama a atenção para o marco legal inaugurado pela Lei 11.346/2006 (LOSAN).

A figura 12 mostra um gráfico onde estão expressas as “percentagens de crianças raquíticas e desnutridas abaixo de 5 anos no Brasil, entre 1989 e 2006”. Vê-se que a evolução (em queda) desses indicadores começa a mudar no final dos anos 1990 e se mantém na década de 2000.

Figura 12 – Gráfico de percentual de crianças abaixo de 5 anos raquíticas ou desnutridas no Brasil.



Fonte: FAO. The State of Food Insecurity in the World. (2014) - Adaptado

No documento da FAO, ainda se destaca, no Brasil, a política de alimentação escolar.

Outro pilar da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que fornece refeições gratuitas a todos os alunos da escola pública - um total de mais de 43 milhões de crianças em 2012. As escolas públicas no Brasil atendem crianças principalmente de famílias de baixa renda, com melhoria do acesso aos alimentos fornecidos pelo programa representa um benefício substancial para as famílias mais pobres (FAO, 2014, p. 24 - Tradução Nossa).

O país demonstra avançar no combate à fome e à pobreza, conforme consta nos desafios do milênio apresentados pela ONU, com metas de superação até o ano de 2015. Para além desse quadro positivo, convém afirmar que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com o uso dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), determinou que, no mínimo, 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal devem ser utilizados obrigatoriamente na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar. Essa determinação foi assegurada pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Verificamos, assim, que essa conexão de programas interministeriais, dentre outros que existem, é fundamental para a garantia da produção e consumo de

alimentos saudáveis, que são repassados a diferentes segmentos da população. Dessa forma, as práticas camponesas vão sendo estimuladas ao mesmo tempo em que são fortalecidas por conta do fomento dado pelo Estado.

Nesta relação entre governo e sociedade há um mutuo beneficiamento. O Estado, por fortalecer a agricultura familiar, e dessa forma, o campesinato, garantindo, assim, a permanência dessa população nos espaços rurais, com as melhorias na qualidade de vida. Além disso, contribui, de forma significativa, com a produção de alimentos que vão parar na mesa do brasileiro.

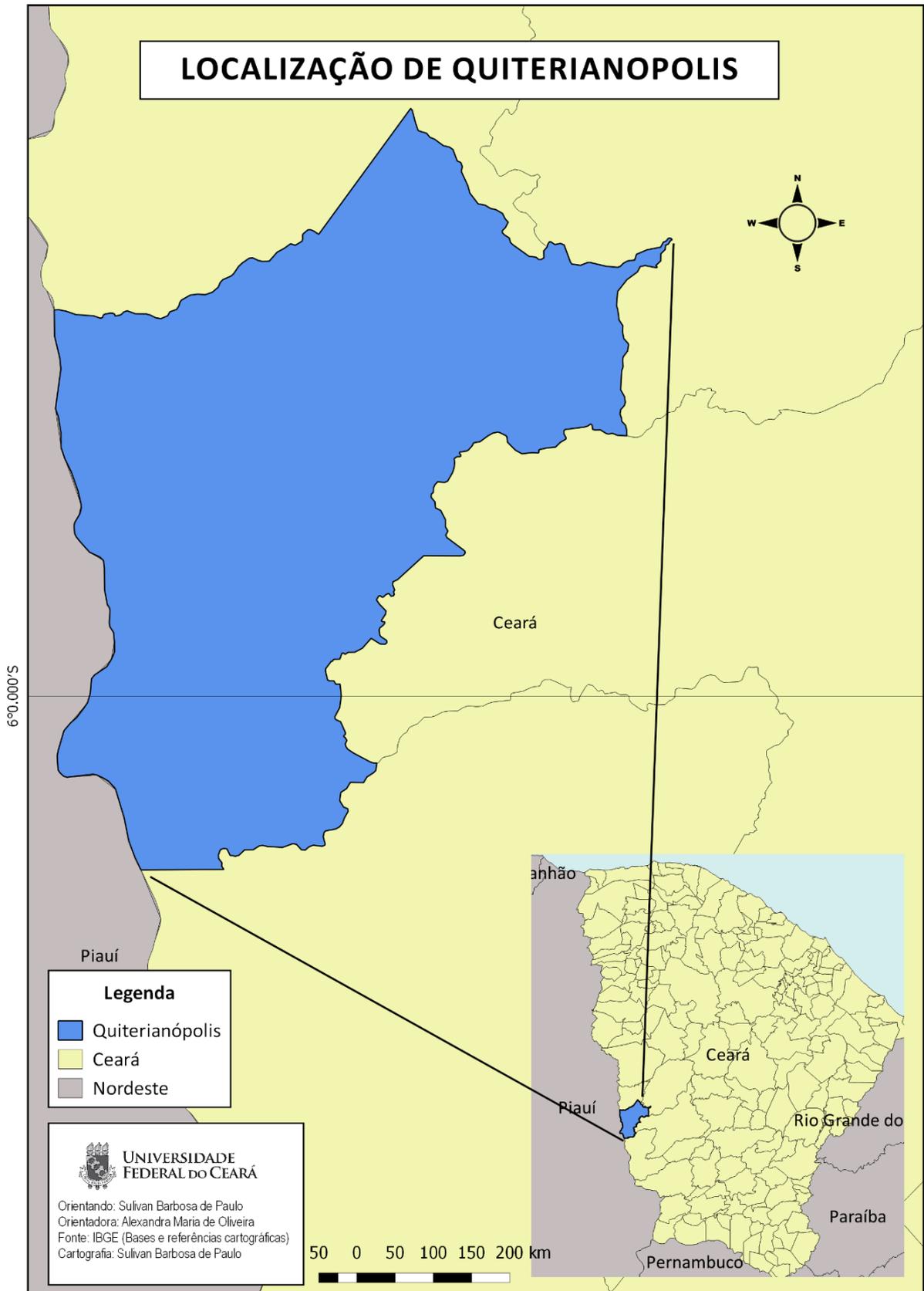
Técnicas alternativas de quintais produtivos, o sistema de produção mandala, a criação de animais de pequeno porte, sistemas agroflorestais, tecnologias sociais de armazenamento da água: tudo isso tem motivado os agricultores e agricultoras em boa parte do semiárido. Nos sertões cearenses não tem sido diferente, pois, nos últimos anos, multiplicaram-se as experiências em áreas de comunidades rurais, cujos resultados tem sido o incentivo à produtividade de alimentos com a utilização mais eficaz da água, contribuindo, assim, para a conquista da cidadania bem como para a busca de qualidade de vida desses camponeses.

4.2 Quiterianópolis no contexto do semiárido

O município de Quiterianópolis está localizado na macrorregião do Sertão do Inhamuns, no Estado do Ceará, distante aproximadamente 410km de Fortaleza. Partindo da capital cearense, o acesso se dá pela rodovia BR-020, que realiza um trajeto no sentido sudoeste, passando por importantes cidades, como: Canindé, Madalena, Boa Viagem, Tauá, etc. Situado no sopé ao sul do Planalto da Ibiapaba, o município apresenta como tipo climático o tropical quente semiárido, com chuvas de janeiro a abril. Quanto ao relevo, este apresenta boa parte de seu território inserido nas porções com altitudes inferiores a 400m, o que caracteriza a depressão sertaneja (MEIRELES, 2005). Porém, uma pequena porção, que fica mais a oeste do município, contém uma parte do planalto da Ibiapaba. A média pluviométrica histórica é de aproximadamente 605,7 mm, com temperaturas médias entre 24°C e 26°C.

Quanto aos aspectos vegetacionais, encontramos em Quiterianópolis a presença de carrasco, floresta subcaducifólia tropical pluvial, floresta caducifólia espinhosa e caatinga. Essa diversidade se explica pela variação da topografia, em razão, como explicitado anteriormente, do aporte de água no lençol freático da região.

Figura 13 – Mapa de localização de Quiterianópolis.



Fonte: IBGE, 2015 (adaptado).

No que se refere aos recursos hídricos, o município encontra-se integralmente inserido na bacia do Parnaíba, que drena parte dos estados do Piauí e Ceará, dentro do qual passa o rio Poti, um dos principais afluentes da região que o atravessa. Na figura 11 (página anterior), podemos observar o mapa de localização, bem como seus municípios circunvizinhos.

A população em 2010 era de 19.210 habitantes e de 20.600 em 2014 (estimativa), sendo que 31,65% reside no espaço urbano e 68,35% no espaço rural. A área do território é de 1.040,989 km² e apresenta uma taxa de densidade demográfica em torno de 19,14 hab./km² (IBGE, 2010).

De acordo com informações do IBGE, a origem do município se deu “com o arraial, à margem direita do riacho Correntes, um dos formadores do Itaim, afluente do rio Poti. Primitivamente recebeu a denominação de Santa Quitéria, daí a origem da denominação de Quiterianópolis” (IBGE, 2010).

A capela local tem a invocação de Nossa Senhora da Conceição, pertencente ao bispado de Crateús. Foi construída em 1853 por Quitéria de Lima e, por isso, o povoado teve o nome de Santa Quitéria. Em 4 de junho de 1986, por meio da lei nº 11.330, Quiterianópolis passou a figurar como município, sendo desmembrado do município de Independência (IBGE, 2010).

4.3 O campesinato e a inserção no mercado

O conceito atual de campesinato é caracterizado pela forma como o camponês lida com a terra e pela maneira de organização dos trabalhadores envolvidos, que, em geral, utilizam mão de obra familiar (Carvalho, 2005). O autor vê nessa categoria uma forma particular da agricultura familiar ao estabelecer como base fundadora o “tripé” propriedade-trabalho-família. E afirma ainda:

“No entanto, ela tem particularidades que as especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global” (CARVALHO, 2005, p. 27).

Ao longo da história humana, o campesinato é inserido nos diversos modos de produção desenvolvidos, até hoje, de forma distinta. A relação de posse das terras varia de acordo com o tempo e espaço. No Brasil, esse duplo aspecto difere, por

exemplo, do caso europeu ou mesmo do russo. Com o fim da escravidão em 1888, inaugurou-se o tempo do trabalho livre, período em que o país torna as relações capitalistas mais acentuadas. A partir desse fato, a Lei de Terras de 1850 inaugura uma nova fase na relação para o acesso a terra.

Na evolução das relações capitalistas no Brasil, no decorrer do século XX, modificaram-se também as relações de produção nos diversos segmentos da sociedade e, em particular, no campo. Mudanças essas que redesenharam o mapa produtivo de nosso país, inserindo-o na lógica da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), profundamente marcada por agudizar o antagonismo entre elite dominante e classe trabalhadora.

À medida que essas mudanças vão sendo implementadas, acirra-se também os conflitos no campo, conforme já foi explicitado em capítulo anterior. Contudo, cabe aqui retomar esse contexto para que nos situemos em um momento particular dessa evolução: nas décadas de 1960 e 1970, quando chega ao Brasil, via Governo dos Estados Unidos da América (EUA), um “pacote” de técnicas de produção agrícolas, cujo objetivo principal era erradicar a fome que, na época, foi considerada um problema de grandes proporções. A Revolução Verde, como foi chamada, tratava-se de uma promessa para resolver esse problema. Porém, o Brasil endossa essa proposta que lhe é entregue pelos norte-americanos. A partir desse momento, o país passou a consumir mais insumos oriundos dos EUA, como lembra Stédile:

O que se pode constatar, de fato, é que as tecnologias da Revolução Verde foram, antes de tudo, uma forma das empresas norte-americanas difundirem e venderem, em todo o mundo suas máquinas, seus adubos e seus venenos agrícolas (STÉDILE, 2012, p. 718).

Cabe lembrar aqui que a produção de alimentos, em todo o mundo, está dividida entre o trabalho desenvolvido por camponeses e o desenvolvido pelos grandes conglomerados agroindustriais, sendo que este último detém uma boa parcela do mercado global de produtos alimentícios (STÉDILE e CARVAHO, 2012).

É salutar, ainda, lembrar que as políticas públicas para o meio rural brasileiro se desenvolveram de forma distinta, mantendo, num mesmo território, dois sistemas produtivos contrários, porém, complementares. Assim, temos, no Brasil, ministérios diferentes que pensam e desenvolvem ações no intuito de atender às demandas do setor do agronegócio e outro da agricultura familiar. Enquanto que o

primeiro é atendido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, o segundo tem suas ações atendidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Nas análises de órgãos nacionais e internacionais, como, por exemplo, a FAO e MDA, o Brasil se destacou no início do século XXI no combate à fome e à miséria graças a um conjunto de ações de caráter interministerial que, dentre as atividades desenvolvidas, tinha como carro chefe o sistema de transferência de renda. Contudo, há que se destacar também outras frentes de atuação, como maior investimento na agricultura familiar, bem como a difusão das técnicas de convivência com o semiárido brasileiro.

Segundo o MDA (2015), dentro desse ambiente rural, nos últimos 10 anos, 5,3 milhões de pessoas ascenderam socialmente. A pobreza teve uma queda expressiva, com redução da taxa de pobreza rural de 54%, em 2001, para 33%, em 2009; e da taxa de pobreza extrema de 28% para 14%, no mesmo período. Entre 2003 e 2011, a renda média dos domicílios da agricultura familiar teve um crescimento real acumulado de 52%, com fortalecimento expressivo da renda proveniente do trabalho.

O relatório divulgado pela FAO, em agosto de 2014, intitulado “O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil - Um retrato multidimensional”, mostra que o país tem feito investimento no setor social, fato que proporcionou avanços, com resultados positivos, quanto ao acesso à renda, tendo como consequência a diminuição do número de pessoas na faixa da extrema pobreza. O mesmo documento destaca ainda o fortalecimento da agricultura familiar:

A implementação de políticas estruturantes como o fortalecimento da agricultura familiar, em paralelo com os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, têm sido abordagens exitosas na diminuição da fome no Brasil. Enquanto agroindústrias e grandes propriedades rurais dominam a produção agrícola voltada para a exportação, a agricultura familiar está crescendo e, atualmente, é responsável por 70% dos alimentos consumidos internamente no país. Os investimentos em políticas para apoiar os agricultores familiares somaram R\$ 17,3 bilhões em 2013; o orçamento do programa de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar aumentou dez vezes entre 2003-2013 (FAO, 2014, p. 8).

Nesse sentido, ganha destaque o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), cujo orçamento foi multiplicado em 10 anos (2005-2015). Embora o valor destinado seja inferior ao investido no setor do Agronegócio – algo em torno de 1/7 –, ressalta-se aqui que o valor fixado é o maior em toda a história. Ainda de acordo com o mesmo documento, desse montante, R\$ 4,6 bilhões vão para o

Nordeste, onde se verifica taxas de juros mais baixas para a região semiárida. Porém, comparando-se este valor com o investido no setor do agronegócio, percebe-se que o governo federal ainda está muito aquém de dar o devido reconhecimento aos camponeses, com quase 7 vezes menos para a agricultura familiar. Dados do Plano Safra 2014/2015 mostram que serão investidos na agricultura familiar o montante de 24,6 bilhões, enquanto que no Plano Agrícola e Pecuário serão destinados R\$ 156,1 bilhões pelo Governo Federal, com reajuste de 14,7% em relação à safra anterior.

Verifica-se que, além do aumento do orçamento para a agricultura familiar, este também conta com o apoio de outros programas vinculados ao governo federal, como: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O primeiro consiste em uma política de comercialização que possibilita a aquisição direta de alimentos produzidos por agricultores familiares e suas organizações. Já o segundo proporciona alimentação saudável aos alunos de escolas públicas e estimula a produção da agricultura familiar, onde os assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas têm prioridade como seus fornecedores, assim como as organizações produtivas de mulheres rurais (BRASIL, 2014, p. 20).

No centro dessas ações, há o intuito de se valorizar e reconhecer a importância das culturas de Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), como os quilombolas, os povos indígenas, os extrativistas, os pescadores artesanais, etc. Todos contemplados dentro do Programa Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), que foi elaborado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e aprovado em trabalho conjunto com o MDA no ano de 2014.

Diante disso, entendemos que a oferta de alimentos para a população humana perpassa, nos dias atuais, pelas políticas públicas, que permitem aos diferentes grupos humanos a autonomia necessária para o controle de produção e distribuição. Assim, essas ações que visam promover a agricultura familiar no Brasil contribuem, de forma decisiva, para a construção da segurança alimentar no país.

Sobre segurança alimentar, Stédile e Carvalho (2012) a entendem como:

“Uma política pública aplicada por governos de diversos países que parte do princípio de que todas as pessoas têm o direito à alimentação e que cabe ao estado o dever de promover os recursos para que as pessoas se alimentem” (STÉDILE; CARVAHO, 2012, p. 714).

Com efeito, a construção dessas políticas passa pelo reconhecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que é respaldado pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346/2006). Na referida Lei, em seu artigo 3º, esse direito é definido como

acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Cap. 1, art. 3º).

Diante disso, fica clara a relação que há entre o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil e a garantia de acesso à alimentação para a população rural de baixa renda. Os programas e ações, até aqui citados, são responsáveis não só pelo acesso à renda, mas também pela proposta de desenvolvimento com foco na qualidade de vida. Esses programas procuram promover, portanto, a inclusão social, bem como fomentam, reconhecem e resgatam as particularidades de cada região desse país.

A agricultura camponesa no Brasil, vem destacando-se ultimamente em virtude da produção orgânica que vem sendo estimulada a partir das feiras agroecológicas e pelas possibilidades de inserção no mercado com os programas de Estado. Como resultado, os ambientes de produção vêm recebendo melhor atenção por parte dos camponeses com a intensão de provocar o mínimo de impacto e obter o máximo de benefício. Nessa perspectiva, a Permacultura e a Agroecologia vão se inserindo nas práticas agrícolas como uma forma de dar resposta às crises ecológicas e ambientais. A interconexão entre essas áreas do conhecimento permitiu que se propusesse a recuperação de áreas mais degradadas, principalmente, na região semiárida.

Além da contrapartida do Estado, o estímulo às ações camponesas em Quiterianópolis contou também com o apoio e o trabalho de conscientização e capacitação desenvolvido tanto pela CPT como pela Cáritas Diocesana de Crateús. Ambas as entidades são facilmente lembradas pelos camponeses quando estes comentam sobre a organização da produção em algumas comunidades há quase dez anos. Contudo, há também outras instituições importantes nesse contexto, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR), Federação dos Trabalhadores Rurais

Agricultores e Agricultoras do Ceará (FETRAECE), Empresa de Assistência Técnica e Rural do Ceará (EMATERCE), etc.

Os entrevistados que aparecerão nesse trabalho são unânimes em afirmar que o trabalho pastoral desenvolvido por animadores de comunidades, leigos e religiosos foi de fundamental importância para a mudança de atitude frente à necessidade de desenvolver uma postura de convivência com o semiárido. É bastante provável que as dificuldades de hoje seriam bem maiores se não fossem as tecnologias sociais aliadas às técnicas de produção, bem como o acesso ao fomento, que permite, dentre outras coisas, a aquisição de equipamentos e/ou realização de benfeitorias.

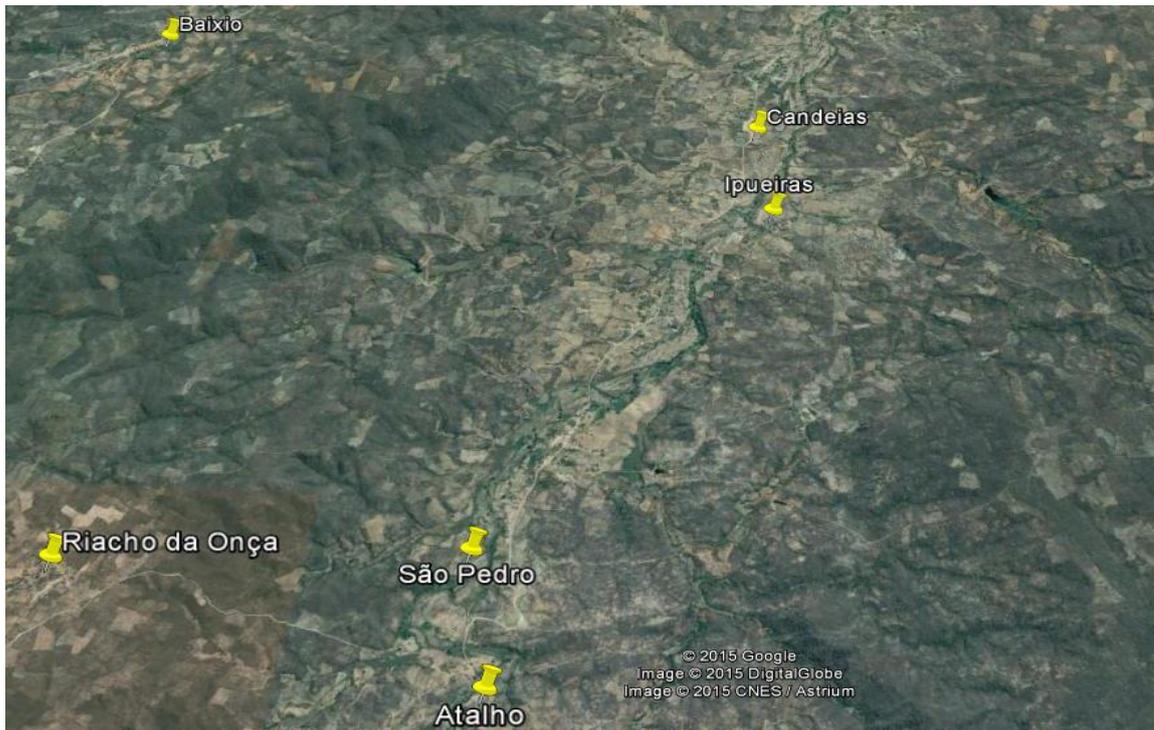
4.4 Quintais produtivos: alimentos para a família e a comunidade

O município de Quiterianópolis é um dos 20 que integra o Território da Cidadania Inhamuns/Crateús, compondo o programa do governo federal que tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar ações básicas de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

Dentro deste território muitos projetos foram desenvolvidos desde 2008 e executados por muitas entidades, dentre elas, a Cáritas Diocesana de Crateús, mas também em parceria com outras, no sentido de promover o desenvolvimento social. Além da Cáritas há também a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que há muito tempo já desenvolve trabalhos junto às comunidades rurais do estado e em algumas áreas de assentamento rural.

No transcurso do trabalho de campo realizado no espaço rural de Quiterianópolis entre dezembro de 2014 e setembro de 2015, foi possível identificar diversas ações de convivência como o semiárido. O município conta com dois distritos, São Francisco e Algodões, e a sede. Partindo da área urbana na direção sul, pela CE 277, ao longo de um percurso de 10 km, chega-se à comunidade de Ipueiras, conforme a figura 14, onde se localiza a sede da Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares em Quintais Produtivos de Quiterianópolis (ASAFAQ). Referida associação, que foi criada em 2006, conta com mais de 60 associados em seu quadro efetivo.

Figura 14 - Imagem de satélite com a localização das comunidades visitadas – Quiterianópolis.



Fonte: Google Earth, 2014 (Adaptada).

C. G., ex-presidente e atualmente um dos articuladores da associação, relata que, após um trabalho de capacitação desenvolvido em 2006 no município em parceria com a Comissão Pastoral da Terra, com a Cáritas de Crateús e com a ONG americana Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, cuja sigla em inglês é USAID, em que se pretendia promover o desenvolvimento de quintais produtivos com o cultivo de hortaliças orgânicas, alguns agricultores/as resolveram se associar para que parte da produção, que segue os princípios da agroecologia e os critérios do PRONAF, pudesse ser comercializada através dos programas do governo federal, bem como nas feiras livres que acontecem em Quiterianópolis ou em algum evento em cidades próximas.

Assim, estes agricultores passaram a promover a policultura orgânica onde as famílias envolvidas empregam somente mão de obra familiar, seguindo, rigorosamente, os cuidados para a não degradação do solo. A Presidente, A. A. S., (em exercício durante o trabalho de campo até agosto de 2015), e moradora da comunidade de Ipueiras, relembra com entusiasmo o início:

No começo veio o pessoal da Igreja né? Começaram a andar aqui, a coordenadora da comunidade e começaram a ajudar a gente, incentivando com pequenos projetos. Aí a gente começou o projeto com alimentação, aí fomos conseguindo vender um pouco, chamando o povo pra comprar (...), pois muita gente nem conhecia a beterraba antes disso. (Informação verbal)

Esse pessoal da igreja a quem A. A. S. se refere são os agentes de pastorais da CPT e assessores da Cáritas, que iniciaram o trabalho de mobilização em 2006; momento em que realizaram cursos e formação para a implantação de algumas tecnologias como mandalas e quintais produtivos, bem como o incentivo à produção orgânica.

Alguns resultados se mostram satisfatórios em relação a produção de hortaliças, por exemplo, em virtude principalmente do acompanhamento técnico proporcionado pela prefeitura o que resultou em uma ampliação do número de agricultores associados e, conseqüentemente, maior produção de alimentos.

A análise preliminar dessas experiências indica que há, de fato, uma implicação positiva dos trabalhos desenvolvidos. Um exemplo disso pode ser verificado em visita de campo realizada em janeiro de 2015, em que o sertão cearense apresentava um quadro de calamidade em vários municípios por conta de a estação chuvosa ainda não ter iniciado. Algumas cidades cearenses há mais de 4 meses tinham seu abastecimento de água promovido pelo Programa de Carros-pipa. Nas comunidades visitadas, mesmo estando praticamente na planície fluvial do rio Poti, já era notório o quadro de *stress* hídrico em virtude dos três últimos anos com chuvas abaixo da média histórica no Ceará. Contudo, no quintal de A. A. S. ainda havia uma pequena variedade de hortaliças que, com a água que é bombeada de dois poços, ainda conseguia mantê-las. Em sua residência, é visível a utilização das tecnologias sociais. Além das cisternas, que recolhem a água da chuva e/ou carros-pipa; há, ainda, a plantação consorciada de palma forrageira, que ajuda na alimentação do gado que a família cria no quintal, e a criação de galinhas, que servem a família com os ovos ou mesmo com o abate.

Percorrendo o quintal da família de A. A. S., descobrimos pequenos oásis. Nas figuras 15 e 16 é possível verificar os aspectos da instalação de uma mandala. Vê-se, nas imagens, os detalhes do sistema de irrigação implantado pela família.

Figura 15 – Comunidade Ipueiras (Quiterianópolis) - Quintal produtivo de A. A. S. (mandala e seu sistema de irrigação).



Fonte: PAULO, S. B. 2014.

Aqui podemos verificar alguns trechos da mandala da família, na qual se observa a parte destinada às hortaliças e, mais ao fundo, algumas leguminosas, como a beterraba (esquerda) e a cenoura (direita). O sistema tem funcionado nessa época do ano (janeiro) em função de dois poços que os camponeses possuem na propriedade e de onde bombeiam água para suprir as necessidades produtivas, bem como a dessedentação animal. Apesar das dificuldades com a falta de chuvas mais regulares, a pequena produção serve para suprir as necessidades da família e de vizinhos que, diariamente lhe compram hortaliças.

Figura 16 – Comunidade Ipueiras (Quiterianópolis) - Quintal produtivo de A. A. S. (Mandala).



Fonte: PAULO, S. B. 2014.

Dos projetos desenvolvidos por essa família, a senhora A. A. S. só lamenta mesmo a baixa produtividade da mandala que a família desenvolveu, pois, com a longa estiagem e a limitada oferta de água, não foi possível mantê-la em pleno funcionamento nos últimos meses de 2014 para 2015. No entanto, para complementar a renda, a chefe de família comercializa doces, que prepara com frutas plantadas na comunidade, em quintais de amigos e parentes, e que o comercializa aos sábados na feira livre que acontece na sede do município. Sobre esta atividade, ela completa:

“E tem sido uma experiência boa. É como um emprego. E é até melhor né, porque quem é empregado só tem dinheiro de mês em mês. E nós não, porque nós temos todos os sábados e tem mais as encomendas da semana” (Informação verbal).

A presidente conta, ainda, que comercializa de tudo um pouco e que, no decorrer do ano, se vale daquilo que tem disponível no momento, ou seja, ora tem as hortaliças e frutas para a produção de polpa, ora tem os doces e bolos, e assim vai garantindo a complementação da renda familiar.

É também nesta mesma comunidade onde foram instaladas a sede da associação, uma casa de beneficiamento de frutas e uma casa de sementes crioulas. O morador da comunidade, C. G. relata que a aquisição do terreno e as construções foram possíveis com o auxílio de parcerias entre Cáritas, Banco do Nordeste do Brasil e a ONG USAID. Embora tanto as casas de beneficiamento quanto a casa de semente ainda não estejam em pleno funcionamento, há previsão de que tudo comece a partir do segundo semestre de 2015. Algumas pendências burocráticas impedem o funcionamento da unidade de beneficiamento, como a falta do selo do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), que se encontra em processo de discussão na câmara da cidade para sua implantação.

De acordo com a legislação, todos os produtos de origem animal e vegetal devem passar pelo sistema de inspeção e receber o chamado “selo sim”, que atesta a qualidade do produto, conforme exige as normas do PNAE. Quando, enfim, estiver sancionado o projeto, a Secretaria de Agricultura montará uma equipe que ficará responsável pela inspeção e certificação. O grupo deverá ser composto por um técnico da própria secretaria, um médico veterinário da vigilância sanitária e um nutricionista.

O referido selo é quem respalda a produção agrícola dos produtos beneficiados e/ou *in natura*, favorecendo a comercialização e permitindo, inclusive, o uso de uma marca, além, é claro, de assegurar a qualidade dos produtos. Atualmente, o fornecimento de produtos para atender o que diz a lei sobre os 30% de merenda escolar oriundas da Agricultura Familiar só é possível a partir da parceria com uma cooperativa de Parambu, município vizinho, que os recebe e repassa à prefeitura de Quiterianópolis já com o devido registro de inspeção, haja vista que aquela cidade já dispõe de tal instrumento.

Quanto à casa de sementes crioulas, esta entrou em funcionamento no segundo semestre de 2015, com o fim da safra de sequeiros, momento em que os camponeses recolhem suas melhores sementes e a estocam, para que, no ano seguinte, haja reserva suficiente para fornecer a quem precisa, ou mesmo fazer a troca entre eles, de acordo com as variedades disponíveis.

Essas casas de semente são uma realidade no sertão. Na verdade, é uma estratégia camponesa antiga de resguardar as sementes para uso na próxima estação chuvosa. Essa prática vinha se perdendo com o avanço das leis que privilegiam as empresas que produzem e patenteiam os Organismos Geneticamente Modificados (OGM), conhecidos popularmente como transgênicos. Contudo, com o trabalho das entidades já citadas, há um resgate dessa prática tradicional de conservar as sementes crioulas, fato este quase perdido pelos sertanejos.

Estas sementes podem ser definidas como todo “o material cultivado localmente, geração após geração, o que determina a sua adaptação à comunidade onde está sendo cultivado, pelos camponeses que ali habitam” (MAICÁ, 2012, p. 701).

Podemos afirmar que este espaço tem o objetivo de assegurar a produção de alimentos saudáveis, bem como deixar esses agricultores menos dependentes das políticas de distribuição promovidas pelo Estado. Além disso, visa também o melhoramento genético que se consegue com a seleção das melhores sementes após três ou quatro safras seguidas. Na figura 17 observam-se as referidas instalações, que estão em fase de acabamento, o que deverá ocorrer até o final do ano de 2015.

Figura 17 – Comunidade Ipueiras - Sede da Associação, Casa de Beneficiamento e de Sementes Crioulas.



Fonte: PAULO, S. B. 2014.

Existe uma certa dinâmica entre essas casas, que é o intercâmbio, cujo objetivo é proporcionar a troca de experiências para que muitos agricultores e agricultoras conheçam os casos exitosos de convivência com o semiárido desenvolvidos por outras famílias agricultoras. Dentro do semiárido já existem inúmeras casa com esse objetivo (ASA, 2015).

A interação e a troca horizontal de conhecimentos realçam a aptidão dos agricultores/as para experimentar soluções para as dificuldades inerentes ao seu ambiente de vida e produção.

Os intercâmbios também têm contribuído no resgate e multiplicação de sementes crioulas que tenham sido perdidas em determinadas comunidades. Em muitos casos, as sementes são reencontradas em outras comunidades. Isso contribui para a permanência dessas sementes no semiárido.

Em outra comunidade pesquisada, denominada Atalho, encontramos um quintal produtivo e, neste, outra mandala que foi implantada no mesmo período da criação da associação. Nesse caso, duas famílias são responsáveis por sua manutenção, sendo que uma das famílias é associada à ASAFAC e a outra não. Com isso, uma parte da produção é comercializada em feiras livres próximas da comunidade e outra parte é comercializada entre os moradores dos arredores e/ou atravessadores, que levam os produtos para outros municípios, inclusive para o Piauí.

Percebemos nessa situação que uma unidade produtiva (a mandala) tem seu desenvolvimento realizado pelo trabalho de duas famílias. Uma que é associada e, portanto, abastece as feiras locais, fornece também para o PNAE e PAA; e a outra que não é associada e nem cooperada, mas que também encontra destino para sua produção. O que nos chama atenção aqui é a parceria estabelecida entre seus membros e a forma de trabalho compartilhado, independente da finalidade da produção. Ressalta-se, portanto, as relações entre camponeses, o sentido que a família adquire, nesse caso, mesmo em se tratando de dois núcleos, mas que juntas, comportam-se como sendo uma.

Na figura 18, verificamos alguns aspectos da mandala na referida comunidade. Para o seu pleno desenvolvimento, utiliza-se como fonte de água um poço amazonas, cavado na faixa aluvião do rio Poti, a poucos metros da instalação, que oferece boa vazão no decorrer do ano, mesmo no período de estiagem. Pela imagem, podemos identificar hortaliças, como coentro e cebolinha e algumas leguminosas, como cenoura e beterraba. Ao fundo, podemos ver também fruteira, como o mamão, que, seguindo os princípios da mandala, tem também a função de quebra-vento.

Figura 18 - Comunidade Atalho - Mandala trabalhada por duas famílias.



Fonte: PAULO, S. B. 2015.

Diariamente, as famílias fazem a retirada de parte da produção, que segue para as feiras livres que ocorrem em comunidades próximas, por exemplo, nos

distritos de Algodões e Assunção (PI). Na figura 19, verificamos exemplares da produção. Na propriedade, é comum também a retirada de produtos para atender moradores próximos que, diariamente, procuram as famílias.

Figura 19 – Comunidade Atalho - Parte da produção diária que segue para feiras.



Fonte: PAULO, S. B. 2015.

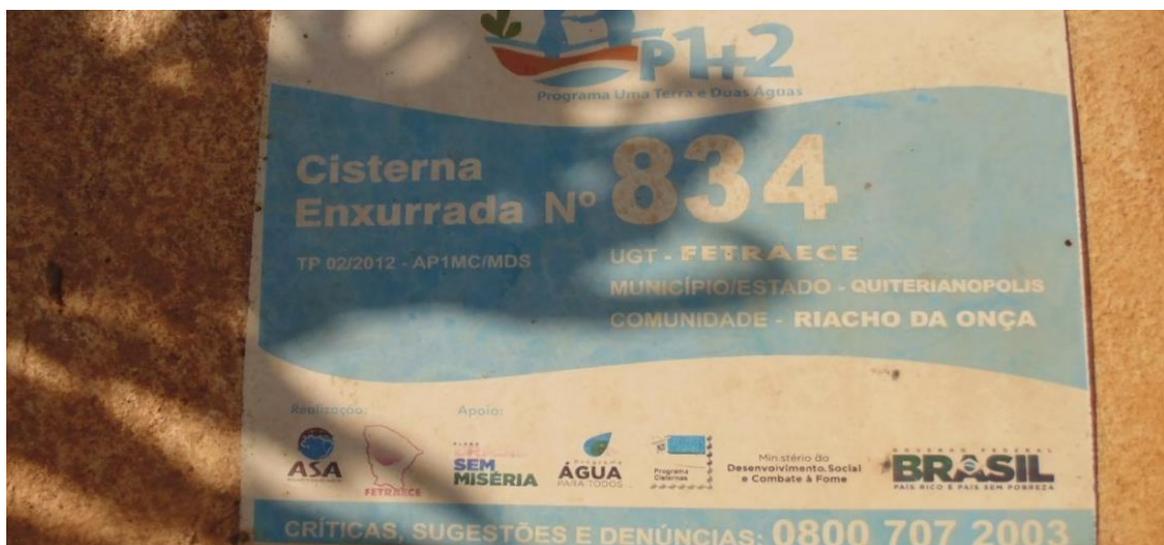
É comum, nas comunidades visitadas, o uso de água de poço, pois o município está sobre a planície fluvial do rio Poti, importante recurso hídrico da região, que drena suas águas em direção ao estado de Piauí. Diferentemente de boa parte da região semiárida, os poços desse município conseguem fornecer água durante toda a estiagem por duas razões: primeira, a localização privilegiada em relação à referida bacia hidrográfica; segunda, alguns apresentam profundidades superiores a 50 e 60 metros.

Outra comunidade inclusa na pesquisa foi Riacho da Onça. Ao chegar a essa comunidade, conversamos com o Sr. J. W., que mantém um pomar em seu terreno consorciado com hortaliças. Semelhante aos demais produtores, o agricultor comercializa semanalmente sua produção na mesma feira que ocorre na sede. Lá, eles são conhecidos como os produtores orgânicos de Quiterianópolis e mantêm boa fama por conta dos seus produtos. Seu J.W. destaca que, antes da criação da associação, ele não cultivava hortaliças, que hoje, ao lado da produção de frutíferas, forma a base da renda da família obtida na venda. O camponês frisa ainda que

Antes não mexia com horta, com cebola, coentro, essas coisas. Não mexia, eu não mexia. E depois que foi aberta a associação foi que eu comecei a plantar. Agora a banana, a mandioca, a cana, tudo isso eu já produzia (Informação verbal).

O que nos chama a atenção na fala do senhor J.W., é que, a partir da organização dos produtores em torno de uma entidade representativa, houve um estímulo à produção, o que representou uma melhoria na renda familiar. Outro ponto a ser mencionando é que já havia uma produção consorciada de fruteiras que, anteriormente, era utilizada somente no consumo da família, porém, depois da filiação, ele também passa a comercializar na feira e ao PNAE. Em sua propriedade, há a presença de tecnologias apropriadas ao semiárido, como, por exemplo, a cisterna enxurrada, que capta a água que escoa pelo solo para ser utilizada no período da estiagem. Na figura 20, verificamos a placa de identificação da referida cisterna, semelhantes àquelas espalhadas nas propriedades dessa região.

Figura 20 - Comunidade Riacho da Onça - Placa de identificação da cisterna de enxurrada presente no quintal de senhor J.W.



Fonte: PAULO, S. B. 2015.

Em outra comunidade onde houve pesquisa de campo, dessa vez o assentamento rural São Pedro, encontramos experiências com mandalas em pleno funcionamento. Diante da realidade sertaneja, em janeiro de 2015 o que se viu nesse caso foi de "encher os olhos". Dentre aquelas que foram visitadas nesse município, estas – eram 3 mandalas - apresentaram maior área ocupada por sistemas produtivos,

e, pelo que se pôde verificar, maior capacidade de captação e oferta de água. Isso porque a área de cultivo desse assentamento dispõe de um poço que conta com a ajuda de três bombas d'água para fazer toda a irrigação do perímetro, conforme se verifica nas figuras 21 e 22.

Figura 21 – Assentamento São Pedro - Momento da irrigação da mandala – Quiterianópolis.



Fonte: PAULO, S. B. 2015.

Localizado às margens de um dos afluentes do Poti, a boa disponibilidade de água ocorre porque o terreno arenoso possibilita a captação desse recurso. Tocadas pelas famílias do senhor B.B. e A. R., as hortaliças e leguminosas são comercializadas nas feiras da região e também fornecidas para a alimentação escolar através PNAE.

Figura 22 – Assentamento São Pedro - Mandala – Quiterianópolis.



Fonte: PAULO, S. B. 2015.

Para as famílias responsáveis, o empreendimento é bastante rentável, pois, mesmo com os custos de produção, como sementes, energia e adubos, o retorno é garantido, em virtude das demandas pelas hortaliças e leguminosas ali produzidas.

Assim explica B.B. sobre as vendas da semana:

O apurado da semana passada foi R\$ 580,00 reais entre tudo, cheiro-verde, couve. Não pode faltar cheiro-verde. Essa semana entre a venda na feira e aqui apuramos 600,00. Só que tivemos que pagar um trabalhador, 90,00 reais. Aí ficamos com 510,00. E é bom porque 600,00 reais por semana você pode calcular aí entre 2 e 3 salários por mês (B.B., Quiterianópolis, 2015).

Contabilizando as vendas, somente do cheiro verde, seu B. B. afirma que, por semana, chega a comercializar até 400 molhos, sendo que, na feira da cidade, atende com 200 por semana. A boa saída de seus produtos se dá em função da fama da boa qualidade dos produtos dos feirantes associados à ASAFAQ. Quase sempre voltam sem mercadorias para casa ao final de cada feira. Nas figuras 23 e 24, observamos aspectos da feira livre da cidade e a venda realizada pelos camponeses.

Figura 23 – Venda do assentamento São Pedro na feira de Quiterianópolis.



Fonte: PAULO, S. B. 2015.

Figura 24 – Produtos do assentamento São Pedro na feira de Quiterianópolis.



Fonte: PAULO, S. B. 2015.

Pode-se até afirmar que as famílias envolvidas na produção do assentamento formam apenas uma. Pois, neste caso, pai e filho é que são responsáveis pelo trabalho. O filho, A. R., já constituiu família, ou seja, outro núcleo. Contudo, lembrando Shanin (1983), o conceito de família se estende àqueles que “comem no mesmo prato”, daí uma grande família. Outra coisa a ser lembrada é que essa produção também dispensa o uso de agrotóxico, o que se reflete na grande procura em dias de feira.

Conforme verificamos nas figuras acima, boa parte delas registradas entre janeiro e março é possível inferir que, a estiagem que “castiga” boa parte do semiárido cearense no início de 2015 parece não ter efeito sobre as unidades produtivas das comunidades visitadas. É evidente, e não menos importante, que esses resultados se justificam em função do trabalho desenvolvido pelas entidades já citadas, bem como da assessoria técnica que recebem e, é claro, e talvez mais importante, pela troca de experiências que ocorre entre os camponeses. É preciso dar destaque às ações e aos projetos desenvolvidos por órgãos do governo e por ONG's, talvez a realidade vista fosse diferente, se levássemos em consideração o volume de chuva dos últimos anos. Porém, o que se vê reafirma e confirma que é possível a convivência com o semiárido, tornando-o produtivo e resgatando a dignidade do camponês.

4.5 Mercado e as feiras agroecológicas

A forma como olhamos para o campesinato no Brasil da atualidade não nos impede de lançarmos vista para o passado, fazendo uma correlação entre ontem e hoje. A leitura que Chayanov (1974; 2014) e SHANIN (1983) fizeram das unidades camponesas domésticas russas são aplicáveis ao agricultor familiar contemporâneo brasileiro. Isso precisa ser colocado, pois, quando falamos em campesinato e mercado, algo soa estranho, como se falássemos de sistemas antagônicos, incompatíveis. Chayanov (1974) vê no campesinato uma relação com o mercado, porém, sem que este seja semelhante à lógica da grande empresa capitalista. Ele pontua que “(...) nas unidades de exploração doméstica (camponesa) o capital como tal está sujeito a outras leis de circulação e ocupa um lugar diferente de sua composição ao que ocupa nas empresas capitalistas” (CHAYANOV, 1974, p. 230).

O autor, dessa forma, não nega a relação com o capital, mas afirma que este tem uma posição diferenciada no caso do campesinato. Isso porque algumas

categorias presentes na clássica relação capitalista estão ausentes no modelo camponês, como, por exemplo, o salário e, conseqüentemente, o lucro líquido. Assim sendo, a lógica camponesa está pautada na busca por atender às necessidades da família, com base na circulação simples de mercadorias, enquanto na lógica capitalista o que prevalece é a busca pelo lucro.

Nesse sentido, faz-se necessário ampliarmos a noção de campesinato empregada por estes autores ao caso brasileiro, ao mesmo tempo em que concordamos com Carvalho (2005) ao afirmar que:

“O campesinato, enquanto unidade na diversidade camponesa, constitui-se de um sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e conviver que lhes são próprios, não se caracterizando como capitalista, ainda que inserido na economia capitalista” (CARVALHO, 2005, p. 171).

Assim, entendemos que o caso brasileiro se coloca numa situação bastante singular sobre diversos pontos de vista, conforme já apresentamos no capítulo anterior. O camponês, por exemplo, manifesta-se de formas diversas, ora como proprietário privado de terras, ora como posseiro de terra pública ou privada, ora com lavrador, ribeirinho, castanheiro, e por aí vai, numa lista imensa de nomes distintos para uma mesma categoria social.

A inserção desse sujeito no mercado ocorre mediante ações diferenciadas, que podemos identificar entre aqueles que visitamos em Quiterianópolis.

Sem pretender esgotar o debate, cabe afirmar que, no Brasil, desde 2012, há a execução do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), uma iniciativa do Governo Federal que pretende erradicar a extrema pobreza do país que, de acordo com dados do IBGE (2010), havia 16,2 milhões de pessoas nessa condição. O plano prevê ações em áreas urbanas e rurais com foco na inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, na tentativa de tornar residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da pobreza (BRASIL, 2011).

Dentre as ações voltadas para o campo, onde se encontra 47% do público do plano, a prioridade era aumentar a produção do agricultor através de orientação e assistência técnica, fomento aos projetos, sementes e água. Quanto ao acesso ao mercado, destaca-se o apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar viabilizado pelas compras institucionais (PNAE e PAA) e também pelo acesso via mercado privado.

As feiras agroecológicas

As feiras agroecológicas (FA) são hoje um grande canal de escoamento da produção camponesa, funcionando como um suporte para a comercialização da produção, além de dar visibilidade ao reafirmar sua identidade, diferenciando-o de outros sujeitos produtores do campo. Mais que um local de distribuição de produtos, elas assumem um papel importante por procurar manter as características de um *locus* onde os camponeses reafirmam suas raízes e realizam suas trocas (materiais e culturais).

Batista (2014) afirma que

As FA são muito mais que simples canais de comercialização, elas são uma ferramenta de consolidação do território camponês, pois viabilizam a permanência do pequeno agricultor no campo e, conseqüentemente, a reprodução material e cultural das sociedades camponesas (BATISTA, 2014, p. 16).

Estes espaços proporcionados pelas FA vêm ganhando maior notoriedade ultimamente, em função principalmente, do fortalecimento que a agricultura camponesa adquiriu e, em especial, pela difusão através de associação de produtores, das vantagens do consumo de alimentos oriundos do cultivo orgânico. Nesse sentido, é importante destacar a contrapartida do governo federal que, via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), tem dado apoio financeiro a esses projetos. Atualmente, o Estado promove a inserção dessa produção no mercado por meios das compras públicas que, de acordo com o Plano Safra 2015/2016, ocorrerão da seguinte maneira:

- Estabelecimento de percentual mínimo de 30% para compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar pela administração pública federal:
 - Compra de café orgânico da agricultura familiar pelo MDA;
 - Compra de alimentos da agricultura familiar para as Forças Armadas em parceria com o Ministério da Defesa
- R\$ 1,6 bilhão para compras da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). (BRASIL, 2015).

Para os camponeses de Quiterianópolis, além da FA propriamente dita, que ocorre anualmente no final do mês de maio, há, ainda, o espaço da feira livre que ocorre aos sábados na sede do município. Nesta, alguns dos associados de nossa pesquisa dispõem de espaço próprio para expor seus produtos e lá são reconhecidos como produtores orgânicos onde se destacam dentre os demais comerciantes, conforme apresentado anteriormente.

Figura 25 – Sede Quiterianópolis - Banca com produtos da ASAFAQ.



Fonte: PAULO, S. B. – 2015.

Nas figuras 25 e 26, verificamos um dia de feira com as bancas dos produtores da ASAFAQ, realizada num sábado típico, na sede do município. Além dos produtos *in natura*, como as frutas, hortaliças e legumes, verificamos a presença de produtos beneficiados, como o leite, ovos, frutas, além do artesanato. Este último, inclusive, conta com matéria-prima local, madeira de árvores mortas, que o camponês M. B. recolhe em terrenos próximos de sua residência, dispensando, assim, a necessidade de derrubá-las para a realização de seu trabalho.

Figura 26 – Banca com produtos ASFAQ em dia de feira – Quiterianópolis.



Fonte: PAULO, S. B. – 2015.

No percurso da pesquisa, encontramos histórias de transformação desde as primeiras experiências de convivência com o semiárido. Conta-nos um camponês, na comunidade de Candeias, que se descobriu artesão após uma oficina de produção de doces realizada pela Cáritas de Crateús.

(...) a irmã veio aqui realizar uma oficina de produção de doces com o pessoal da comunidade e eu participei. Quando voltei para casa fiquei pensando na colher de pau que ela usou. Daí fui até a mata e recolhi um tronco de imburana e fiz uma colher de madeira que sobrou eu fiz uma imagem de Nossa Senhora de Fátima, pois eu tinha uma de gesso em casa. A partir daí eu percebi que poderia trabalhar com o artesanato (M. B. camponês e artesão, Comunidade Candeias, 2015).

Experiências como essas são comuns entre os associados que, além de possuir uma roça para a produção de alimentos para a família, aumentam a renda com outras atividades. Outro caso é o da boleira E. S., que também encontra seu espaço de comercialização na feira. Ela, além de possuir seu terreno para sua produção de hortaliças e de alguns legumes, destaca-se também na comunidade por seus pães e bolos, que são procurados até em sua residência, no decorrer da semana, mediante encomenda.

Um momento de grande festividade para os camponeses do município é a Feira da Agricultura Familiar, organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quiterianópolis em parceria com a ASFAQ, que ocorre anualmente na sede do

município. Sempre no mês de maio, o evento reúne produtores dos três distritos – Sede, Algodões e São Francisco –, além dos municípios vizinhos, como Tauá, que veem na feira um espaço privilegiado para comercializar. Em 2015, a feira contou com a presença de 22 barracas e 29 feirantes com os mais variados produtos, desde aqueles *in natura*, como também os beneficiados, além, é claro, do artesanato e comidas típicas que valorizam o que se destaca no município.

Figura 27 – Sede Quiterianópolis - Noite de Feira da Agricultura Familiar.



Fonte: PAULO, S. B. 2015.

Na figura 27, verificamos os movimentos de venda nas barracas, em noite de Feira da Agricultura Familiar, em Quiterianópolis. Segundo os organizadores, nesse dia, os “filhos” do município que moram em outros lugares vêm para festejar com seus conterrâneos, num ambiente de grande confraternização.

É comum que alguns camponeses participem das FA em outros municípios do Território da Cidadania Inhamuns/Crateús. No ano de 2015, aconteceu uma feira em Crateús que contou com a participação de camponeses não só da vizinhança, mas até de outros estados. O evento, que acontece em dois dias, funciona como um momento rico de troca de experiências e que permite a visibilidade de quem visita na

percepção da diversidade de produtos agroecológicos que já são produzidos no semiárido.

O resultado, do ponto de vista dos participantes, é muito bom, pois a grande maioria dos camponeses comercializa praticamente todos os produtos que levam à feira. A avaliação que fazem é que, desde que conheceram a agroecologia, seus produtos passaram a ser mais valorizados e fazem deles um diferencial dentre os demais feirantes.

4.6 O PAA e o PNAE em Quiterianópolis

Conforme verificamos anteriormente, o Estado vem dando impulso para a agricultura camponesa por meio de programas de compra de alimentos. Dentre esses programas, dois merecem destaque. Em primeiro lugar, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que foi instituído em julho de 2003. Esse programa possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

Nesse sentido, para atender a esses objetivos, o programa adquire alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino (BRASIL, 2015).

Além do PAA, outra forma de inserção no mercado proporcionada pelo Estado é por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que, desde 2009, determina que, no mínimo, 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal devem ser utilizados, obrigatoriamente, na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.

Informações do portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) afirmam que o programa reúne os elementos relacionados à produção, acesso e consumo. O objetivo principal é de, simultaneamente, oferecer alimentação saudável aos alunos de escolas públicas de educação básica do Brasil e estimular a agricultura familiar nacional.

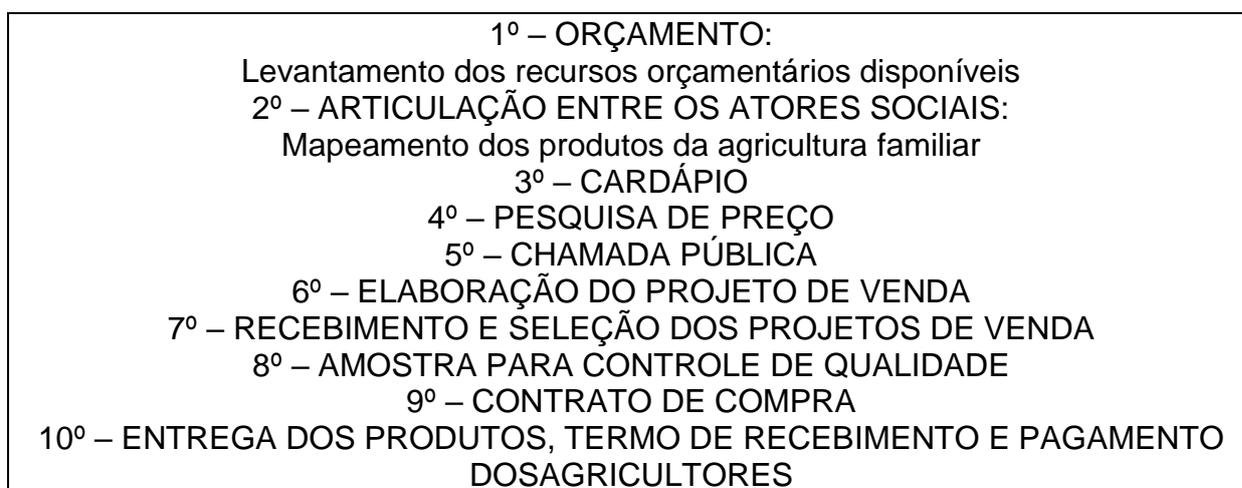
Nesse contexto, o PNAE induz e potencializa a afirmação da identidade, a redução da pobreza e da insegurança alimentar no campo, a (re)organização de comunidades, incluindo povos indígenas e quilombolas, o incentivo à

organização e associação das famílias agricultoras e o fortalecimento do tecido social, a dinamização das economias locais, a ampliação da oferta de alimentos de qualidade e a valorização da produção familiar (BRASIL, 2015, p. 3).

A criação da associação de camponeses em Quiterianópolis foi estimulada pela necessidade de melhor organizar os produtores rurais. Com isso, ganharam mais força a partir do momento em que puderam comercializar por meio dos programas citados. Esta produção que, inicialmente, provê a família, hoje encontra um destino certo diante das possibilidades advindas com a institucionalização. Em outras palavras podemos dizer que era preciso criar a pessoa jurídica que os representassem no momento de concorrerem junto aos editais do governo federal. Sem esse respaldo, ficariam impossibilitados de participarem de tais propostas.

Na prática, os camponeses de Quiterianópolis participam do PNAE obedecendo a uma sequência de procedimentos que inicia com a regularização da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), pois o agricultor familiar é reconhecido pelo MDA por meio deste documento. Trata-se de um instrumento de identificação do agricultor utilizado para o acesso às políticas públicas. No caso de grupos (associações, cooperativas, etc.), essa DAP pode ser jurídica. Abaixo, temos o passo-a-passo desse processo de compra de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar:

Figura 28 – Quadro como o resumo do “passo-a-passo” para compra de produtos da AF



Fonte: BRASIL, 2011.

Diante disso, percebemos que a compra institucional da agricultura camponesa é parte de um processo que reconhece a necessidade de se pensar numa forma de produção de alimentos que atenda às demandas nutricionais da população, para, assim, garantir a evolução social e econômica dos agricultores familiares a partir de formas alternativas de produção e comercialização de alimentos. O programa destaca ainda que:

Estas formas alternativas incluem a criação das cadeias curtas de produção e comercialização, que aproxima a relação entre produtores e consumidores, fortalece as relações sociais, valoriza a diversidade produtiva e atende às necessidades das instituições públicas, possibilitando o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade para a população, na perspectiva da promoção da segurança alimentar e nutricional” (BRASIL, 2015, p. 4).

A questão central colocada por esses programas está no fato de que o campesinato tanto é fortalecido, como é estimulado a resgatar as culturas tradicionais. Porém, contraditoriamente, o mesmo Estado que colabora para o empoderamento político e econômico do agronegócio brasileiro, é o mesmo que fomenta os projetos e ações das classes sociais do campo. Nesse jogo de mão dupla tocado pelo Estado, o campesinato resiste e permanece. Muitos problemas no campo ainda não foram resolvidos, nem a principal reivindicação desde as ligas camponesas, ou seja, a reforma agrária. Porém, não se pode negar que o momento é, no mínimo, de luta por melhorias pontuais, mas que possuem um efeito transformador. A saída do Brasil do mapa da fome da ONU é um sinal de que essas ações, ao longo de uma década, conseguiram promover a mudanças de parcela da população mais vulnerável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As técnicas de convivência com o semiárido são uma realidade presente no sertão nordestino. No Ceará, onde nos deparamos com um dos *déficits* hídricos mais altos da região, esse jeito de encarar os longos períodos de estiagem tem provocado mudança, sobretudo no espaço rural. As tecnologias sociais que vieram junto como o novo paradigma da convivência, mostram que, com poucos recursos, o camponês, dispendo de uma pequena propriedade, pode ganhar qualidade de vida sem perder sua dignidade. Mais que isso, pode gerar renda e oferta de alimentos saudáveis, que lhe possibilite ter segurança alimentar e nutricional.

A fome, que figurava como um problema crônico no final do século XX no Brasil, vem dando espaço para a esperança e a dignidade humana nos últimos anos. Não por menos, o país saiu em 2014 do mapa da fome da ONU em virtude das ações em prol do desenvolvimento social e contra a pobreza. Programas como o Fome Zero (2003) e Brasil Sem Miséria (2011) mostraram o caminho nesse enfrentamento, promovendo ações concretas e mapeando o problema em nível nacional. Nesse percurso, o campo figurou como agente importante nesse processo, pois, de acordo com dados do IBGE, em 2010 no Nordeste, por exemplo, havia mais de 5 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza em áreas rurais, o que correspondia a 52% do total. Muito embora a fome ainda esteja presente em nosso país, certamente, nos últimos anos, um número cada vez menor de pessoas vem enfrentando esse problema. De acordo com o relatório da FAO (2014) entre 1990 e 2012, a parcela da população em extrema pobreza passou de 25,5% para 3,5%.

Na vida cotidiana, marcada pela luta contraditória entre classes sociais, se sobressai aquela que consegue criar espaços de resistência sem sucumbir diante da voracidade do grande capital. O campesinato, tantas vezes fadado ao desaparecimento diante da vitória do capital, resiste. Insiste e se reafirma no século XXI como uma possibilidade, ou, porque não dizer, como uma alternativa de vida, um modelo que, paralelo a outros sistemas, pode coexistir sem que precise perder suas características. Certamente, o camponês brasileiro, difere em muitos aspectos daquele que foi analisado e retratado em clássicos sobre a questão, visto que este apresenta a especificidade que o identifica em qualquer lugar do mundo, o trabalho familiar.

Mas, neste lugar de tantos povos acolhidos, de culturas miscigenadas, o camponês possui muitos nomes, como: lavrador, agricultor, posseiro, rendeiro, parceiro, vaqueiro, etc. São denominações que identificam não só o sujeito, mas a sua condição social enquanto possuidor, ou não, de terra, e, porque não dizer, de bens.

A construção de um modelo ideal de vida que possa garantir o equilíbrio entre as populações camponesas e urbanas ainda está em desenvolvimento. O caminho? Os movimentos sociais já há algum tempo têm apontado: reforma agrária, valorização da agricultura camponesa, fomento aos projetos, capacitação, acesso ao crédito, etc. E, sobretudo, o direito de existir com dignidade, respeitando as culturas tradicionais dos diferentes povos desse país.

A longo dessa pesquisa podemos tirar muitas conclusões e uma delas é que muitas vezes temos que recuar um passo sempre que avançamos dois, o desenvolvimento chega tarde, a política é lenta, e o Estado é, quase sempre, o maior inimigo das classes menos favorecidas. Isso nos faz lembrar Engels (2004) quando analisa:

Como o Estado surgiu da necessidade de conter as oposições de classe, mas ao mesmo tempo surgiu no meio do conflito subsistente entre elas, ele é, em regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, converte-se em classe politicamente dominante, adquirindo assim novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida (ENGELS, 2004, p. 183).

Essa passagem, de um texto de 1884, é tão atual quanto à época em que foi publicada, pois nos faz lembrar a quem serve e porque o Estado existe. Colocamos alertas quanto ao Estado que oprime e depois auxilia; que está a serviço da classe dominante e, em geral, para ela; e que se submete aos desígnios do capital, sendo seu principal agente, ao mesmo tempo em que também é sujeito e objeto deste.

Assim, o Estado deve garantir os mesmos direitos a todos, é, antes de tudo, o maior responsável pelas desigualdades sociais. Pois, como diria Milton Santos em fala no documentário *Por uma outra globalização* (2001): “se tudo se torna capitalista, obrigatoriamente a contradição se instala”.

Assim, concluímos, embora conscientes de que não se esgotam as possibilidades de abordagens trazidas com os objetivos desse trabalho, mas com a certeza de que colaboramos para a discussão que envolve a permanência do

campesinato no século XXI, bem como sua cultura e tradição, como afirmação de um povo que tem o direito de existir assim como são. Permanência essa que, no caso cearense, é viabilizada principalmente pelas tecnologias sociais de convivência com o semiárido sertanejo.

Aqui, nos deparamos com histórias de pessoas que cotidianamente produzem e reproduzem-se para garantir o mínimo necessário às suas famílias. Essa reprodução, que é a própria vida, representa, antes de qualquer coisa, a reprodução de uma classe que, com o passar do tempo, reaprendeu a lidar com o meio em que vive, apoderando-se de “novos conhecimentos” e aliando-os às tradições mantidas e às vezes esquecida de um passado recente.

Assim, os camponeses de Quiterianópolis contribuem para essa história, unindo-se a tantos outros que no dia a dia aprendem a dar sentido ao seu modo de vida, trabalhando em família, assumindo a produção e garantindo a própria sobrevivência. A produção de alimentos é um fator preponderante para a transformação social no campo, pois lhes dá a autonomia necessária ao mesmo tempo em que devolve à terra a sua função social como lugar de morada e espaço de produção.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

ABRANTES, K. K. J. **Caminhos estratégicos para o desenvolvimento rural sustentável**: Uma análise da dinâmica sociotécnica dos quintais produtivos. 2015. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia Rural) – Centro de Ciências Agrárias. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. 6 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

ALTIERI, M. A.; SILVA, E. N.; NICHOLLS, C. I. **O papel da biodiversidade no manejo de pragas**. Ribeirão Preto: Holos, 2003.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição aos estudos da questão agrária no Nordeste. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Sertão ou sertões**: uma homenagem a Euclides da Cunha In: SILVA, J. B. et ali. **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

ARAÚJO, T. B. **NORDESTE, NORDESTES**: que nordeste? Obssevanordeste. Recife, 2002.

ARTICULAÇÃO SEMIARISO BRASILEIRO (**ASA Brasil**). Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=105>, 2015. Acesso em: 20/05/2015.

ASSOCIAÇÃO CAATINGA. **Bioma Caatinga**. Disponível em: <http://www.acaatinga.org.br/index.php/o-bioma/sobre-o-bioma/caracterizacao/>, 2015. Acesso em: 26/11/2014.

BATISTA, M. A. S. **Questão agrária e campesinato: a feira agroecológica como uma estratégia de consolidação camponesa**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Ceará, Departamento de Geografia, Fortaleza, 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Nova Delimitação da Região Semiárida do Brasil**. Recife: 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Caatinga**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga>. Acesso em: 20/06/2015.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: 2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra 2014-2015**, 2014. Disponível em: http://www.mda.gov.br/plano_safra/ - Acesso em: 01/03/2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Dados do Plano Safra 2015/2016**, 2015. Disponível em: http://www.mda.gov.br/plano_safra/amplia%C3%A7%C3%A3o_do_mercado.html – Acesso em: 22/06/2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Dados disponíveis em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>, 2015. Acesso em: 23/06/2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**, 2014. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/anexos/PNDRSS%202014.pdf> – Acesso em: 07/03/2015.

CAMARGO, J. C. G.; ELESBÃO, I. **O problema do método nas ciências humanas**: o caso da Geografia. Mercator, Fortaleza, ano 03, n. 06, p. 07-18, 2004.

CAMURÇA, A. M. Quintais Produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do Assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE). **Revista Brasileira de Agroecologia**. 8(2): 135-147 (2013).

CÁRITAS BRASILEIRA. Disponível em: <http://caritas.org.br/> - Acesso em: 08/05/2015.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CARVALHO, H. M. (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CARVALHO, H. M.; COSTA, F. A. Campesinato. *In.*: CALDART, R. S. *et al.* **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão popular, 2012.

CARVALHO, L. D. **Natureza, território e convivência**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012
CASTRO, I. E. **O mito da necessidade**. Discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.

CHAYANOV, A. V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. *In.*: CARVALHO, H. M. (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CPT-Ce. **Projeto Mandala**: Uma proposta de produção familiar em harmonia com a natureza. Fortaleza: CPT, 2006.

DECLARAÇÃO do Semiárido Brasileiro. Articulação do Semiárido Brasileiro. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/>> Acesso em: 22/08/2015.

ENCONTRO com Milton Santos ou O Mundo Global Visto do Lado de Cá. Direção: Silvio Tendler. Produção: Caíque Botkay. Rio de Janeiro: Caliban Produções Cinematográficas Ltda. 2001. 1 DVD. (89min).

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Editora Escala, 2004.

FAO, IFAD and WFP. **The State of Food Insecurity in the World 2014**. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome, FAO. 2014.

FERNANDES, B. M. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. In: Revista do Observatório Social da América Latina – OSAL. Nº 24, 2008.

GNADINGLER, J. Tecnologias de captação e manejo de água de chuva em regiões semiáridas. In: KUSTER, A.; MELCHERS, I.; MARTI, J. F. In: **Tecnologias apropriadas para terras secas**: manejo sustentável de recursos naturais em regiões semiáridas no nordeste do Brasil. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, GTZ: 2006.

GORENDER, J. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. In: STEDILE, J. P. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GOFFMAN, E. Estigma - Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. LTC, 1988

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em < <http://www.cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 20/07/2015.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Um retrato do semiárido cearense**. Fortaleza, 2010.

HOUAISS Eletrônico da Língua Portuguesa, versão 3.0, Editora Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Fome Zero (PFZ)**: Uma proposta de política alimentar para o Brasil. Ipiranga: 2001.

KAUSTKY, K. **A questão agrária**. 3 ed. São Paulo: Proposta editorial, 1980.

KÜSTER, A. **Democracia e Sustentabilidade**: Experiências no Ceará, Nordeste do Brasil. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2003.

KUSTER, A.; MELCHERS, I.; MARTI, J. F. **Tecnologias apropriadas para terras secas**: manejo sustentável de recursos naturais em regiões semiáridas no nordeste do Brasil. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer: GTZ, 2006.

LABAD, F. e RODRIGUES, N. **Círculos de Prosperidades** – Projeto Mandala DHSA In: KÜSTER, A.; MELCHERS, I.; MARTI, J. F. Tecnologias apropriadas para terras secas: manejo sustentável de recursos naturais em regiões semiáridas no nordeste do Brasil. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, GTZ: 2006.

LEFF, E. **Saber ambiental**: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

LIMA, A. E. F. Campesinato, costumes e espaço: o ethos camponês em Ingá/Facundo – Parambu – Ceará. In: Neto, M. F. S.; *et al.* **Diálogos sobre Sociedade, Natureza e Desenvolvimento**. Edições UFC: Fortaleza, 2009.

_____. **Tocando em frente...**: cultura camponesa e apropriação dos recursos no assentamento Ingá/Facundo – Parambu – Ceará. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências. Departamento de Geografia, Fortaleza, 2008.

LIMA, M. A. Comissão Pastoral da Terra: 35 anos de lutas em defesa dos povos oprimidos do campo. In: SAMPAIO, J. L. F. *et al.* **Espaço, natureza e resistência camponesa no Nordeste**. Edições UFC: Fortaleza, 2014.

LIMA, C. M. **Estudos etnobotânicos na Serra de Maranguape**, CE. In: CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, 6., 2003, Fortaleza. Anais... Fortaleza: UFC, 2003. p. 419-420.

MAICÁ, E. D. Sementes. In: CALDART, R. S. *et al.* **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão popular, 2012.

MALUF, P. S. J. Segurança Alimentar e Nutricional. Petrópolis: 2007, Editora Vozes.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: ATLAS, 2003.

MARTINS, J. S. **A política no Brasil**: lumpém e místico. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso**. In: Revista de Sociologia da USP, Volume 15 n. 2 São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. **O poder do atraso** – Ensaio de sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. 1986. **A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"**. São Paulo: Hucitec, 1986

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Vol. I. Tomo I. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MATTOS, B. H. O. M. **Educação do campo e práticas educativas de convivência como semiárido**: a escola família agrícola Dom Frágoso. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

MEIRELES, A. J. A. As unidades morfo-estruturais do estado do Ceará. In: SILVA, J. B.; CAVALCANTE, T.; DANTAS, E. W. **Ceará**: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

MENDONÇA, S. R. **A classe dominante agrária**: natureza e comportamento 1964-1990. In: STEDILE, J. P. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MOLLISON, B. & HOLMGREN, D. **Permacultura um**: uma agricultura permanente nas comunidades em Geral. São Paulo: Editora Ground, 1983.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1987.

OLIVEIRA, A. M. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará – Brasil**. 2005. 379 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, A. M. A escola camponesa na alternância e o ensino de geografia. **Mercator**. Fortaleza, v. 12, n. 27, p. 171-187, jan./abr. 2013.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2012.

ROCHA, J. C. Soberania e segurança alimentar no Semiárido. In: Conti, L.; Schroeder, E. O. (org.) **Convivência com o Semiárido Brasileiro**: Autonomia e Protagonismo Social. Editora IABS: Brasília, 2013.

RUSCHEINSKY, A. **No conflito das interpretações**: o enredo da sustentabilidade. In: RUS-CHEINSKY, A. Sustentabilidade: Uma paixão em movimento. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SAMPAIO, J. L. **Novas estratégias de combate à seca e à fome no Ceará: A construção de um poder.** In: MERCATOR- Revista de Geografia da UFC. Ano I. Número 2, Fortaleza: (ago/dez.2002).

SAMPAIO, J. L. F.; SILVA, D. R. Do combate à convivência com escassez de água no semiárido cearense. In: SAMPAIO, J. L. F. *et al.* **Espaço, natureza e resistência camponesa no Nordeste.** Edições UFC: Fortaleza, 2014.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo. Hucitec. 1999.

SARAIVA, E. P1MC: a sociedade civil executando uma política pública. In: KUSTER, A.; MELCHERS, I.; MARTÍ, J. F. **Tecnologias apropriadas para terras secas: manejo sustentável de recursos naturais em regiões semiáridas no nordeste do Brasil.** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, GTZ: 2006.

SERVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SHANIN, T. **La classe incómoda.** Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SILVA, D. R. Do combate à convivência com escassez de água no semiárido cearense. In: SAMPAIO, J. L. F. *et al.* **Espaço, natureza e resistência camponesa no Nordeste.** Edições UFC: Fortaleza, 2014.

SILVA, J. B. Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral. In: **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

SOUZA, M. J. N. **Contexto Geoambiental do Semiárido do Ceará: Problemas e perspectiva.** In: SOBRINHO, J. F. e FALCÃO, C. L.C. **Semiárido – Diversidades, Fragilidades e Potencialidades.** Sobral: Edições Sobral, 2006.

STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate da década de 1990.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Soberania alimentar. In: CALDART, R. S. *et al.* **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro: Expressão popular, 2012.

TERRA, Comissão Pastoral da. **Quem somos?** Disponível em: <<http://cptce.blogspot.com.br/2012/01/historico.html> />. Acesso em: 01/05/2015.

VIEIRA, F. R. **Valoração econômica de quintais rurais – O caso dos agricultores associados à Cooperafi (Cooperativa de agricultura familiar de Itapuranga-GO)** Dissertação (Mestrado em Agronegócio). Universidade Federal de Goiás, Escola de agronomia e engenharia de alimentos. Goiânia, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil.** Campinas: Editora Unicamp, 2011.